

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

SILAS RAFAEL DA FONSECA

**MONOCULTIVO DE EUCALIPTO, RELAÇÕES DE TRABALHO E OS
CAMINHOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM (MS)**

Dourados-MS
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

SILAS RAFAEL DA FONSECA

**MONOCULTIVO DE EUCALIPTO, RELAÇÕES DE TRABALHO E OS
CAMINHOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira

Dourados-MS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

F676m Fonseca, Silas Rafael da.
Monocultivo de eucalipto, relações de trabalho e os caminhos da resistência camponesa no Assentamento São Joaquim (MS) / Silas Rafael da Fonseca – Dourados, MS : UFGD, 2014.
147 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.
Dissertação (Mestrado em Geografia) –
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Eucalipto – Cultivo. 2. Camponês – Condições de trabalho. 3. Assentamento São Joaquim – Mato Grosso do Sul. I. Thomaz Junior, Antonio. II. Título.

CDD: 333.31098171



UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA PELO CANDIDATO **SILAS RAFAEL DA FONSECA**, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL E FRONTEIRA", REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às nove horas, em sessão pública, realizou-se, na sala de aula da FCH, Unidade II da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**MONOCULTIVO DE EUCALIPTO, RELAÇÕES DE TRABALHO E OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM (MS)**", apresentada pelo mestrando **SILAS RAFAEL DA FONSECA**, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, à Banca Examinadora constituída pelos professores Dr. Antonio Thomaz Júnior (presidente/orientador), Dra. Márcia Yukari Mizusaki (UFGD) (membro titular) e Dr. Sedeval Nardoque (UFMS) (membro titular). Iniciados os trabalhos, o presidente deu a conhecer o candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições, que foram intercaladas pela defesa do candidato. Terminadas as arguições, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado Aprovado, fazendo *jus* ao título de **MESTRE EM GEOGRAFIA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Dourados, 20 de fevereiro de 2014.

Dr. Antonio Thomaz Junior _____

Dra. Márcia Yukari Mizusaki _____

Dr. Sedeval Nardoque _____

ATA HOMOLOGADA EM: 20/02/14, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA / UFGD.

RESUMO:

A presente pesquisa busca compreender como o monocultivo de eucalipto vem influenciando as famílias assentadas no Assentamento São Joaquim, no município de Selvíria – Mato Grosso do Sul. Foi importante identificar as trajetórias de vida e trabalho dos assentados até a chegada no assentamento, bem como as formas de resistência/permanência na terra. Apontamos também questões que perpassam os impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelo monocultivo de eucalipto no assentamento, com ênfase para o assalariamento dos assentados nas empresas de plantio de eucalipto. Por meio de entrevistas junto aos camponeses e camponesas assentadas, discutimos quais os impactos que o monocultivo de eucalipto vem causando no assentamento e como é essa relação do trabalho assalariado no plantio de eucalipto, buscando compreender esta relação como uma forma de resistência no Assentamento São Joaquim. Assim, buscamos entender os diferentes motivos que levaram as famílias camponesas ao assalariamento e as ações de resistência que lhes têm possibilitado a manutenção da condição de camponês no Assentamento São Joaquim.

Palavras-chave: camponês, trabalho assalariado, resistência camponesa, monocultivo de eucalipto, Assentamento São Joaquim.

ABSTRACT:

This current research intends to understand how the eucalyptus monoculture has been influenced the families in *São Joaquim* Settlement, in the municipality of *Selvíria – Mato Grosso do Sul*. It was important to identify the life and work's paths of the settled until their arrival in the settlement, as well as their ways of resistance/persistence in the land. We also indicate questions related to the social, economic and environmental impacts provoked by the eucalyptus monoculture in the settlement, aimed on the wage labour of the settled who work in the eucalyptus plantation companies. Through some interviews with the settled peasants, we have discussed which impacts does the eucalyptus' monoculture provoke in the settlement and how is the relation between the plantation and the wage labour, trying to understand it like a resistance way in *São Joaquim* Settlement. So, we try to understand the different reasons which led the peasant families into the wage labour, and the resistance actions that are allowing these people to keep as peasants in *São Joaquim* Settlement.

Keywords: peasant, wage labour, peasant resistance, eucalyptus monoculture, São Joaquim Settlement

Dedico esta pesquisa a todos os camponeses e camponesas que com suas histórias de vida e luta continuam a me fascinar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Mario Alves da Fonseca, pai, amigo e à Lindaura Luiza da Silva, mãe, amiga e sempre perto quando eu precisei. À Ramon Henrique da Silva Fonseca, irmão e amigo. À Dona Benedita Ferreira da Silva, avó, amiga e sempre do meu lado; e à Daia, namorada, companheira que dividiu comigo os momentos difíceis da pesquisa, sempre contribuindo de maneira afetiva e teórica durante o trabalho. À vocês: pai, mãe, irmão, avó e namorada, que sempre estiveram do meu lado, obrigado pelo apoio e carinho incondicional. Jamais poderei retribuir tudo que fizeram e fazem por mim. Aos meus familiares que sempre torceram por mim.

Aos amigos de longa data, Tiago e Carlos, pela amizade dura mesmo com a distância. Ao amigo Bezerra, Bruno, Tiago Marques, pela amizade e por sempre oferecerem suas casas quando estive em Três Lagoas.

A todos os amigos de sala, pois sempre permaneceram por perto durante o mestrado e se tornaram grandes amigos. Aos companheiros Germano, Renato, Tiago, Djeovani e Gabi, pessoas que tive o prazer de conhecer e conviver durante o mestrado.

À professora Rosemeire e ao Mie, pelas contribuições para minha formação acadêmica e pessoal, pois sem vocês talvez esse trabalho não existisse.

Agradeço muito ao professor Antonio Thomaz Júnior, orientador, que contribuiu de forma determinante durante a pesquisa, orientando e dando liberdade na elaboração do trabalho.

Agradeço a todos os professores e professoras do Mestrado em Geografia da UFGD, com quem tive a oportunidade de conviver, e que, de diversas maneiras, contribuíram para a construção desse trabalho, principalmente a professora Márcia e ao professor Edvaldo pelas contribuições durante a qualificação.

Às famílias visitadas para a elaboração desse trabalho, que me atenderam com toda a atenção e carinho, em especial à Isabel e ao Seu Aníbal, que me receberam em sua casa durante as saídas de campo.

Muito obrigado a todos.

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade.

Raul Seixas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO DE CELULOSE E PAPEL NA REGIÃO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL	25
CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM: DA LUTA PELA TERRA ÀS DIFICULDADES PARA AREPRODUÇÃO CAMPONESA	48
2.1. O fazer-se camponês: trajetória das famílias do Assentamento São Joaquim.....	48
2.2. O ser camponês: as dificuldades para a permanência na terra	62
2.3 A produção camponesa: da dificuldade à criatividade	84
CAPÍTULO 3 - OS IMPACTOS DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM	88
CAPÍTULO 4 - RELAÇÕES DE TRABALHO E OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA.....	116
4.1 O trabalho assalariado como forma de permanência/resistência.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	144

Lista de Ilustrações

Gráfico 1: Área plantada com eucalipto no Mato Grosso do Sul (2005-2012).....	31
Gráfico 2: Estados com maior área plantada de eucalipto (2006-2012).....	32
Gráfico 3: Quantidade produzida na silvicultura (m ³) para produção de celulose e papel (2001-2011)	40
Gráfico 4: Produção de eucalipto em m ³ no Leste de Mato Grosso do Sul e nos principais municípios produtores – Três Lagoas, Selvíria e Brasilândia (2001-2011).....	41
Gráfico 5: Faixa etária dos assentados entrevistados.....	59
Figura 1: Área plantada aproximada de eucalipto por estado no Brasil (2006 e 2012) ..	34
Figura 2: Distribuição das principais áreas de monocultivo de pinus e eucalipto – Brasil, 2012.....	39
Figura 3: Escola como espaço de encontro	65
Figura 4: Moradias no Assentamento São Joaquim	67
Figura 5: Casas inacabadas e materiais de construção no Assentamento São Joaquim.....	69
Figura 6: Barracão ou casa?	70
Figura 7: Áreas de preservação permanente.....	73
Figura 8: Lotes nas áreas de cerrado	75
Figura 9: Criatividade da produção camponesa	84
Figura 10: Monocultivo de eucalipto	88
Figura 11: Número de Hortos da Eldorado Brasil - 2012.....	91
Figura 12: Cercamento do Assentamento São Joaquim pelo monocultivo de eucalipto.....	96
Figura 13: Proximidade das Plantas Fabris ao Rio Paraná.....	101
Figura 14: Reforma de Moradia	105
Figura 15: Projeção do Plano Estadual de Florestas para o ano de 2030	109

Lista de Mapas

Mapa 1: Área <i>core</i> do complexo de celulose e papel no Mato Grosso do Sul.....	26
Mapa 2: Uso da terra em Selvíria - 2000.....	43
Mapa 3: Uso da terra em Selvíria - 2005.....	44
Mapa 4: Uso da terra em Selvíria - 2011.....	45
Mapa 5. Polígono do Agrohidronegócio – Brasil, 2008.....	99

Lista de Quadros e tabela

Quadro 1: Trajetórias de vida e trabalho dos assentados (entrevistados).....	52
Quadro 2: Produção das famílias entrevistadas.....	85
Quadro 3: Propriedades da Eldorado Brasil (ha) - 2011.....	90
Quadro 4: Diferença do Contrato de Trabalho – Eldorado Brasil e JS Florestal.....	127
Tabela 1: Estrutura fundiária em Selvíria-MS – 2006.....	89

Lista de Siglas

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
FETAES - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
GETT – Grupo de Estudos Terra-Território
Ha – Hectares
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JBS – Grupo José Batista Sobrinho
M³ - Metros cúbicos
MCL – Mario Celso Lopes Empreendimentos
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG's – Organizações não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial
PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TDR – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
VCP – Votorantim Celulose e Papel

APRESENTAÇÃO

A preocupação em entender os efeitos perversos da expansão do monocultivo de eucalipto para o Assentamento São Joaquim, em Selvíria-MS, surgiu durante as ações de campo realizadas junto ao Grupo de Estudo Terra-Território (GETT), vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Três Lagoas e coordenado pela Professora Doutora Rosemeire Aparecida de Almeida. Naquele momento, foi possível perceber como a expansão das áreas de plantio de eucalipto prejudicava as famílias camponesas, principalmente dos Assentamentos da região.

Destacamos que o município de Selvíria está localizado na área de expansão do monocultivo de eucalipto, que limita-se com Três Lagoas (tida como a capital mundial da celulose), e dispõe atualmente de 637 famílias assentadas, distribuídas em 3 Assentamentos, sendo eles: São Joaquim, Alecrim e Canoas (Mapa 1, p.26).

O Assentamento São Joaquim tem 181 lotes, onde vivem aproximadamente 100 famílias, sendo que as 81 famílias restantes comparecem somente nos finais de semana e quando há reuniões. As famílias assentadas não contam com energia elétrica e o abastecimento de água é deficitário, reflexo direto da falta dos fomentos iniciais para a construção das casas de alvenaria para a produção. Com isso, o Assentamento São Joaquim tem características muito próximas de outros assentamentos da região que também convivem com as mesmas dificuldades e carecem de infraestrutura básica.

Das 100 famílias que moram permanentemente no Assentamento São Joaquim, foram entrevistadas 28. Com isso, acreditamos ter conseguido uma amostra significativa no que se refere à realidade de vida e de trabalho das famílias camponesas.

Também foi realizada uma entrevista com a Professora Inês Rezende, que é a atual diretora da Escola Municipal Rural do Assentamento São Joaquim, e com o ex-presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim¹, Nivaldo Correia da Silva, totalizando assim 30 entrevistas, realizadas entre os dias 27 de fevereiro e 7 de março de 2013. Entre os dias 13 e 17 de dezembro de 2013, realizamos nova visita ao Assentamento, e conversamos com alguns assentados, além de entrevistarmos o secretário de agricultura do município de Selvíria, Alessandro Batista

¹ Logo após o período em que foi realizada a entrevista, ocorreu um processo para a escolha de um novo presidente da associação. Até o momento não tivemos a oportunidade de conversar com o atual presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim.

Leite e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selvíria, Washington Luis Santos.

Durante os dias em que foram realizadas as entrevistas junto às famílias, permanecemos no Assentamento e pudemos compartilhar das dificuldades enfrentadas por elas, como a falta de energia elétrica, de moradias adequadas (já que em grande parte são feitas de madeira, lona, papelão etc.), a dificuldade de locomoção dentro do Assentamento e o acesso precário às fontes de água. Essa vivência contribuiu muito no momento de sistematização das informações e da redação da dissertação. Mesmo que em um curto espaço de tempo, apesar do hábito de estarmos constantemente conectados à *internet* e ao celular, é possível “sobreviver” sem acessar a caixa de *email* ou receber uma ligação. Esta, inclusive, é a realidade das famílias e jovens que vivem no Assentamento, os quais não apenas vivem esta limitação num curto período de tempo, mas estão privados há anos deste tipo de acesso. Além disso, também estão privadas do acesso às condições mais básicas, como, por exemplo, a possibilidade de congelar a carne dos animais abatidos (bois, porcos) ou mesmo de beber água gelada e tomar um banho quente.

Recordo de uma experiência que foi muito marcante durante esse período no Assentamento, mesmo acostumado a essa realidade durante as visitas de campo realizadas no período da graduação em geografia na UFMS-Três Lagoas. Certo dia, realizando as entrevistas, percebi que estava se aproximava um tempo chuvoso - algo típico do verão, após um dia muito quente. Terminei a entrevista e não havia mais tempo de voltar para a moradia do assentado em que estava hospedado. Resolvi, então, permanecer e esperar a chuva passar. A chuva acabou sendo mais forte que o esperado, e senti medo naquele momento, pois a queda do barraco onde me abrigava era iminente e o mesmo poderia ser arrastado pelo vento e pela enxurrada. Em silêncio, o medo aumentava. Mas, de repente, ao olhar para o lado, me deparo com a filha do casal que entrevistava, de apenas 9 anos, brincando com os copos em cima da mesa, como se nada estivesse acontecendo.

Nesse momento podemos pensar quantas chuvas como aquela, ou até piores, essas crianças vivenciam em seus barracos para nem ao menos se intimidarem com o que estava acontecendo? Após isso, observei a mãe lavando os copos na pia, tranquilamente, e o marido, do lado, falando: “nessa época é normal essas chuvas por aqui”. Percebo que para mim o que causava espanto era mais que normal para a família que me acolhia.

Isso me fez pensar na diferença existente entre “visitar”, “morar” ou “passar uns dias” em um Assentamento. Na condição em que se apresenta para essas famílias, pensar como a moradia, a comida e a rotina estão colocadas de outra forma.

Dividir o que se tem com todas as casas como o café, os almoços oferecidos. A receptividade das famílias, que paravam suas atividades e conversavam por mais de uma hora, reiterando convites para retornar. Percebemos nessa experiência que há uma relação com o tempo que não é marcada pelo relógio ou pelo tempo do capital, mas sim, pelo tempo do camponês, das boas relações, de sociabilidade, de vizinhança.

As visitas às famílias foram feitas com o auxílio de uma bicicleta que foi emprestada pela família que me hospedou nos dias que permaneci no Assentamento, vale destacar que as famílias que eram visitadas muitas vezes não me conheciam, mas, identificavam que eu estava com a bicicleta da família que me abrigava. Isso nos surpreendeu, pois percebemos que a interação entre as famílias possibilitou que através do reconhecimento da bicicleta do assentado se criasse uma relação de confiança entre os assentados que visitava e o pesquisador.

Podemos vivenciar a dificuldade em locomover-se no Assentamento, nos dias de chuva tínhamos que desviar das poças de água nas estradas além do barro que dificultava as visitas aos lotes. Nos dias sem chuva a dificuldade de locomoção devido aos bancos de areia que nos faziam constantemente, descer da bicicleta e a empurrarmos sob forte calor, porém a experiência foi extremamente gratificante, muitas famílias se identificavam com o meio de transporte e muitas vezes se espantavam ao saber que um estudante universitário andava pelo Assentamento de bicicleta. A permanência na casa do assentado proporcionou sentir como é morar em uma moradia de lona em dias quentes e chuvosos, sem energia elétrica. Durante o período em que permaneci no Assentamento tive o prazer de conviver com as famílias dos assentados que me acolheram em suas casas e me ajudaram a traçar os caminhos das entrevistas, além de partilhar suas histórias de vida. A permanência no Assentamento e as visitas às famílias com toda a certeza se tornaram um diferencial dessa pesquisa e o leitor ao ler esse texto verá que essa experiência está presente no decorrer desse trabalho.

Durante as entrevistas, nos deparamos com a dificuldade em encontrar trabalhadores assalariados em suas casas, principalmente aqueles que trabalham no monocultivo de eucalipto, já que têm seu tempo controlado pelo capital, definindo a hora (tempo) de trabalho e a hora (tempo) de descanso.

Esse sujeito que trabalha como assalariado e é camponês, expressa, claro exemplo, da plasticidade do trabalho, pois pode ser operário das 7:00 horas às 17:00 horas, trabalhando para empresas ligadas ao monocultivo de eucalipto, e depois desse horário, pode retornar às práticas camponesas, reassumindo o controle do seu trabalho dentro do lote.

Esse sujeito passa, muitas vezes, por duas rotinas de trabalho; a do capital (trabalho abstrato) e a do lote (trabalho concreto)². Essas rotinas não o fazem ser mais ou menos camponês ou operário, mas mostram a dualidade desses sujeitos de se adaptarem à situação para garantir o sustento da família. Thomaz Júnior (2006) nos ajuda a compreender essa relação em seu texto “*Se camponês, se operário!* Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil”. Este texto e o aprofundamento destas questões serão levantados no capítulo IV deste trabalho.

As famílias buscam permanecer no lote após a luta pelo acesso à terra. Esse processo ocorre de maneira mais direta quando a família assentada tem apenas o trabalho assalariado como forma e alternativa para permanecer na terra. Isso acontece principalmente, devido à falta de incentivos do Estado à Reforma Agrária, como a falta de energia elétrica, água, estradas e fomentos, influenciando os assentados a saírem dos lotes para trabalhar em busca de renda para manutenção da família na terra, vendendo, desta forma, sua força de trabalho às empresas de celulose e papel da região.

Essas empresas vêem o Assentamento como forma de reduzir os custos de produção pela proximidade com as áreas de plantio de eucalipto na região. Assim, o Assentamento com pouca estrutura se transformou numa importante reserva de mão de obra para o capital, que se utiliza disso para conseguir reduzir salários e precarizar ainda mais o trabalho dos assentados.

Cabe pensar até quando o trabalho assalariado vai ser interessante para as empresas de plantio de eucalipto, já que cada vez mais as áreas de plantio vão se alastrando e ficando mais distantes do Assentamento, inviabilizando o trabalho dos assentados do município de Selvíria.

Essas questões serão abordadas nessa dissertação, oferecendo elementos contribuintes para entender como esse complexo de celulose e papel está influenciando

² Baseados em Marx (1984), apontamos que o trabalho concreto é produtor de valores de uso, ou seja, de coisas socialmente úteis à existência humana, com a constituição do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico. O caráter concreto do trabalho é suplantado em vista do surgimento do trabalho abstrato, sendo, portanto, alicerçado na produção de valores de troca e com o objetivo da valorização do capital por meio da extração da mais-valia, tornando-se assim a forma predominante de trabalho na sociedade capitalista.

as famílias camponesas no Assentamento São Joaquim. Para isso, traremos para a reflexão desde questões relacionadas ao assalariamento de camponeses, passando pelas questões ambientais e sociais - repercutem diretamente na qualidade da vida nos lotes - ou mesmo no fazer-se camponês fora do lote, isto é, no fazer-se assalariado. É em meio a esse movimento, definido por Thomaz Júnior (2013a) por “movimento territorial de classe do trabalho e da classe trabalhadora”, que situarmos nossas reflexões.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa nos propusemos a compreender o processo de expansão do monocultivo de eucalipto em consecução na região Leste de Mato Grosso do Sul, bem como seus desdobramentos para os assentados do Assentamento São Joaquim, localizado no município de Selvíria-Mato Grosso do Sul.

O Assentamento São Joaquim está localizado próximo ao cruzamento das rodovias MS-112 e MS-444 (ver mapa 1, p.26). A Fazenda São Joaquim foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 19 de março de 2007 e o Assentamento São Joaquim foi implantado em 15 de outubro de 2008. A então Fazenda São Joaquim criava gado de corte em áreas de pastagens degradadas e cerrado, com criação insignificante quando se leva em consideração o tamanho da propriedade. A fazenda tinha uma área de 2.641,38 hectares que hoje poderia ser ocupada por 181 famílias, o que demonstra a importância da desapropriação para a implantação de um Projeto de Assentamento, já que anteriormente a fazenda empregava apenas um funcionário e hoje, na mesma propriedade, poderiam viver e trabalhar 181 famílias. Isto evidencia como a conversão da propriedade em Assentamento mudou totalmente esse território, dando função social à propriedade.

Antes das famílias serem assentadas, encontravam-se acampadas próximo à fazenda por um período de quatro anos. O processo de acampamento se mostrou extremamente difícil para as famílias que permaneciam integralmente no acampamento, principalmente pela falta de água e pela distância da cidade de Selvíria, em torno de 48 quilômetros do antigo Acampamento e hoje Assentamento.

O Acampamento era ligado até o município de Selvíria pela MS-444, ainda hoje sem pavimento e de péssima qualidade, pois no período de seca, surgem os bancos de areia, e no período chuvoso, os atoleiros. Existiam dois tipos de famílias acampadas: as que moravam no acampamento e as que vinham apenas aos fins de semana, ocasião das principais reuniões.

As famílias assentadas no Assentamento São Joaquim são provenientes de vários acampamentos de vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul: Aparecida do Taboado, Nova Andradina, Inocência, Três Lagoas e Selvíria. As famílias de outros municípios acamparam na MS-444 na data próxima da desapropriação da fazenda.

O Acampamento que deu origem ao Assentamento São Joaquim foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selvíria, com famílias vinculadas ao

sindicato de Selvíria, e a outros sindicatos: Nova Andradina, Inocência e Aparecida do Taboado, com sedes em Mato Grosso do Sul.

Diferentemente de outras regiões do estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil, na região de Três Lagoas, a luta pela terra tem como principal agente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pois, há ausência de movimentos sociais, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essa presença dos Sindicatos influencia na dependência dos assentados em relação aos seus presidentes, o que faz com que as famílias tenham dificuldade em se organizar dentro do Assentamento. Há, no entanto, diferenças básicas entre os sindicatos e os movimentos sociais, por exemplo, no que se refere ao repúdio às ocupações de terra, por parte dos primeiros, sendo que durante os quatro anos em que as famílias permaneceram acampadas não houve uma ocupação sequer. Quando houve processos de desapropriação de terras para a implantação de Assentamentos na região Leste de Mato Grosso do Sul, estes são marcados por uma negociação entre presidentes dos sindicatos, fazendeiros e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sem a participação direta dos acampados, “excluídos” do processo. Os acampados são apenas “conduzidos” até a propriedade que está sendo negociada. Essa condição é um dos elementos que leva à falta de politização no Acampamento, já que os acampados não participam do processo de desapropriação da fazenda e das negociações, não por falta de vontade, mas, como já dito, pelo fato das diretorias dos Sindicatos negociarem diretamente com o INCRA e os fazendeiros, apenas repassando informações às famílias sobre os processos de desapropriação e implantação dos Assentamentos.

Essa negociação entre o sindicato e os fazendeiros pôde ser percebida no Assentamento São Joaquim, já que antes mesmo da divisão dos lotes pelo INCRA, as famílias ficaram em um pedaço de terra cercado pelo fazendeiro, onde permaneceram durante um ano. Esse período é chamado de “confinamento”, por ser uma área fechada de onde as famílias não poderiam sair, lembrado ao confinamento para engorda de animais em áreas fechadas. Durante esse período de "confinamento" o fazendeiro retirou os animais da fazenda e os acampados foram orientados pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para não saírem da área demarcada.

Segundo dados do INCRA, a Fazenda São Joaquim foi adquirida por R\$ 8.174.852,25. Levando em consideração a área da propriedade – 2.641 hectares – isso significa que cada hectare custou R\$ 3.125,65.

A escolha do tema de pesquisa, como indicado anteriormente, denota de nosso envolvimento no GETT – Grupo de Estudos Terra e Território e, portanto, de um posicionamento teórico no qual optamos por entender a Geografia por meio dos conflitos que (re)definem territórios e sujeitos. No caso específico, enfocamos as disputas e conflitos implícitos e explícitos no que diz respeito à expansão do monocultivo de eucalipto e à reprodução camponesa.

A presente dissertação se estrutura em quatro capítulos, tendo como objetivo entender como o monocultivo de eucalipto vem influenciando a vida das famílias assentadas no Projeto de Assentamento São Joaquim, no município de Selvíria, estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, buscamos entender as trajetórias de luta das famílias até chegar à terra. Também achamos importante compreender como os órgãos públicos atuam no Assentamento, com investimentos, infraestrutura e assistência técnica. Também abordamos as relações de trabalho no Assentamento, as questões sociais, ambientais e econômicas, como desdobramentos da expansão do monocultivo de eucalipto, bem como, aspectos positivos e negativos apontados pelas famílias entrevistadas.

Para isso, realizamos trabalhos de campo no Assentamento São Joaquim. Estivemos no Assentamento por um período de 10 dias, entre os dias 27 de fevereiro e 8 de março, e em outro momento entre 13 e 17 de dezembro de 2013. Nestes momentos realizamos as entrevistas e aplicamos os questionários com as famílias e lideranças. Os questionários foram aplicados com o intuito de obter informações referentes à idade, escolaridade e condições econômicas dos assentados; já as entrevistas, com questões mais abertas, possibilitaram o surgimento de perguntas que não estavam no roteiro pré-determinado. Nesse momento objetivamos compreender a trajetória das famílias até a chegada ao lote, bem como o entendimento da situação das famílias assentadas, trazendo elementos envolvendo a vida e o trabalho na terra e o trabalho assalariado no monocultivo de eucalipto, esclarecemos que optamos por não identificar as famílias entrevistadas e sim numerá-las já que os próprios assentados não desejavam que seus nomes ou sobrenomes fossem apresentados na pesquisa, optamos pela numeração pelo motivo que se utilizasse de pseudônimos poderíamos indicar sem a intensão o nome de algum morador no Assentamento e causar algum desconforto para a família.

O uso de fontes orais se demonstrou de suma importância, pois foi possível buscar, por meio das entrevistas junto aos assentados, o entendimento da realidade vivida dentro do Assentamento, condição que contribuiu de forma central para a

realização do trabalho. Nesse contexto, Almeida (2003) nos mostra a importância do uso das entrevistas na pesquisa científica.

Entendemos, por nossa vez, que este ato criativo da memória, expresso pela narrativa, é o cerne explicativo de sua importância e de sua especificidade. Desta maneira, é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra. Assim fontes orais “conta-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez”. (ALMEIDA, 2003, p.38)

Esse trabalho, o de revisitar a memória e se ver no presente, ajuda-nos a pensar como as famílias se viam no passado, se vêem hoje no assentamento e como elas vêem seu futuro. Assim, as entrevistas, somadas com as informações do questionário, ajudam a entender quem são os camponeses assentados no Assentamento São Joaquim.

Outro elemento importante foi o uso das fotografias durante as diversas visitas ao Assentamento. A fotografia é um recurso que contribui de forma direta com a pesquisa, como nos mostra Martins.

É a fotografia, portanto nesse caso, tomada pelo sociólogo em seus usos pessoais e sociais, pelo homem cotidiano e comum, como documento de sociabilidade, como expressão da diversidade de mentalidades e de perspectivas que se refletem na composição fotográfica e que expressam a vivência e a experiência diferencial numa estrutura de classes sociais. Trata-se da fotografia utilizada pelo sociólogo numa perspectiva muito próxima de como o historiador utiliza os documentos escritos, depositados nos arquivos, depurado do invasivo que seria a fotografia feita propositalmente com intenção documental pelo sociólogo. (MARTINS, 2011, p. 17-18)

Além de ilustrar situações vividas pelos assentados para o leitor que não conhece o Assentamento, sabemos que a fotografia também é documento que nos ajuda a compreender a realidade, de modo que o fotógrafo ao fotografar também tem uma intencionalidade de documentar o momento ou determinado objeto. Assim, na fotografia está embutido o posicionamento político, teórico e metodológico. Nessa pesquisa as fotografias, somadas às entrevistas, questionários e ao período de vivência no Assentamento, contribuíram para a nossa escrita e para o entendimento dos desdobramentos da expansão do monocultivo de eucalipto no Leste de Mato Grosso do

Sul, sobretudo no que consiste o assalariamento dos assentados do Assentamento São Joaquim.

Outro aspecto importante a destacar na realização da pesquisa foi a nossa permanência no Assentamento São Joaquim durante treze dias para realização das entrevistas. Isso nos ajudou perceber as dificuldades das famílias e entendermos como se realizam as relações entre as famílias assentadas.

Pensar a questão do território foi importante durante a pesquisa, visto que é imprescindível para se entender as contradições do sistema capitalista e as expressões do fenômeno do trabalho nos diferentes lugares.

Abordar os processos sociais e deles extrairmos os conteúdos dos fenômenos investigados, ou as diferentes formas geográficas de explicitação dos fenômenos do trabalho, na perspectiva dos significados espacial e territorial do metabolismo da sociedade do capital, requer que o território seja visto no âmbito do espaço, e o espaço como instância na qual vai se mover o ato analítico do território (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.140).

Assim, partimos do pressuposto que o território só existe a partir do espaço. Com isto, é a partir do território que extraímos os significados dos fenômenos investigados, o que implica em entender a multiplicidade dos elementos que se apresentam no Assentamento São Joaquim, especialmente na relação assentado-assalariado. Para se somar a noção de território apresentada por Thomaz Júnior, podemos ver o que nos mostra Santos (2000).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2000, p. 96-97)

Como observamos no Assentamento São Joaquim, essas duas visões sobre o território se complementam. O território por meio das relações de trabalho e do metabolismo social do capital e do território enquanto pertencimento, identidade e sentimento, condição que também é muito presente no Assentamento. Nesse sentido, e atentos à dinâmica territorial do trabalho, que se dá na maneira como o trabalho se

expressa territorialmente, sinalizamos que não podemos nos ater ao trabalho apenas enquanto abstração (relação assentado-assalariamento no monocultivo de eucalipto), mas, é preciso identificar as marcas territoriais do trabalho enquanto ato ontológico, para não correr o risco de reduzir os camponeses assentados a operários no Assentamento São Joaquim.

Portanto, é ancorado nessa trama de relações que entendemos o trabalho territorialmente. Isto permite, no caso investigado, identificar o território da reprodução camponesa e o território da acumulação ampliada do capital, tendo o trabalho enquanto mediador, seja enquanto ontologia do ser social - assentado na relação homem-natureza e homem-homem - ou na relação capital-trabalho, por meio da extração da mais valia.

Outra etapa importante da pesquisa se refere às informações de campo, à leitura de textos científicos relacionados à temática, de Geografia Agrária e de Geografia do Trabalho, aos textos de jornais e o acesso às páginas de *internet* de empresas que têm relação com a produção de celulose e papel no Brasil. Tais elementos foram imprescindíveis, juntamente com as entrevistas, para pensar a estrutura do texto, que foi dividido inicialmente em quatro capítulos.

No capítulo I sinalizamos que o monocultivo de eucalipto em Mato Grosso do Sul se territorializa na região Leste, principalmente nas Microrregiões de Paranaíba e Três Lagoas. Indicamos como se deu o processo de instalação das empresas Fibria e Eldorado Brasil, concentradoras da produção de papel e de celulose no Estado, bem como alguns dos rebatimentos, como o aumento no fluxo migratório, as condições de trabalho na construção das fábricas, o financiamento público etc. Demostramos, por meio de três mapas, o processo de transformação no uso da terra em Selvíria nos anos de 2000, 2005 e 2011, indicando o aumento nas áreas de monocultivo de eucalipto.

No capítulo II discutimos a trajetória das famílias e as dificuldades para a reprodução camponesa no Assentamento, destacando os principais fatos apontados pelos entrevistados em relação a sua trajetória de luta pela terra, trabalho e migrações. Assim, elaboramos um quadro que nos ajudou a entender as idas e vindas dos sujeitos até a chegada ao lote, bem como, conhecer quais eram os entrevistados e as principais dificuldades para a permanecerem na terra. Também nos utilizamos de fotos que ilustravam as realidades apontadas nas entrevistas e vividas pelos assentados.

No capítulo III analisamos os desdobramentos do monocultivo de eucalipto para as famílias assentadas, pensando nas perspectivas ambientais, sociais e econômicas. Novamente, as fotografias e entrevistas nos ajudam a entender como os assentados

percebem tais desdobramentos, tanto em relação aos aspectos positivos, quanto aos negativos. Nesse capítulo, discutimos como o trabalho assalariado se torna uma condição para a família conseguir renda para permanecer no lote e como o monocultivo de eucalipto causa impactos ambientais no Assentamento que, por conseguinte, se revertem em dificuldades para a reprodução camponesa.

O trabalho assalariado nas atividades agrícolas, especialmente nas atividades que envolvem o monocultivo de eucalipto, possibilitam a permanência das famílias no Assentamento, e essa situação de tornarem-se assalariados não impede os sujeitos de permanecerem enquanto camponeses. No capítulo IV, enfatizamos que esse camponês é também camponês e operário. Além de tentar entender como é a relação de trabalho entre assentados e empresa, a partir de entrevistas com funcionários e ex-funcionários da empresa, conseguimos entender os limites e perspectivas do trabalho das famílias no monocultivo de eucalipto.

Essas reflexões possibilitaram-nos a compreensão de como as famílias permanecem/resistem na terra, ainda que na área de expansão dos monocultivos de eucalipto, que influenciam tanto as populações do campo quanto da cidade. Acreditamos que como acontece no Assentamento São Joaquim, o assalariamento pode ser encontrado em outros Assentamentos da região Leste de Mato Grosso do Sul. Assim, consideramos que esse trabalho pode contribuir para políticas públicas que atendam às famílias assentadas, por exemplo, a partir da priorização da Reforma Agrária, seguida de ações concretas para manter as famílias na terra, o financiamento para plantio, a comercialização da produção, assim como o zoneamento para o monocultivo eucalipto seguido de proibição do aumento das áreas no Estado de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO I

A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO DE CELULOSE E PAPEL NA REGIÃO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL

Pensar a expansão do monocultivo de eucalipto nos municípios da região Leste de Mato Grosso do Sul³, principalmente nas Microrregiões de Paranaíba e Três Lagoas, é importante para entender a influência disso no Assentamento São Joaquim, localizado no município de Selvíria-MS.

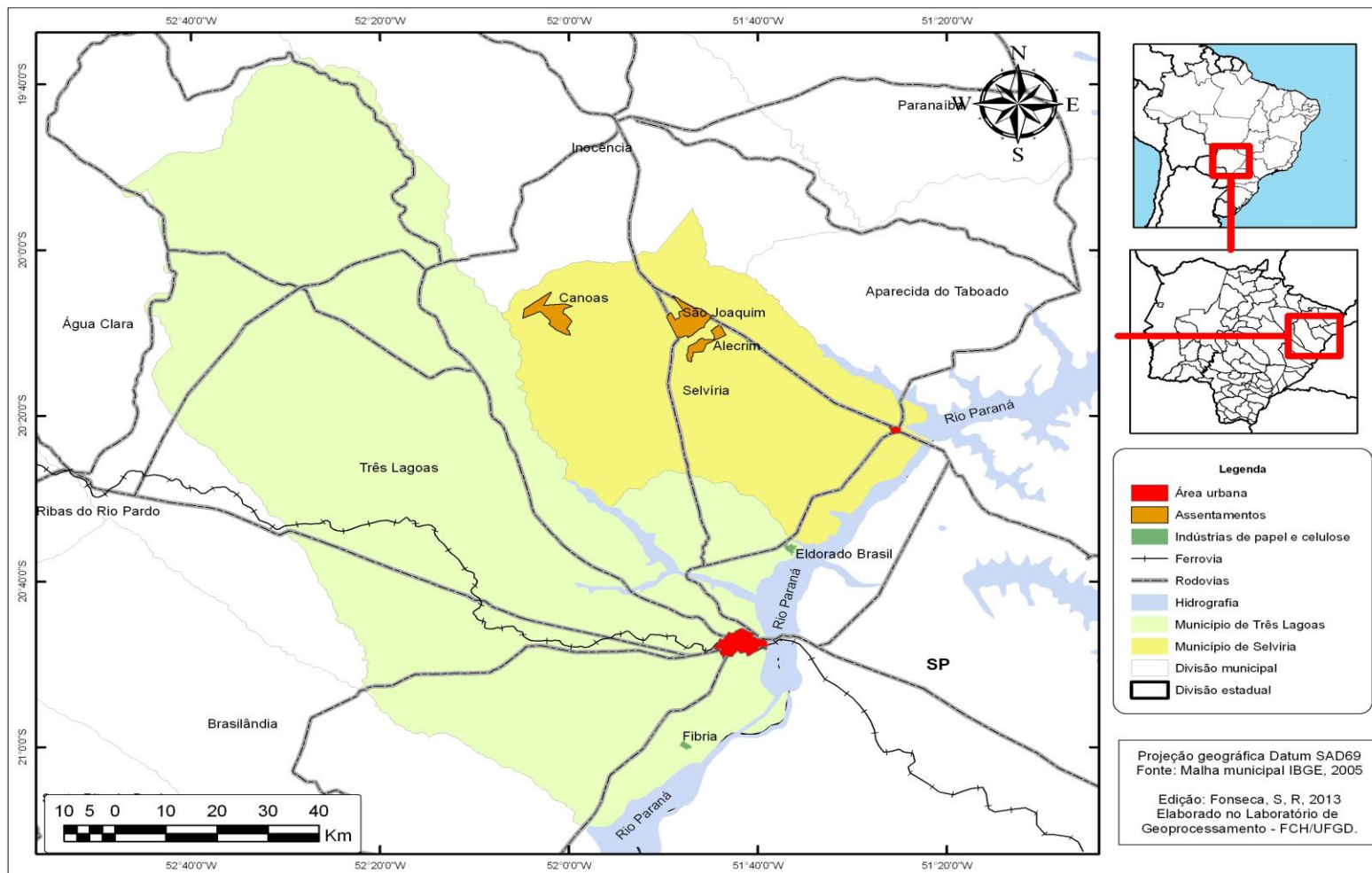
Atualmente a região Leste de Mato Grosso do Sul é uma das grandes áreas de expansão do monocultivo de eucalipto, principalmente pela instalação de duas fábricas de papel e celulose (Fibria e a Eldorado Brasil), financiadas em grande parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com plantas fabris instaladas no município de Três Lagoas. Seus efeitos não se restringem a esse município, refletidos em toda a região Leste de Mato Grosso do Sul, pelo monocultivo de eucalipto e de seus múltiplos impactos: econômicos, sociais, ambientais etc.

Apresentamos o mapa da área *core* do complexo de celulose e papel no Mato Grosso do Sul (Mapa 1, p.25), que não demonstra apenas o Assentamento pesquisado, mas também, outros dois Assentamentos localizados no município de Selvíria (Canoas e Alecrim), além das áreas urbanas dos municípios de Três Lagoas e Selvíria, as rodovias e a ferrovia que ligam os municípios sul mato-grossenses ao estado de São Paulo, as fábricas de papel e celulose (Fibria e Eldorado Brasil) e os cursos d'água.

Este mapa é importante para pensarmos sobre várias questões levantadas durante o trabalho, tais como a proximidade das empresas ao Rio Paraná – a localização do Assentamento São Joaquim a empresa Eldorado Brasil – e sua relação com o monocultivo de eucalipto, a proximidade da fábrica da Eldorado Brasil ao município de Selvíria. Isso nos ajuda a entender o porquê da instalação das fábricas na região Leste de Mato Grosso do Sul, principalmente quando se demonstra a proximidade com o Estado de São Paulo, com as rodovias, ferrovias, hidrovias, fatores que significam vantagens locais para o escoamento da produção.

³ A Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul é formada por 18 municípios, divididos em quatro Microrregiões, sendo elas: Microrregião de Cassilândia (Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica e Paraíso das Águas), Microrregião de Nova Andradina (Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Nova Andradina e Taquarussu), Microrregião de Paranaíba (Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba, Selvíria), Microrregião de Três Lagoas (Água Clara, Brasilândia, Ribas do Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas).

Mapa 1 - Área core do complexo de celulose e papel no Mato Grosso do Sul



Compreendemos que, o Assentamento São Joaquim localiza-se numa área dotada de um conjunto de fatores locacionais (proximidade com rodovias, ferrovia, a existência de água disponível, a localização em relação ao estado de São Paulo e ao município de Três Lagoas, que polariza a produção de papel e celulose no Mato Grosso do Sul), conforme enfatizaremos na sequência do trabalho. Entendemos que tais fatores locacionais dotam o território de vantagens permitindo a expansão do monocultivo de eucalipto contribuindo de maneira direta para a consolidação das fábricas de celulose e papel no município de Três Lagoas, influenciando diretamente na consolidação das áreas de monocultivo de eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul.

Perpetua (2012) nos indica como foi o processo de instalação da Fibria, inaugurada no dia 30 de março de 2009.

[...] a instalação deste tipo específico de indústria na região ocorreu com a chegada da empresa brasileira Votorantim Celulose Papel (VCP), o antigo “braço verde” do Grupo Votorantim, em parceria com a International Paper, que compuseram um projeto conjunto batizado “Projeto Horizonte”, a partir de troca de ativos entre as duas empresas no ano de 2006, momento em que se deu o lançamento da pedra fundamental do então chamado Complexo VCP-IP. Sua construção levou três anos e custou cerca de R\$ 3,88 bilhões, financiados em sua maior parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (PERPETUA, p.31, 2012)

A empresa denominada atualmente de Fibria é resultado da fusão entre as empresas Votorantim Celulose e Papel (VCP) e *International Paper*, com grande volume de investimentos financiados pelo BNDES. Assim, este banco estatal tem o controle de 30,42% das ações da empresa, que são negociadas na bolsa de São Paulo (PERPETUA, 2012).

A Eldorado Brasil foi inaugurada oficialmente no dia 12 de dezembro de 2012 como a maior fábrica em produção de celulose em fibra curta e branqueada⁴ do mundo. Perpetua (2012) nos ajuda a entender a instalação da empresa no município de Três Lagoas.

Em 2010, a empresa Eldorado Brasil, controlada pelo grupo JBS e pela MCL Empreendimentos, e sediada em Três Lagoas, também lançou a pedra fundamental de sua fábrica de celulose no município, um projeto ainda mais audacioso orçado em cerca de R\$ 5,1 bilhões,

⁴ A celulose de fibra curta, com 0,5 a 2 milímetros de comprimento, deriva principalmente do eucalipto. Essas fibras são ideais para a produção de papéis, como os de imprimir e escrever e os de fins sanitários (papel higiênico, toalhas de papel, guardanapos). As fibras do eucalipto também compõem papéis especiais, entre outros itens. Elas têm menor resistência, com alta maciez e boa absorção. (Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel, 2013)

R\$ 2,7 dos quais financiados com aportes públicos via BNDES. (PERPETUA, p.33, 2012)

Notamos a presença do BNDES como principal financiador. Destacamos que, dessa vez, a fusão ocorreu entre o grupo JBS e MCL empreendimentos, que iniciavam a fábrica da Eldorado Brasil, atualmente a maior fábrica do ramo de celulose do mundo.

Ressaltamos que os meios de comunicação divulgam Três Lagoas como grande polo de produção de eucalipto, como pode ser observado na seguinte notícia: “*Plantações de eucalipto desbancam pecuária de corte em Mato Grosso do Sul: Os eucaliptais, com seus investimentos bilionários, estão transformando o município de Três Lagoas em referência nacional na produção de celulose*” (REVISTA GLOBO RURAL, 31/11/11).

*Três Lagoas - Capital mundial da celulose: Bem-vindo a cidade de Três Lagoas. Saiba por que de tradicional capital do gado esse município de Mato Grosso do Sul tornou-se o destino prioritário de investimentos bilionários da indústria de celulose. É também um caso emblemático para entender a transformação desse setor no Brasil e no mundo*⁶. (ÉPOCA NEGÓCIOS, sem data)

As matérias foram veiculadas em meios de comunicação de circulação nacional destacando o crescimento econômico do município, enfatizando a saída do gado do cenário e a chegada do eucalipto, ressaltando ainda os investimentos bilionários realizados para a construção das fábricas de celulose e papel, financiando pelo BNDES. Mas essas matérias não apontam os impactos sociais da chegada dessas empresas no campo e na cidade. A mídia referencia ainda atitudes como a do Deputado Estadual Eduardo Rocha.

Graças ao Projeto de Lei do deputado estadual Eduardo Rocha (Líder do PMDB na Assembleia Legislativa de MS), Três Lagoas, que também é conhecida como “Cidade das Águas”, conquistou o título de “Capital Mundial da Celulose”, retratando a nova realidade econômica e social da cidade. Parabéns ao parlamentar pela oportuna iniciativa que enalteceu, de forma merecida, Três Lagoas, contribuindo sobremaneira para sua projeção na Região, no estado de Mato Grosso

⁵ Disponível em <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI222687-18283,00-PLANTACOES+DE+EUCALIPTO+DESBANCAM+PECUARIA+DE+CORTE+EM+MATO+GROSSO+DO+SUL.html>. Acesso dia 20, ago. 2012.

⁶Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT177058-16642,00.html>. Acesso dia 20, ago. 2012.

do Sul, em todo o Brasil e no Mundo⁷. (Três Lagoas: Capital Mundial da Celulose, 02/06/2013)

Há grande ostentação e estímulo, por parte da mídia e dos políticos do Estado, para que Três Lagoas seja considerada a “Capital Mundial da Celulose”. Mas não é só por isso que Três Lagoas vem se tornando notícia. Como se nota num artigo de Almeida (2010), publicado no Jornal Brasil de Fato, há um “não dito” sobre a “capital mundial da celulose”.

Esta velocidade ocorre porque o Estado tem ordenado o território por meio de incentivos, isenções, flexibilização ambiental, o que permite uma acumulação de capital acelerada. Em três anos, a Fibria dobrou a área plantada e montou um complexo de celulose-papel, em torno de 280 mil ha, que faz com que, do total produzido pela empresa, Três Lagoas responda por ¼ da produção de celulose (1,3 milhão Ton./Ano). Por outro lado, o Plano Estadual de Florestas/MS apresenta números no mínimo espantosos, projetando uma área plantada de eucalipto, em Mato Grosso do Sul, de 1 milhão de ha (SEPROTUR, 2009). O céu é o limite!

Alguns probleminhas, como o caos no trânsito, são citados aqui e ali, sem realce, para que pareçam coisa normal, consequência inevitável do progresso. O que não se revela são os números do “probleminha” que se materializam em seres humanos a lotar os leitos do único hospital público da cidade.

Como de praxe, não há na matéria o contradito. Ouviram apenas os que ganham muito, em especial os especuladores imobiliários, pois, como diz a reportagem, se pode viver na cidade da renda dos alugueis; já o outro lado há muito não dorme pela sangria do aluguel.

Poderíamos enumerar vários não ditos que merecem investigação da academia, por exemplo: camponeses têm relatado constantes e intensos ataques de papagaios e maritacas em suas roças de milho; frutas do pomar são disputadas, cada vez mais, com araras e tucanos; há registro de pulverização aérea em plantios de eucalipto próximo a área de assentamento; nascentes e córregos em desequilíbrio. (BRASIL DE FATO, 03/12/10, p.3)

Como vemos, há também grande número de impactos sociais que não são divulgados pela grande mídia, como o aumento de acidentes de trânsito, o aumento da violência no município e, principalmente, a grande especulação imobiliária. Além disso, há, também, insuficiência do sistema de saúde para atender à população e os novos trabalhadores que chegaram ao município, impactos estes que são observados tanto no campo quanto na cidade.

⁷Disponível em <http://www.tribunanews.com.br/colunistas/gente-de-expressao/tres-lagoas-capital-mundial-da-celulose>. Acesso dia 20, ago. 2012.

Para esta pesquisa, nos ateremos aos impactos do monocultivo de eucalipto para os camponeses da região, sobretudo, para os assentados do Assentamento São Joaquim: os ataques de animais às plantações, a inviabilização de novas áreas para Reforma Agrária, os efeitos para a soberania alimentar, além da relação direta entre a empresa (Eldorado Brasil) e os assentados, visto que muitos deles trabalham na Eldorado Brasil devido às dificuldades que encontram para permanecer no lote, conforme abordaremos no capítulo II.

Quanto à produção de alimentos, Almeida (2010) ressalta:

A ineficiência da política pública voltada ao estímulo da produção familiar coloca impasse iminente na região Leste, obra, em especial, da dinâmica de monopolização do território, pois a produção de alimentos básicos, segundo o Censo 2006 (IBGE), está em decréscimo contínuo em Três Lagoas. A utilização de terras para a produção dos alimentos básicos é insignificante. A área colhida de cana, feijão, mandioca e milho totaliza 123 ha, ou 0,01% da área total (932.678ha). Também decresce a produção de leite e o rebanho bovino em comparação ao Censo 1995/96. Urge pensar numa escala de alternativas pautada no limite e na diversidade socioambiental. (BRASIL DE FATO, 03/12/10)

A produção de alimentos no município se torna cada vez menor, ocupando área de 0,01% de Três Lagoas. Em outros municípios essa condição não é diferente, pois a redução na produção de alimentos e leite pode ser notada nos municípios de ocorrência da expansão dos monocultivos de eucalipto⁸. Outro impacto que merece destaque ocorreu durante a construção das fábricas, com intenso processo migratório para a região. Tratavam-se dos trabalhadores para a construção civil, mas também, de trabalhadores para o plantio das novas áreas de eucalipto, visando atender as plantas fabris. Isto causou fortes impactos na área urbana do município, principalmente na esfera da saúde e do transporte, serviços que não conseguiram e não conseguem atender toda a população que passa a viver temporariamente ou definitivamente no município de Três Lagoas isso pode ser observado ao conversar com os moradores do município .

Durante a obra, tornou-se comum constatar nos jornais da região notícias de greves dos trabalhadores ligados à construção da Eldorado Brasil. As principais reclamações por parte deles eram os baixos salários pagos e as péssimas condições dos alojamentos. Uma das greves aconteceu devido à falta de água para o banho e para a lavagem de suas roupas.

⁸ Informações colhidas durante o trabalho de campo junto as famílias assentadas no Assentamento São Joaquim.

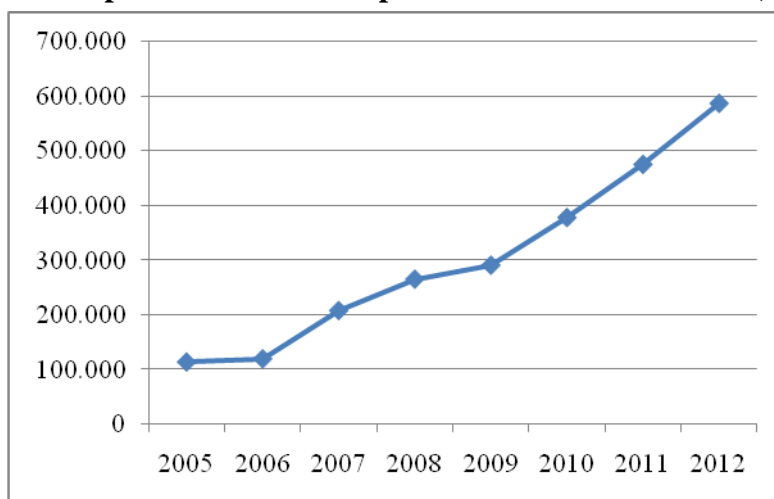
A gente chega do trabalho cansado, suado e não consegue tomar banho porque não tem água. Isto revolta. O que a gente reivindica é só isto: água e comida de qualidade”, disse um trabalhador de 30 anos. A mesma acusação foi feita por outro trabalhador. “Aqui é assim, quem chega primeiro do trabalho consegue tomar banho. O restante não. O caminhão pipa [da Prefeitura] vive vindo aqui para abastecer as caixas (TRABALHADORES ATEIAM FOGO EM ALOJAMENTO, JORNAL DO POVO, 10/12/2011⁹)

Como apontamos por meio da matéria do jornal, mesmo sendo de conhecimento do órgão público que os alojamentos não tinham água suficiente para todos os trabalhadores, nada foi feito. Assim, a única forma de mostrar à sociedade o desrespeito da empresa para com os trabalhadores, foi pela manifestação, fazendo com que toda a mídia da região evidenciasse o descaso que ocorria com os trabalhadores na construção da Eldorado Brasil.

Essas duas grandes fábricas (Fibria e Eldorado Brasil) foram instaladas no mesmo município, alterando, de fato, toda a região Leste de Mato Grosso do Sul, principalmente pela necessidade de anexar (via compra ou arrendamento) grandes áreas para o monocultivo de eucalipto.

Podemos perceber a velocidade desse crescimento a partir dos dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) demonstrados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Área plantada com eucalipto no Mato Grosso do Sul (2005-2012)

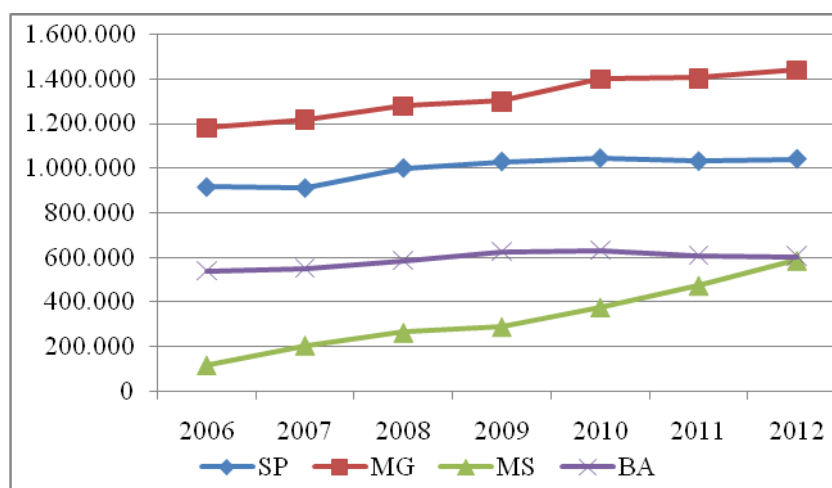


Fonte: Anuário ABRAF, 2006 e 2013.

⁹Disponível em http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=44613. Acesso dia 20, ago. 2012..

De acordo com o gráfico 1, o crescimento da área plantada de eucalipto em Mato Grosso do Sul aumentou, em seis anos, 517%. Em 2005, a área plantada no estado era de pouco mais de 100.000 hectares; em 2012, essa área se aproximou de 600.000 hectares. Esse processo acontece de forma muito mais significativa em Mato Grosso do Sul do que nos outros estados da federação¹⁰. O Gráfico 2 demonstra esse crescimento em Mato Grosso do Sul em comparação a outros estados.

Gráfico2: Estados com maior área plantada de eucalipto (2006-2012)



Fonte: Anuário ABRAF 2013.

Por meio dos dados, demonstramos que no Estado de Mato Grosso do Sul a área plantada com eucalipto cresceu de forma significativa quando comparada aos estados que possuem maior área plantada no Brasil (Gráfico 2). Notamos que, no período entre 2006 e 2012, apenas a Bahia registrou pequena redução na área plantada de eucalipto, entre os anos 2009 e 2012, totalizando, no período de 2006 – 2012, aumento de 11% na área plantada.

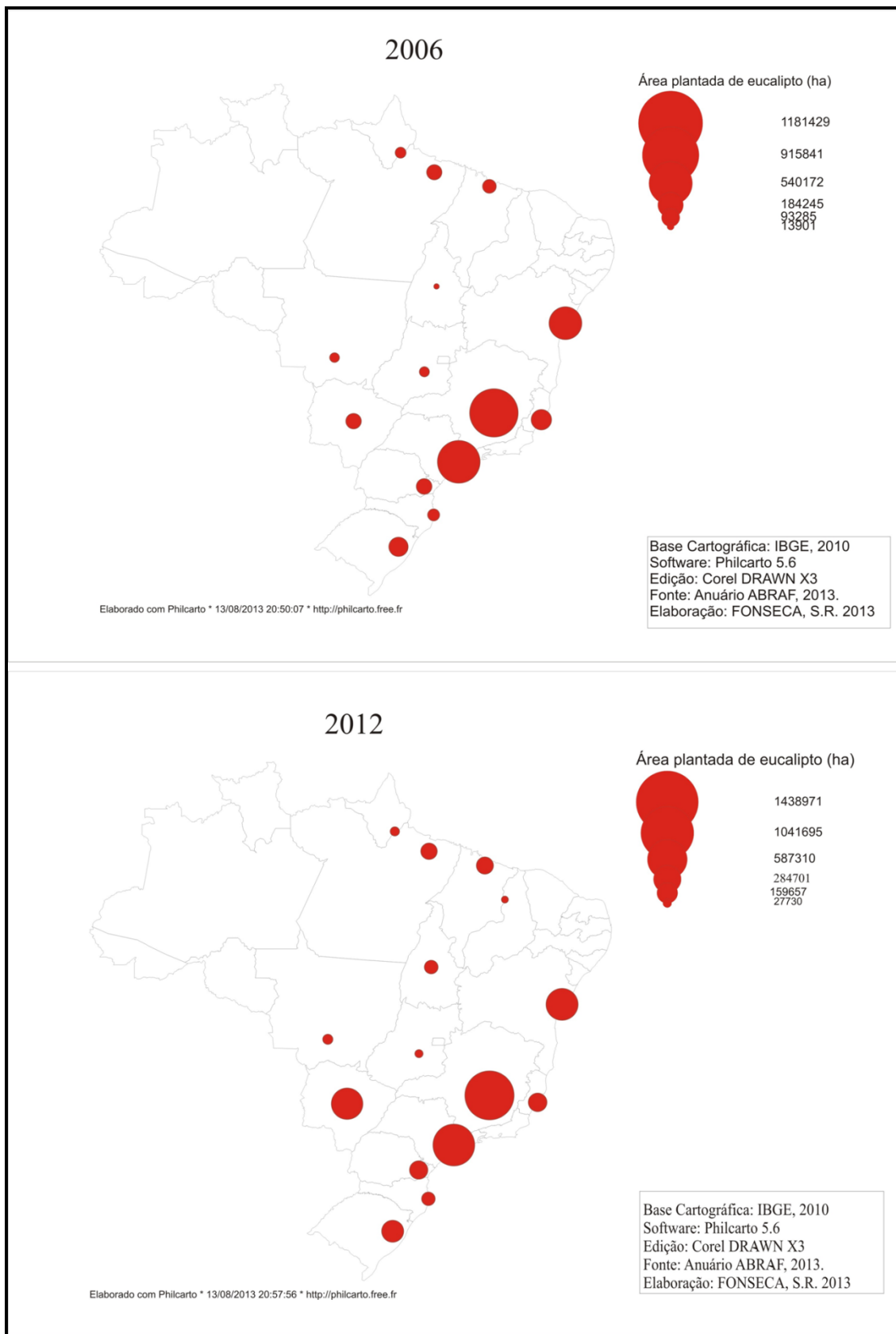
Tradicionalis estados produtores, como São Paulo e Minas Gerais, também, tiveram aumentos modestos em suas áreas plantadas entre os anos de 2006 e 2012, registrando 12% e 18%, respectivamente; porém, ambos possuem área plantada superior a um milhão de hectares. No Estado de Mato Grosso do Sul entre 2006 e 2012, notamos, portanto, crescimento muito mais intenso na área plantada de eucalipto, totalizando 492%, o que representa um novo território de expansão e acumulação de

¹⁰ Indicamos apenas os quatro estados brasileiros com maior área plantada de eucalipto, sendo eles Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Mato Grosso do Sul. Importantes estados produtores como Espírito Santo e Rio Grande do Sul não aparecem no gráfico, pois não estão entre os quatro maiores em área plantada de eucalipto. Segundo dados da ABRAF (2013), o Rio Grande do Sul ocupa o quinto lugar, com 284.701 hectares plantados de eucalipto, e o Espírito Santo o sexto lugar, com 203.349 hectares.

capital, em especial para as empresas do ramo de papel e celulose. A tendência nos próximos anos é ultrapassar o estado da Bahia em área plantada, tornando-se assim o terceiro estado brasileiro em área plantada com eucalipto.

A figura 1 demonstra a espacialização e o avanço das áreas plantadas de eucalipto no Brasil, comparando-se com as áreas plantadas em todos os estados produtores em 2006 e 2012.

Figura 1: Área plantada aproximada de eucalipto por estado - Brasil (2006 e 2012)



Fonte: Anuário ABRAF, 2013

A figura 1 reforça a compreensão do crescimento da área plantada de eucalipto no Mato Grosso do Sul. Enquanto nos estados tradicionais as áreas de produção de eucalipto crescem pouco, estados como Mato Grosso do Sul e Tocantins tiveram aumentos significativos das áreas no período de 2006 e 2012.

No caso de Tocantins, em 2006, havia apenas 13.901 hectares de área plantada de eucalipto; já em 2012, 109.000 hectares plantados. No Piauí registrou-se área de 27.730 hectares plantados em 2012, segundo dados da ABRAF (2013), esse plantio são iniciados em 2010. O Maranhão contava, em 2006, com 93.285 hectares plantados e, em 2012, passou para 173.324 hectares. Desse modo, Maranhão, Piauí e Tocantins são Estados interessantes para instalação á diversas empresas de papel e celulose.

Foi sobretudo a disponibilidade de terras nessas regiões que atraiu grandes grupos, desde produtores tradicionais, como Suzano Papel e Celulose, a novos investidores, entre eles a J&F Investimentos, da JBS, e o grupo GMR, da Braxcel. E o eucalipto, matéria-prima para a produção de celulose de fibra curta, subiu o Brasil e seguiu a rota de outros insumos agrícolas, que encontraram uma nova fronteira no chamado Mapito (Maranhão, Piauí, Tocantins)¹¹. (Celulose leva o plantio de eucalipto para interior, 09/07/2013)

Os estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia tornaram-se uma área de expansão dos monocultivos de eucalipto no Brasil, na região chamada de **MAPITOBA**, junção das siglas dos quatro estados. Juntamente com Mato Grosso do Sul, são atualmente as principais áreas de expansão de monocultivo de eucalipto.

Tanto nas áreas de expansão em Mato Grosso do Sul, como no Maranhão, Piauí e Tocantins, há a presença do grupo JBS, acionário da Eldorado Brasil, empresa também instalada em Três Lagoas.

Esse processo aponta a migração de plantas fabris de celulose para o interior do país, indicando uma nova geografia na produção de papel e celulose no Brasil. Ressaltamos que muitas dessas empresas pararam de expandir suas áreas em regiões onde há conflitos territoriais, como no Espírito Santo e Rio Grande do Sul, e instalaram-se em *novas* regiões, onde esses conflitos ocorrem em menor intensidade. O exemplo da Fibria pode ser destacado, já que tem vendido suas unidades no Rio Grande do Sul e instalando-se em outras regiões.

¹¹ Disponível em <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/celulose-leva-o-plantio-de-eucalipto-para-interior>. Acesso dia 11, set. 2013.

São Paulo - A Fibria, empresa resultante da união da Aracruz com a Votorantim Celulose e Papel (VCP), concluiu hoje a operação de venda de sua Unidade Guaíba, no Rio Grande do Sul, para a empresa chilena CMPC, que assume a partir de hoje o controle da operação.¹² (Fibria conclui venda da Unidade Guaíba no RS, 15/12/09)

A pressão dos movimentos sociais faz com que essas empresas não consigam ou percam selos internacionais, sendo que suas ausências provocam a redução nos preços dos produtos ou implica no impedimento da venda da celulose para o mercado europeu e asiático. A ação de organizações camponesas no Rio Grande do Sul, por exemplo, causou sério impacto nas certificações. O exemplo mais importante foi a mobilização das mulheres camponesas, em março de 2006.

“PORTO ALEGRE – Cerca de 2 mil agricultoras ligadas à Via Campesina realizaram uma ação relâmpago na madrugada desta quarta (8) nas dependências da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), município que fica a cerca de duas horas de Porto Alegre. O ato, que também comemorou o dia internacional da mulher, foi um protesto contra a expansão da monocultura de eucalipto no estado do Rio Grande do Sul, atividade que vem crescendo vertiginosamente e que, segundo as agricultoras, tem transformado a região em um deserto verde improdutivo do ponto de vista da soberania alimentar¹³”. (Carta Maior: Em ação nesta madrugada, mulheres destroem viveiro da Aracruz no RS, 08/03/ 2006)

Ações como essa fizeram com que as empresas perdessem certificações, além de pressionarem os governos a se posicionarem sobre a expansão das áreas de plantio de eucalipto no Estado do Rio Grande do Sul.

O mesmo ocorreu no Espírito Santo, pois cada vez mais os movimentos ligados à terra - camponeses, indígenas e quilombolas - contestam a expansão dos monocultivos de eucalipto. Esses diferentes movimentos sociais formam o Movimento Alerta contra o Deserto Verde. Como nos mostra Scarin (2012), os conflitos e manifestações fizeram com que no ano de 2001 o Ministério Público proibisse o plantio de eucalipto em novas áreas no Estado do Espírito Santo (SCARIN, 2012).

¹² Disponível em http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/releases/release_2009dez15.htm. Acesso dia 20, ago. 2012.

¹³ Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10145. Acesso dia 20, ago. 2012.

Barcelos (2010) contribui para entender como os movimentos se articularam no Movimento Alerta contra o Deserto Verde no Espírito Santo.

O movimento quilombola articulou-se com os movimentos indígenas e com os movimentos camponeses que são as principais referências no enfrentamento contra a Fibria. Estas organizações populares promovem debates e mobilizações constituindo o Movimento Alerta Contra o Deserto Verde. Esta articulação foi um marco no novo padrão de conflitualidade em conjunto com as transformações na mediação entre o Estado e o agronegócio no Espírito Santo. Esta rede reúne uma diversidade visível de sujeitos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo - FETAES, vinculada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Comissão Pastoral da Terra - CPT, além de acadêmicos, ambientalistas, ONGs, pequenos proprietários agrícolas, igrejas, lideranças políticas locais e estaduais, sindicalistas, entre outros, com o objetivo de conter a expansão da monocultura do eucalipto, denunciando os impactos socioambientais causados por sua produção para celulose e carvão vegetal e cobrando publicamente do governo a reparação pelos danos causados às comunidades (BARCELOS apud. SCARIM e SANDRES, 2012, p 06)

Essa organização se posicionou contra a expansão das áreas de eucalipto no Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, e se tornou importante no cenário nacional e internacional ao produzir documentários como “Cruzando o Deserto Verde¹⁴”, lançado no ano de 2002, denunciando os impactos sociais, ambientais e econômicos do monocultivo de eucalipto nas comunidades rurais do Espírito Santo.

Como vemos essas ações no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, fizeram com que as empresas buscassem novas áreas de expansão em outros estados (Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia) onde os movimentos sociais contra o monocultivo de eucalipto ainda não estejam bem organizados. Tal fato ficou evidente especificamente em Mato Grosso do Sul, onde os movimentos sociais, principalmente na Região Leste do Estado, ainda vêm se organizando contra os monocultivos de eucalipto¹⁵.

A expansão das áreas monocultoras de eucalipto no estado do Mato Grosso do Sul está ligada diretamente a inexistência de movimentos sociais de grande expressão

¹⁴ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=EKsw66REwnQ>. Data de acesso dia 10, set.2013.

¹⁵ Sabemos que na Região Leste do Mato Grosso do Sul atualmente não temos a presença de movimentos sociais que lutem contra a expansão do monocultivo de eucalipto e suas consequências, mas, entendemos que com o acirramento desses impactos, e pelas entrevistas com os assentados, acreditamos que essa organização vêm se construindo mesmo que de maneira tímida na região.

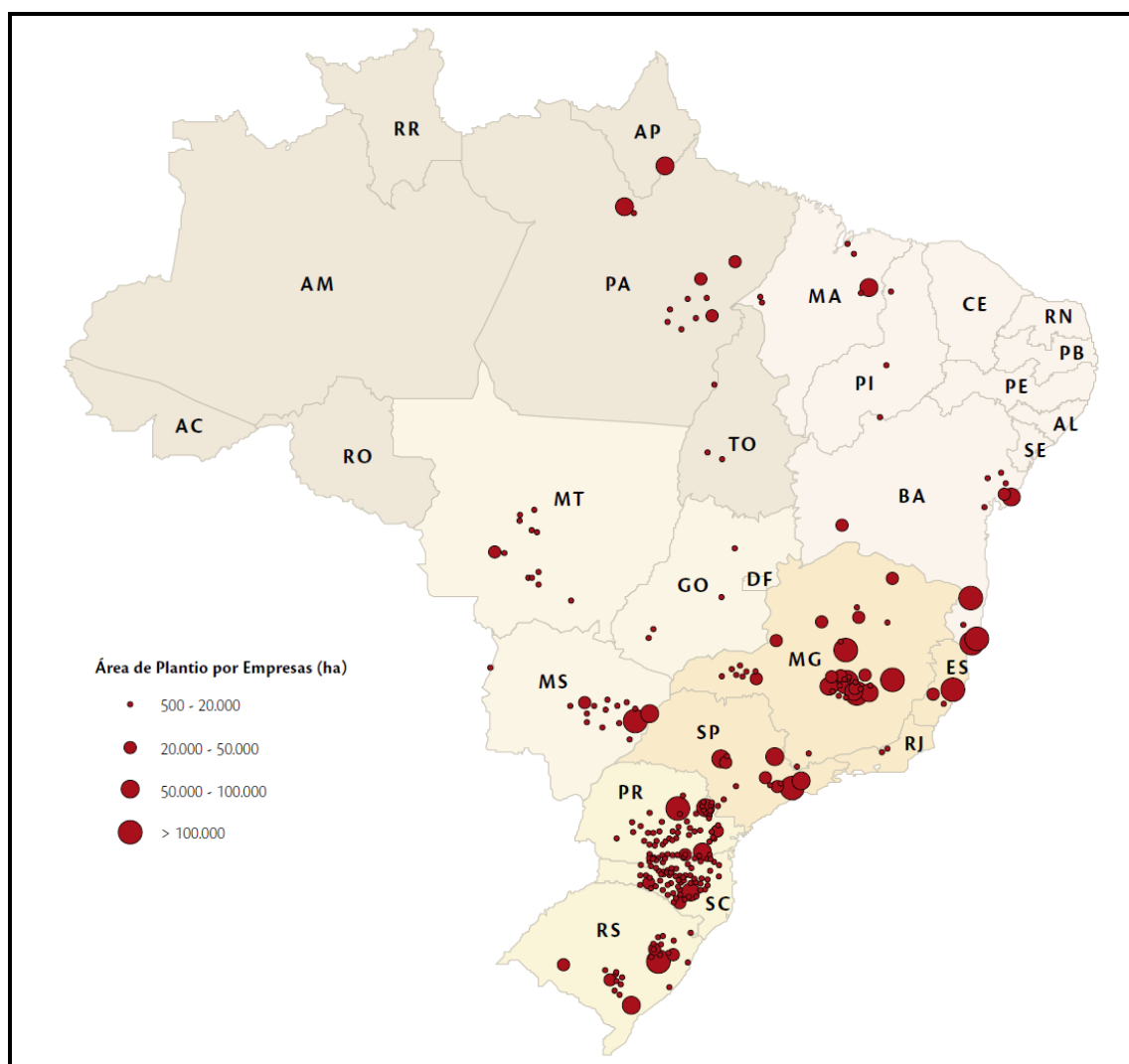
dedicados à luta pela terra, o principal agente na luta pela implantação de assentamentos na região Leste de Mato Grosso Sul, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos diferentes municípios, que não vem desenvolvendo nenhuma ação contra as empresas de celulose e papel na região.

Assim, com a ausência de movimentos sociais questionadores da expansão do monocultivo de eucalipto, o Estado de Mato Grosso do Sul se apresenta como território atrativo para sua expansão, além de historicamente, o estado possuir uma estrutura fundiária concentrada. Recentemente, com a instalação de empresas do ramo de celulose e papel, combinaram-se grandes extensões de terra com o monocultivo de eucalipto, da mesma forma como ocorreu com a soja, com o criatório bovino e, mais recentemente, com a cana-de-açúcar – atividades também encontradas na Região Leste do estado, territorializada nos municípios de Aparecida do Taboado, Batayporã, Brasilândia e Nova Andradina (DOMINGUES, 2010; AZEVEDO, 2008).

Atualmente, não percebemos uma competição por novas áreas de plantio entre os monocultivos de cana e de eucalipto em Mato Grosso do Sul. Acreditamos que nos municípios de Brasilândia e Aparecida do Taboado, esta disputa despontará futuramente, já que nos outros dois municípios (Batayporã e Nova Andradina) ainda não existe área de expansão dos monocultivos de eucalipto. Cabe a nós deciframos as implicações dessa combinação no que tange à Geografia do Trabalho e desvelar a trama complexa de relações que atinge os assentados no Assentamento São Joaquim.

Ressaltamos que o crescimento das áreas de monocultivo de eucalipto ocorreu e ocorre, sobretudo no Leste do estado do Mato Grosso do Sul. Logo, este se torna o território da expansão do monocultivo de eucalipto (Figura 2).

Figura 2: Distribuição das principais áreas de monocultivo de pinus e eucalipto - Brasil, 2012

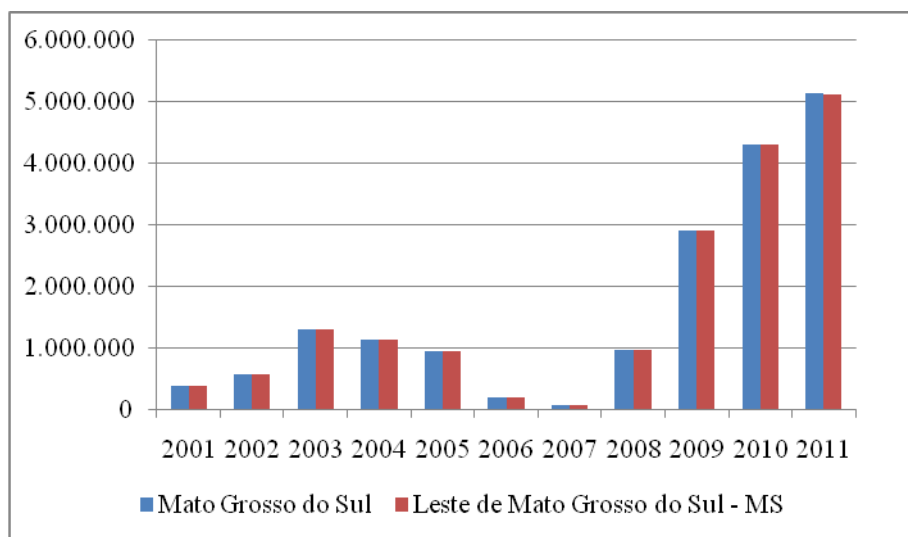


Fonte: Anuário ABRAF, 2013.

Vemos que a maior concentração do cultivo de árvores (eucalipto e pinus) no estado de Mato Grosso do Sul está localizada na Região Leste do Estado, onde se encontra o município de Selvíria. A Figura 2 demonstra todas as áreas de plantio de eucalipto e pinus no Brasil. No entanto, cabe destacar que a produção de pinus em Mato Grosso do Sul é quase insignificante se comparada à área de eucalipto, sendo apenas de 1,6%, o que corresponde a 9.825 hectares da área plantada com pinus, enquanto o eucalipto ocupa 597.135 hectares¹⁶. Assim, as áreas indicadas na Figura 2, em Mato Grosso Sul, são, em sua maioria, áreas de monocultivo de eucalipto concentradas na Região Leste do Estado (Gráfico 3).

¹⁶ Dados do anuário ABRAF, 2013.

Gráfico 3: Quantidade produzida na silvicultura (m³) para produção de celulose e papel (2001-2011)



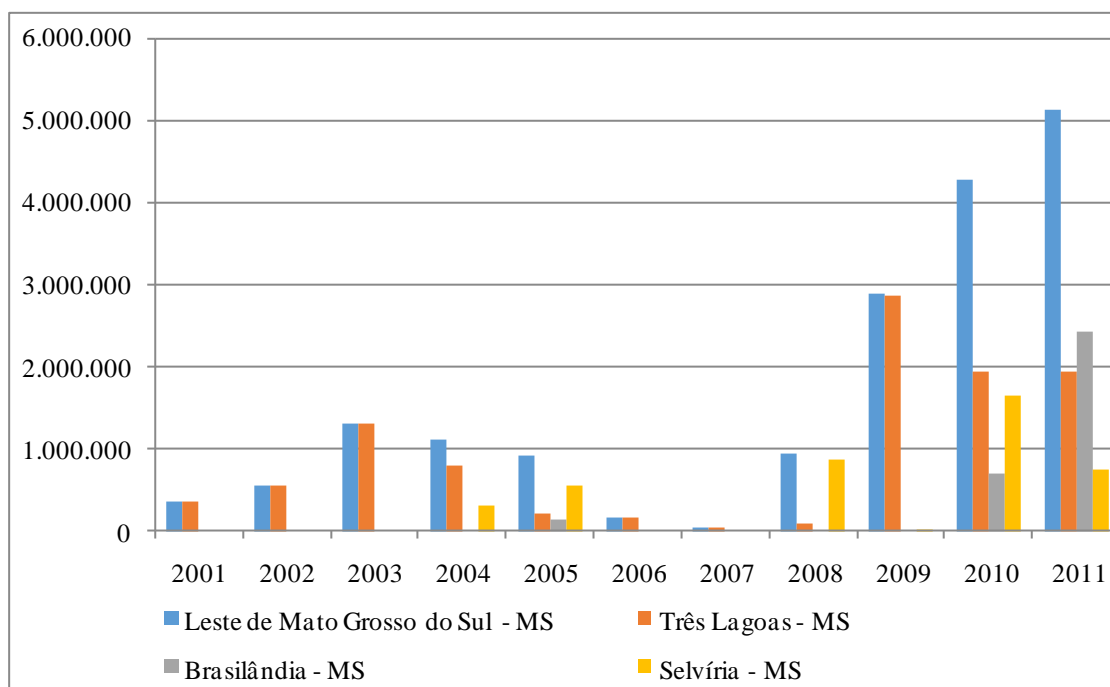
Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2011.

O volume, em metros cúbicos de madeira, para a produção de papel e celulose, até o ano de 2011, revelam que a quantidade produzida apresenta semelhança entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Região Leste (Gráfico 3).

Entre 2001 a 2009, a quantidade de toras de eucalipto produzida no Mato Grosso do Sul restringia-se ao Leste do Estado, e apenas nos dois últimos anos ocorreu o registro de produção fora da Região Leste. Mesmo assim, em 2011, dos 5.116.058 m³ de toras de eucalipto produzidos no Estado, 5.113.758 m³ correspondiam à Região Leste. Essa produção se mostra ainda mais concentrada quando indicamos quais são os municípios produtores, de modo que apenas três são responsáveis pela produção de eucalipto no Leste do Estado até 2011, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Três Lagoas, Brasilândia e Selvíria¹⁷ (Gráfico 4).

¹⁷ Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2011.

Gráfico 4: Produção de eucalipto em m³ no Leste de Mato Grosso do Sul e nos principais municípios produtores – Três Lagoas, Selvíria e Brasilândia (2001-2011)



Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2011.

A produção de eucalipto nesses municípios (Gráfico 4), até o ano de 2009, totaliza o produzido no Estado. A partir de 2009, outras regiões do Estado passam a produzir madeira para celulose; porém, essa produção ainda é pequena. Apenas 2.300 m³ dos 5.116.058 m³ produzidos no Estado, estão fora da região Leste e das cidades de Brasilândia, Três Lagoas e Selvíria.

A grande quantidade de eucalipto produzida em Brasilândia e Três Lagoas deve-se às áreas com maior atuação da empresa Fibria, já que no ano de 2011 a fábrica da Eldorado Brasil ainda não estava em funcionamento.

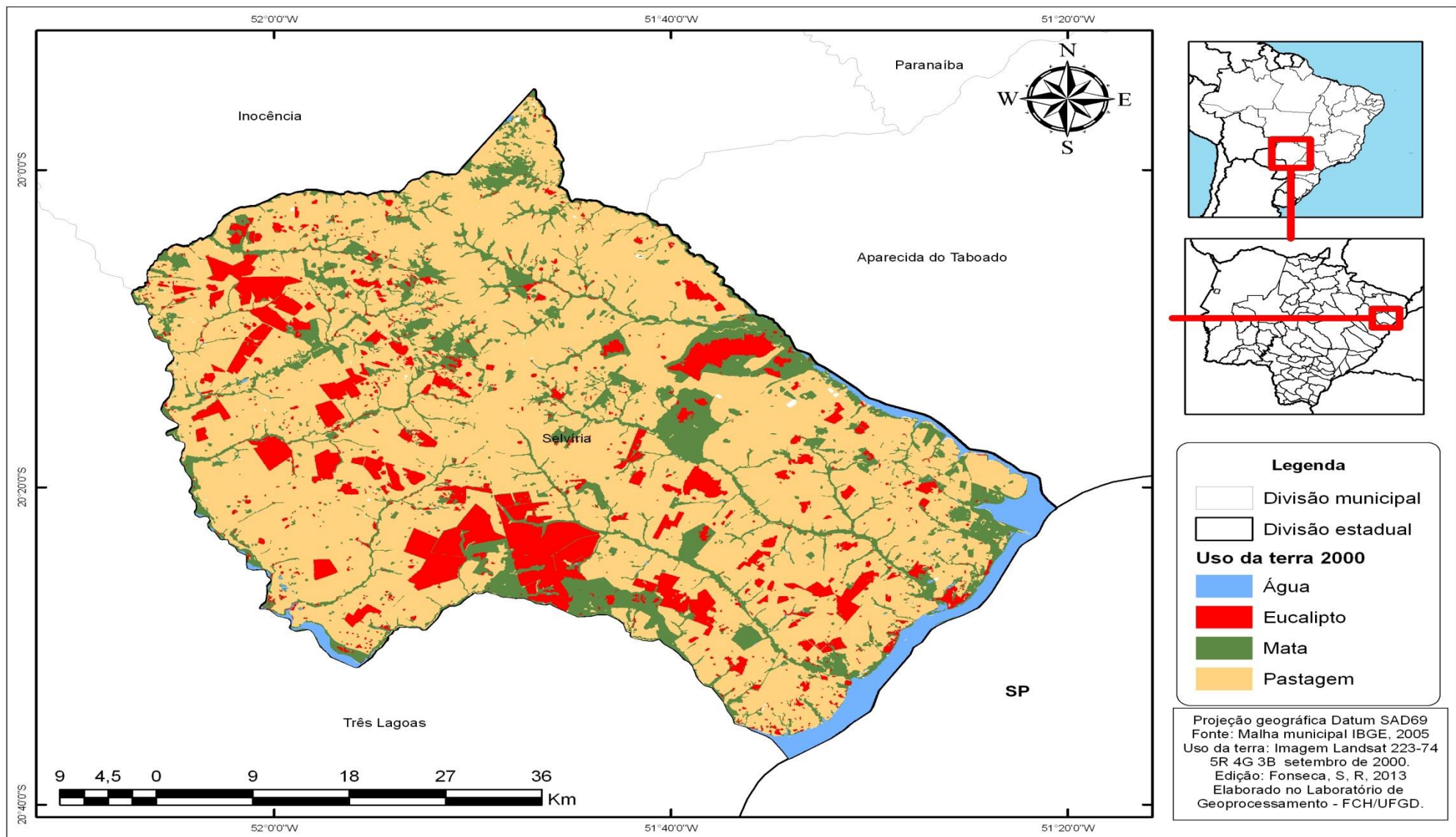
Atualmente, esse quadro já se alterou bastante e encontramos vários municípios da região Leste de Mato Grosso do Sul produzindo madeira para produção de celulose e papel, dados esses ainda não disponíveis em fontes oficiais. No entanto, tal condição ainda não altera substancialmente a concentração nesses três municípios.

A madeira produzida em Mato Grosso do Sul até o ano de 2009, era levada para ser processada em fábricas no Estado de São Paulo. Também devido a esta característica, a região Leste se destaca como território atrativo para o capital, pois está localizada na divisa entre Mato Grosso do Sul e São Paulo (Mapa 1, p.26). Esse

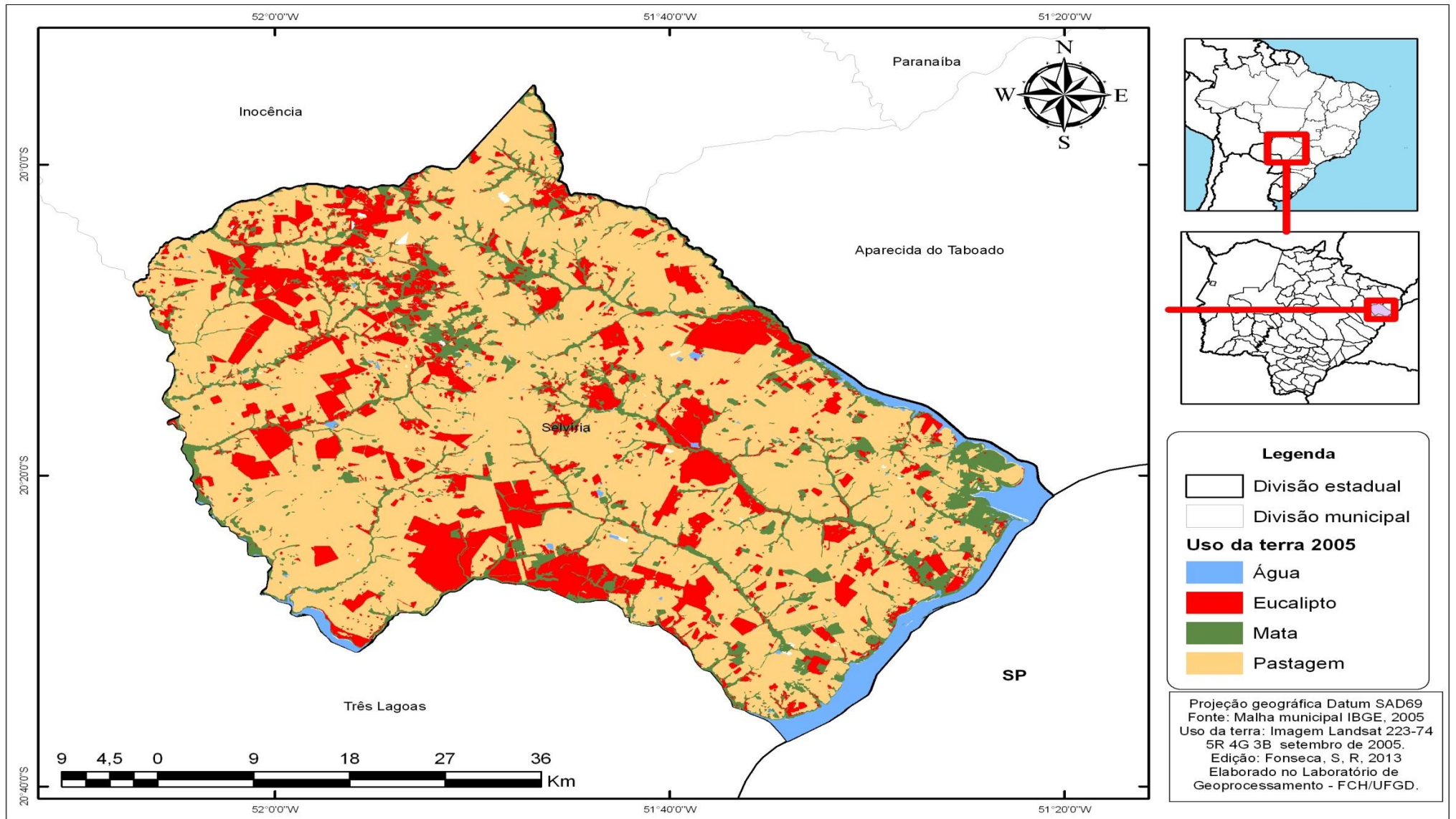
crescimento, iniciado em 2008, reflete a instalação da primeira fábrica de papel e celulose no município de Três Lagoas, a Fibria, inaugurada oficialmente em março de 2009.

Nos anos de 2000 (Mapa 2), 2005 (Mapa 3) e 2011 (Mapa 4) ocorreu aumento significativo nas áreas de monocultivo de eucalipto no município de Selvíria. A escolha destes anos foi motivada pelo fato de que a produção de eucalipto em Selvíria ganhou expressão a partir do ano 2000 (Mapa 2). Além disso, a última imagem de satélite que foi possível de ser adquirida corresponde ao ano de 2011 (Mapa 4). Assim, o mapa 3, referente ao uso da terra em 2005, nos ajuda a compreender a evolução desse processo.

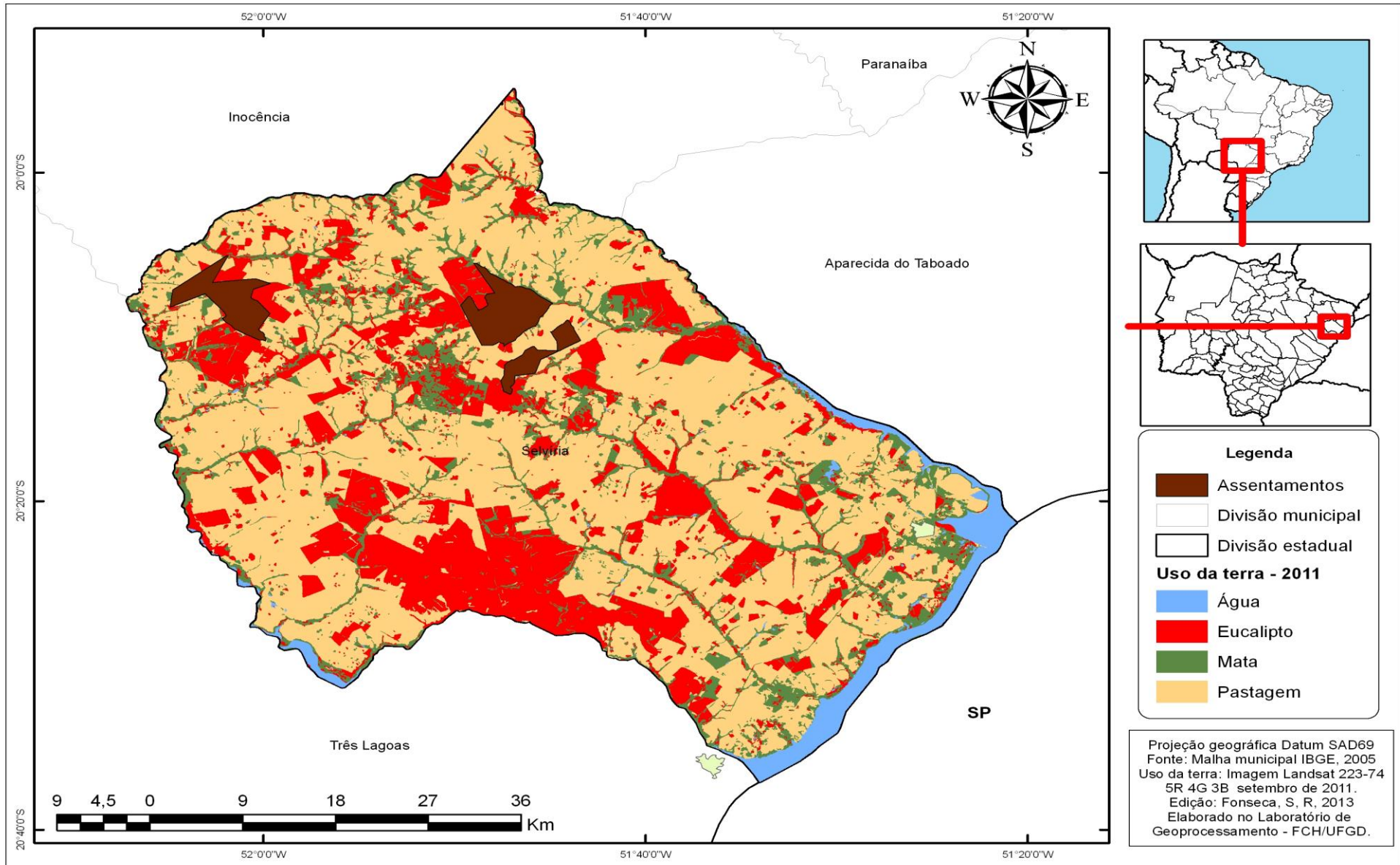
Mapa 2: Uso da terra em Selvíria - 2000



Mapa 3: Uso da terra em Selvíria - 2005



Mapa 4: Uso da terra em Selvíria - 2011



Durante os 10 anos representados nos Mapas (2, 3 e 4), registra-se aumento significativo nas áreas plantadas de eucalipto, demonstrando a rápida atuação das empresas de celulose e papel no município de Selvíria, que já é o segundo maior produtor de eucalipto da região Leste de Mato Grosso do Sul. Com a expansão do monocultivo de eucalipto em Selvíria, a maioria das áreas plantadas pertencem à empresa Eldorado Brasil, próximas à divisa municipal de Três lagoas e Selvíria. Isto se dá porque o parque fabril da Eldorado Brasil localiza-se em Três Lagoas, fazendo com que a proximidade entre a fábrica e as áreas plantadas represente uma vantagem para o desenvolvimento das atividades da empresa.

Destacamos as dificuldades, em alguns momentos, de distinguirmos as áreas de eucalipto das áreas de mata, visto que determinadas imagens dificultam a distinção em alguns pontos, já que as cores são parecidas e não estão delimitadas geometricamente. Sabe-se que os formatos geométricos são uma característica recorrente nas áreas de monocultivo de eucalipto, porém, no caso específico de Selvíria, algumas áreas plantadas de eucalipto não possuem tal formato, provocando uma confusão entre os monocultivos de eucalipto e as áreas de pastagem. Em outro caso, quando o solo fica exposto, no momento em que o eucalipto é cortado, também tivemos dificuldades na diferenciação do uso da terra. Durante a análise do uso da terra no município de Selvíria, buscamos diferenciar as imagens da maneira mais correta possível.

Com as imagens, ilustramos Selvíria como um município com predomínio de áreas com pastagens. Notamos que nos Mapas (2, 3 e 4) essas áreas vão sendo substituídas pelo monocultivo de eucalipto.

Há expansão das áreas de eucalipto no município de Selvíria, as quais substituem às de pastagem, transformando, portanto, esse território. A criação de gado de corte em grandes fazendas, agora se converte em grandes áreas de monocultivo de árvores. Esses territórios (grandes fazendas de criação de gado e as áreas de monocultivo de eucalipto) se diferenciam em termos visuais e paisagísticos, mas não em sua racionalidade, alicerçada nas relações capitalistas de produção, tendo, neste caso, a base no agronegócio. Assim, quando o latifundiário considera que o monocultivo de eucalipto lhe proporcionará maior lucro, ele arrenda ou vende suas terras ao capital do setor de papel e celulose. Esta ação expressa dois elementos: a racionalidade pautada na lucratividade e o impedimento de que haja um conflito entre estes dois territórios (do latifundiário e do capital industrial).

Diferentemente do que acontece com o território dos fazendeiros e do monocultivo de eucalipto, o conflito está posto entre o território camponês e do agronegócio, territórios estes com distintas racionalidades e formas de produção. Com a expansão do território do

agronegócio monocultor de eucalipto, percebemos que o conflito se estabelece de diferentes formas, sobretudo, no caso do Assentamento São Joaquim. Estas formas se tornam evidentes com o cercamento do Assentamento pelas áreas de eucalipto, com a inviabilização da produção camponesa pelo uso de agrotóxicos, a diminuição na quantidade de águas superficiais ou o ataque de animais às plantações, dificultando, assim, a permanência das famílias camponesas na terra e a implantação de novos projetos de Reforma Agrária na Região Leste de Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, pensar em uma perspectiva de ampliação das áreas de Assentamento, também implica pensar em um limite para a expansão territorial do monocultivo de eucalipto. O território camponês e o território do agronegócio não conseguem ter uma convivência pacífica, de modo que os camponeses sentem diretamente os impactos do agronegócio, conforme destacamos no decorrer deste trabalho.

Assinalamos que as empresas instaladas no Leste de Mato Grosso do Sul têm projetos de ampliação da produção de celulose e papel na região. A Fibria tem projeto que pretende dobrar a produção de celulose e papel em sua unidade de Três Lagoas, significando a expansão das áreas plantadas de eucalipto na região a nova linha tem previsão para ser inaugurada em 2016¹⁸ dobraria a produção de celulose da fábrica de 1.300.000 de toneladas para 3.500.000 de toneladas por ano. A Eldorado Brasil mesmo com problemas para conseguir recursos também tem a intenção de ampliar a produção de sua fábrica¹⁹.

¹⁸ Fibria avança em detalhamento do projeto da expansão de sua fábrica em Três Lagoas. Disponível em http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/releases/release_2014jan14.htm . Data de acesso dia 24, mar.2014.

¹⁹ Falta de investimentos pode atrapalhar plano da Eldorado. Disponível em http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=65667. Data de acesso dia 24, mar.2014

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM: DA LUTA PELA TERRA ÀS DIFICULDADES PARA A REPRODUÇÃO CAMPONESA

2.1. O fazer-se camponês: trajetória das famílias do Assentamento São Joaquim

Nesse capítulo, buscamos entender como o processo de constituição do Assentamento São Joaquim e as dificuldades para viver, produzir e permanecer relacionam-se ao histórico das famílias, suas trajetórias e vivências.

Para tanto, trabalharemos com as entrevistas realizadas junto às famílias, com o propósito de compreendermos como as histórias/trajetórias das mesmas são importantes para o entendimento da realidade do Assentamento. Enfatizamos que mesmo sendo única, a história de família traz muitos elementos em comum, sendo talvez o mais importante o processo da luta pela terra. Para tanto, merece atenção os processos de luta e as dificuldades que existiram durante o período do Acampamento, bem como, a realidade do Assentamento atualmente, permeada por outras lutas e dificuldades, conforme abordaremos no decorrer desse capítulo.

Para melhor entendermos essa trajetória, utilizaremos das entrevistas realizadas durante as saídas de campo. A entrevista 26 traz um pouco dessa trajetória de migração dos camponeses que hoje estão assentados no Assentamento São Joaquim.

Saímos com toda a família do estado de Alagoas, isso em 1960, aí a gente veio direto pro estado do Paraná; mas lá foi pouco tempo, nós ficamos de 1960 a 1962 em Lupionópolis. Lá nós trabalhamos dois anos plantando algodão, foi de lá que a gente partiu pra vir pro Mato Grosso [do Sul], na região de Fátima do Sul, Vicentina, na grande Dourados. Foi quando nós até fundamos um patrimônio lá que hoje chama-se vila São José, que hoje é um distrito de Vicentina. Lá nós ficamos de 1964 até 1970, lá eu me casei, nós fundamos [Vila São José], meu pai chegou a falecer, minha mãe, todos faleceram nesse patrimônio fundado por nós. Justamente tem uma rua com o nome do meu pai, que até me orgulho disso: a avenida principal da vila chama-se avenida Manoel Vieira da Silva. Assim, eu sempre trabalhei na agricultura, nunca fugi do lado da agricultura, plantando mamona, amendoim, milho, mandioca, algodão esse tipo de coisa. Tentei a vida no Estado de São Paulo, na capital [trabalhando na construção civil] e tudo, mas não tive êxito, o jeito foi voltar pra roça. Aí foi quando nós apelemos pro acampamento pra ver se adquiria um pedaço de terra e com muita dificuldade hoje eu tô aqui em cima desse pedaço de terra. Só que não tem

nada definido, não tem nada pra vim, não temos benefício nenhum, não temos financiamento. O tal do Pronaf nós não temos ainda, as construções tão todas atrasadas, aí chega material hoje, amanhã um pouco; pára, eles barram a entrega. E a gente ta aí esperando pra construir uma moradia pra ver se tem uma moradia digna como um cidadão brasileiro. (Entrevista 26)

A entrevista desse assentado ajuda a entender o processo migratório das famílias assentadas. Geralmente, as famílias migram de outras cidades ou estados brasileiros até chegaram ao Acampamento. O fato de estarem acampadas não lhes garante a conquista da terra, tampouco que o lote será no lugar em que estão acampadas. Como exemplo disso, citamos o caso dessa família entrevistada, assentada no Assentamento São Joaquim, aproximadamente 350 km do município de Nova Andradina, onde era o primeiro Acampamento.

O processo de luta pela terra é destacado pelos assentados como sendo muito cansativo e prenhe de dificuldades, até o acesso final à terra. No caso desta família assentada, notamos que depois de todo o processo de migração, eles passaram mais três anos em acampamento antes de chegar à terra, e, mesmo depois de 4 anos no Assentamento, ainda atesta não ter uma moradia de alvenaria para viver. A maior parte das famílias assentadas no Assentamento São Joaquim ainda vive em barracos de lona, com chão de terra batida e sem energia elétrica, como viviam durante o acampamento.

Durante o período de luta pela terra, todas as famílias assentadas passaram pelo processo denominado, pelos entrevistados, de “confinamento”, que durou aproximadamente um ano e que tem a ver com a espera da divisão dos lotes. Isto ocorre já dentro da antiga fazenda, numa pequena área demarcada pelo INCRA.

Durante essa trajetória, até chegar ao lote, as famílias buscaram formas de se manter por meio do trabalho na terra, ou de migrações para trabalhar: “Tentei a vida no Estado de São Paulo, na capital [trabalhando na construção civil] e tudo, mas não tive êxito, o jeito foi voltar pra roça. Aí foi quando nós ‘apelemos’ pro acampamento”. O tentar trabalhar antes de vir para o acampamento e o não ter êxito no trabalho longe da terra, só reforçam a ligação com a terra e a busca de uma forma de sua conquista para a reprodução desses sujeitos – desapossados, trabalhadores, camponeses. Assim como esse assentado entrevistado, outros buscaram trabalho nas cidades próximas antes de ir para os acampamentos. Entretanto, constatamos que nos casos negativos (em que as famílias não conseguem se manter de forma digna na cidade), eles buscam no acampamento uma forma de reprodução, que se dá pela necessidade do acesso e da fixação à terra, muitas vezes realizando o desejo que era de seus pais ou avós.

A entrevista 5 possibilita compreender essa trajetória de migração para diferentes cidades e estados, bem como do campo para a cidade.

Meu pai engravidou minha mãe em Pernambuco, e como lá não tinha recurso, era ruim de serviço, ele resolveu vir aqui para o estado de São Paulo. E veio. E aqui em São Paulo diz que era bom de trabalhar e ganhar dinheiro, entendeu? E de fato meu pai conseguiu comprar dois sítios aqui no município de Castilho, comprou um sítio de 9 alqueires e outro de 11. Aí, quando ele estava bem estabilizado aqui, ele foi buscar minha mãe. Quando ele chegou lá eu já tinha nascido e ele me trouxe. E tinha outro irmão mais velho. Então veio nós dois e minha mãe, viemos para Castilho. Moramos de 1948 a 1960, moramos 12 anos. Aí, em 1960, o Moura Andrade - essa história é comprida - estava abrindo Nova Andradina. Naquela época, o Moura Andrade precisava de muita gente para levar para lá para comprar terra. Comprava baratinho, e meu pai foi no meio e comprou lá 40 alqueires de terra. Comprou, derrubamos tudo, plantamos café, colhemos muito café lá, arroz, feijão, milho, mandioca. Nós plantávamos 3, 4, 5 alqueires de mandioca. Meu pai tinha fábrica de farinha, nós fazíamos 110 sacos de farinha de domingo a sexta feira. Meu pai era adventista, não trabalhava no sábado; nós trabalhávamos de domingo a sexta e nós fazíamos 110 sacos de farinha toda semana. E com essa farinha que nós pagamos esse sítio de 40 alqueires. Quando foi em 1972, veio um amigo dele de Rondônia e falou: seu João, a sua família é muito grande e 40 alqueires de terra aqui não dá para o senhor com a sua família. Tá todos casando e a família vai crescer e não dá. Por que você não vai pra Rondônia que lá é lugar de gente pobre morar?. Daí meu pai botou aquilo na cabeça, minha mãe chorou [mãe disse], eu não assino a desistência do lote de jeito nenhum. Vou morrer aqui, mas pra lá não vou. E foi e foi até que meu pai fez a cabeça da minha mãe e nós fomos pra lá em 1972. Gastamos 15 dias de viagem. Naquela época era estrada de chão; naquela época se chamava pau de arara. Meu pai fretou dois caminhões aqui para levar a mudança, animal, carrinho, cachorro, tudo que foi de criação que tinha de estimação que ele queria levar ele levou. Daí gastamos 15 dias de viagem, chegamos lá, o meu pai comprou uma casinha, já descarregamos a mudança dentro dessa casinha; e meu pai comprou 21 alqueires de terra que tinha documento e as outras terras que ele comprou, perdeu tudo, não tinha documento. Tinha 40 alqueires aqui [Nova Andradina], queria mais terra pra comprar para os filhos. Comprou, mas só que perdeu tudo, ele só conseguiu comprar 21 alqueires documentados. Você tinha uma terra, você vendia pra mim, vendia pra outro depois ia lá e tomava os documentos; era um papel que batia lá no escritório e meu pai conseguiu comprar 21 alqueires. Aí moramos lá. Aí meu pai faleceu, tivemos que vender esses 21 alqueires para repartir. Antes de meu pai casar com a minha mãe, meu pai já tinha outra mulher. Ele era viúvo e tinha 6 filhos com a outra mulher [...]. Vendemos esses 21 alqueires para repartir, então o que deu pra cada um não deu pra comprar uma bicicleta e nós ficamos na cidade trabalhando de empregado. Aí os filhos foi crescendo tudo, meus filhos nasceram quase tudo lá, 4 filhos nasceu lá em Rondônia. Um netinho meu nasceu com um problema de saúde, tinha que tratar dele urgente, aí a minha filha ficou desesperada e nós tínhamos uma casa lá, vendemos a casa e voltamos para Castilho; e meus filhos começaram a vir também porque a gente só tinha esse bem lá. E quando sarou o menino, que era pra voltar, um dos meus filhos já brigou com a mulher em Nova Andradina e falou se eu quisesse voltar podia voltar, mas que ele ia ficar.

Então ia ficar ruim, veio todo mundo embora; fica uns volta outro, aí resolvemos ficar. Aí fui pra Nova Andradina, que lá era melhor de emprego, eu já conhecia lá, andei trabalhando num frigorífico lá, meus filhos também trabalharam num frigorífico lá. Aí foi quando surgiu essa terra aqui, que ia abri esse assentamento aqui, aí nós viemos para cá [acampamento] ficamos na beira da estrada. Aí liberou pra entrar, aí ficamos aguardando uns seis meses para entrar no lote. Aí viemos para cá [lote]. (Entrevista 5)

Como se constata, a família passou por quatro estados - Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rondônia - antes de chegar ao Assentamento São Joaquim. A família do assentado chegou a ter terra, mas, com o passar do tempo, ficou sem a propriedade que havia adquirido em Rondônia, fato que, conforme assinalado pelo entrevistado, representa um exemplo do processo de venda ilegal de terras na Região Norte do país. Estas vendas geraram e geram a expulsão dos pequenos produtores pelos latifundiários da região, que, no caso da família do assentado, resultou na perda de 40 alqueires em Nova Andradina e na compra de apenas 21 alqueires em Rondônia. Estes alqueires, ao serem divididos na herança, não permitiram a nenhum dos filhos continuar vivendo na terra.

Com isso, a família foi para a cidade e cada um trabalhou como assalariado em Rondônia. A volta para o Estado de São Paulo aconteceu para cuidar da saúde do neto que tinha adoecido. Nesse período, vivem na cidade Castilho, onde se reproduz a condição de assalariado, até chegar ao lote no assentamento São Joaquim.

Hoje, mesmo no lote, o assentado ainda continua na condição de assalariado. Durante essa trajetória de migração, o assentado passou por momentos trabalhando na terra da família como camponês. Com a perda da terra, tornou-se trabalhador assalariado e ao voltar à terra (conquista do lote no Assentamento São Joaquim), se manteve como assalariado. Isso não significa que ele deixou de ser camponês, mas sim, que para sustentar a família, ele se permanece na dualidade camponês e assalariado.

Com as condições postas para as famílias camponesas, o trabalho assalariado se torna uma forma de adquirir renda para a manutenção da família. Por meio da entrevista, percebemos que a relação da família com a terra vem desde a infância e que mesmo após um período sem a terra, busca-se o assentamento, para novamente reestabelecer a relação que existia anteriormente.

Para melhor demonstrar a trajetória das famílias assentadas, elaboramos um quadro para o entendimento das caminhadas das famílias entrevistadas até à terra. (Quadro 1).

Quadro 1: Trajetórias de vida e trabalho dos assentados (entrevistados)

Assentado	Idade	Escolaridade	Pessoas que vivem no lote	Trajetória
01	53	4ª série	2	Nasceu em Rubinéia-SP. Sempre trabalharam [casal] no campo como empregados em fazendas. Durante o tempo em que ficaram acampados, trabalhavam na cidade.
02	73	2ª série	1	Nasceu em Guaranésia-MG. Os pais do assentado sempre trabalharam no campo, como empregados em fazendas no estado de Minas Gerais. Saíram de Minas Gerais e mudaram-se para Paulópolis, distrito de Pompéia-SP. Em busca de melhoria de vida, foram trabalhar numa fazenda de café e depois de um tempo mudaram-se para a cidade de Tupã. Foi quando o pai do assentado e alguns irmãos começaram a trabalhar como boias-frias. O assentado começou a trabalhar como boiadeiro em Tupã. Após o falecimento do pai, o assentado mudou-se para Guarulhos para morar junto com a mãe. Após o falecimento da mãe, o assentado saiu de Guarulhos e retornou a Tupã, depois mudou-se para Paranaíba-MS. Foi quando trabalhou em diversas fazendas. Na sequência, mudou-se pra Inocência-MS, trabalhando novamente em fazendas. Hoje é aposentado e é assentado no Assentamento São Joaquim.
03	56	6ª série	2	O assentado e a esposa nasceram em Paranaíba-MS. Passaram por diversas migrações, entre elas, moraram no norte de Mato Grosso. Sempre trabalharam no campo, em fazendas, trabalhando tanto na lavoura, quanto cuidando de vacas de leite. Com o sonho de ter um pedaço de terra para produzir e viver com a família, passaram por diversos acampamentos, ficando acampados por 4 anos: primeiramente por 3 anos no acampamento Olho d'água no município de Inocência-MS, e depois por mais um ano na então fazenda São Joaquim, em Selvíria-MS.
04	60	5ª série	1	Nasceu em Januária-MG. Em 1961,

				mudou-se para Três Lagoas-MS, sempre trabalhando em fazendas, fazendo lavoura. Com o tempo, as fazendas substituíram as lavouras pelo gado, demitindo grande parte dos trabalhadores. Com isso, a família do assentado mudou-se para a cidade. Foi quando começou a trabalhar como pedreiro; trabalhou por 36 como pedreiro.
05	64	4ª série	6	Nasceu em Vitória de Santo Antão-PE. Buscando melhores condições de vida, a família mudou-se para Castilho-SP. Foi onde o pai do assentado comprou dois sítios. Moraram em Castilho-SP, de 1948-1960. Em 1960, o pai do assentado mudou-se para Nova Andradina- MS, comprou um sítio e a família continuou trabalhando na terra, plantando café, arroz, feijão, milho, mandioca. Em 1972, por influência de um amigo, a família mudou-se para Rondônia, onde compraram outro sítio. Com o falecimento do pai, o sítio foi vendido e o assentado mudou-se para a cidade. Casou-se, teve filhos e, buscando tratamento médico para um neto, retornaram para Castilho-SP. Como já conhecia Nova Andradina, mudou-se para lá e começou a trabalhar em um frigorífico. Depois disso, ficou acampado por seis meses e continuou trabalhando como empregado (por dia) em fazendas.
06	48	6ª série	2	Nasceu em Paranaíba-MS. A família da assentada sempre trabalhou em fazendas como empregados, nas redondezas do município de Aparecida do Taboado-MS. A partir de 2010, entraram na luta pela terra no acampamento na então fazenda São Joaquim, mas a família da assentada começou a luta pela terra já no ano de 2001.
07	37	5ª série	5	Nasceu em Paranaíba-MS. Os pais do assentado sempre trabalharam em fazendas, cuidando de gado, fazendo lavoura. Ter um pedaço de terra sempre foi um sonho do pai do assentado e também se tornou o sonho do assentado. O assentado começou a luta pela terra no

				município de Aparecida do Taboado-MS, no acampamento Córrego da Divisa. Com a possibilidade do Assentamento em Selvíria-MS, mudou-se para o acampamento na então fazenda São Joaquim.
08	55	Analfabeto	2	Nasceu em Três Fronteiras-SP. O assentado tinha um ano de idade quando sua família mudou-se do estado de São Paulo para Aparecida do Taboado-MS e ingressou na luta pela terra.
09	63	4ª série	2	A assentada nasceu em Itaberaba-BA. Com 16 anos, casou e mudou-se com o marido para Aparecida do Taboado-MS. O marido da assentada trabalhou como pedreiro, “fazendo rua”. Depois de um tempo em busca de um pedaço de terra, foram para um acampamento no município de Aparecida do Taboado-MS moraram a cidade, onde ficaram por um tempo até acamparem novamente na beira da estrada, no município de Aparecida do Taboado. Participaram do acampamento que resultou no Assentamento Alecrim, em Selvíria e, depois disso, conseguiram um lote no Assentamento São Joaquim.
10	60	3ª série	2	Nasceu em Valparaíso- SP. Morou em Minas Gerais, trabalhando sempre no campo. Depois de casado, mudou-se com a esposa para o município de Catanduva-SP. Em busca de um pedaço de terra, participou do Acampamento na Fazenda São Joaquim, onde ficou acampado por dez meses até conseguir o lote.
11	47	3ª série	1	Nasceu em Palotina-PR. Mudou-se ainda criança com a família do estado do Paraná para Mato Grosso do Sul. Participou de acampamento em Itaquiraí. Sempre trabalhou como empregado em fazendas ou trabalhando por dia no período em que ficou acampado. Até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim, o assentado ficou lutando pela terra, passando por diversos acampamentos, por um período de 20 anos.
12	52	5ª série	4	Nasceu em Conselheiro Pena-MG. Com o falecimento da mãe, o pai do assentado

				<p>mudou-se pra Mato Grosso do Sul e o assentado, ainda criança, ficou morando com um tio. Mudou-se com o tio para o município de Pedra Preta-MT, onde trabalharam fazendo lavoura. Depois disso, o tio do assentado mudou-se para Mato Grosso do Sul. Nessa época, o assentado estava com 11 anos. Chegaram no município de Caarapó-MS. Ficou morando com o pai por três anos e passou a trabalhar em fazenda morando, em “barraco de empreiteira”. Com o tempo, quando já tinha idade, começou a trabalhar de empregado em serrarias de Caarapó. Mudou-se para Dourados, trabalhando em Serraria. Tirou a habilitação e começou a trabalhar como motorista. Com a esposa e os filhos, mudaram-se para Comodoro-MT e depois para Nova Andradina-MS. Em Nova Andradina, trabalhou como caminhoneiro; ficou desempregado e entrou na luta pela terra, acampando na fazenda Primavera, no município de Batayporã-MS. Desse acampamento, mudou-se para o Acampamento na Fazenda São Joaquim, em Selvíria-MS, onde ficou acampado por 2 anos até conseguir o lote.</p>
13	26	Ensino médio	2	<p>Nasceu em Aparecida do Taboado-MS. Ficou acampado até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.</p>
14	62	Analfabeto	2	<p>Nasceu em Viçosa-AL. Morou em Corumbá-MS. Trabalhou em Novo Horizonte do Sul-MS no plantio de soja. Ficou acampado na Fazenda Sul Bonito em Itaquiraí-MS. Nesse período, a esposa ficou em Novo Horizonte do Sul, cuidando de uma lanchonete. Depois desse acampamento, ficou acampado em Novo Horizonte do Sul, na beira da rodovia. Na sequência, o movimento foi para o Acampamento em Selvíria. Ao todo, o assentado passou 20 anos lutando pela terra até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.</p>
15	61	Analfabeto	2	<p>Nasceu em Realeza-PR. Migrou para Santa Catarina, no município de Joinville onde trabalhou na fabricação de peças de ferro. De Santa Catarina, mudou-se para</p>

				Mato Grosso do Sul, onde ficou acampado em Novo Horizonte; depois foi para o Acampamento Queixada, em Selvíria-MS. Ficou acampado por 4 anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.
16	34	5ª série	3	Nasceu em Guaraniaçu-PR. No processo de luta pela terra, passou por dois acampamentos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim, ficando dois anos acampado em Novo Horizonte do Sul-MS e depois mais dois anos no município de Selvíria-MS.
17	47	4ª série	4	Nasceu em Aparecida do Taboado-MS. Participou do acampamento antes de conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.
18	43	7ª série	2	Nasceu em Sud Mennucci-SP. Antes do acampamento, trabalhou na cidade como diarista em fazendas. Em 2004, entrou na luta pela terra, primeiramente no município de Inocência-MS, depois em Selvíria-MS.
19	43	2ª série	5	Nasceu em Sud Mennucci-SP. Ainda pequeno mudou-se para Nova Andradina. Desde novo ajudava o pai plantando algodão, feijão, milho, arroz. Em Nova Andradina, trabalhou como tratorista em uma usina. Ficou acampado por um ano e seis meses em Selvíria até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.
20	37	3ª série	4	Nasceu em Aparecida do Taboado-MS. No processo de luta pela terra, ficou acampado por dois anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim, em Selvíria-MS.
21	28	6ª série	1	Nasceu em Nova Andradina-MS. De Nova Andradina, mudou-se com os pais para Selvíria, onde os pais do assentado já lutavam por terra. Ficou acampado no Córrego da Queixada e conseguiu um lote no Assentamento São Joaquim porque houve a desistência de um assentado.
22	34	4ª série	4	Nasceu em Garça-SP. Antes do Assentamento, o assentado trabalhou em lavoura de café e como pedreiro. O irmão do assentado e o pai do assentado também participaram de movimentos de

				luta pela terra. Ficou no acampamento por três anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim, em Selvíria-MS.
23	67	5ª série	1	Nasceu em Miranda-MS. No processo de luta pela terra, esteve acampado, primeiramente, no acampamento Córrego do Pinto, em Três Lagoas-MS. Como não conseguiu lote lá, mudou-se para Selvíria, onde ficou acampado no Assentamento Córrego da Queixada que resultou no Assentamento Alecrim. Ficou acampado próximo a sede da então fazenda São Joaquim, onde conseguiu o lote no Assentamento São Joaquim. Ficou acampado por seis anos até conseguir o lote.
24	44	4ª série	1	Nasceu em Alfredo Marcondes-SP. No processo de luta pela terra ficou acampado no Córrego do Mateus, em Inocência-MS. Não conseguiu o lote lá e acampou em Selvíria-MS. Do acampamento Canoas, onde também não conseguiu lote, saiu, passando então a lutar pela terra no acampamento que levou à formação do Assentamento São Joaquim. Antes de conseguir o lote, sempre trabalhou em fazenda como empregado.
25	66	2ª série	2	Nasceu em Guanambi-BA. Saiu da Bahia e mudou-se para Nova Andradina-MS, trabalhando no campo, em fazendas. Ficou acampado na Fazenda Moura Andrade por um ano. Também trabalhou em fazendas em Ivinhema-MS. Trabalhou em serraria por 16 anos, depois trabalhou numa carvoaria por 11 anos. Com a doença do pai, assumiu a mercearia que o pai tinha e cuidou até entrar novamente no movimento de luta pela terra. Ficou acampado por dois anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.
26	66	Analfabeto	1	Nasceu em Palmeiras dos Índios-AL. Saiu de Alagoas com a família – pais e irmãos – em 1960. Mudaram-se para o Paraná, onde ficaram por dois anos em Lupionópolis-PR plantando algodão. Do Paraná, mudaram-se para Fátima do Sul e depois Vicentina-MS, onde ficaram de

				1964-1970, sempre trabalhando na agricultura, plantando mamão, amendoim, milho, mandioca, algodão. Mudou-se para São Paulo-SP para trabalhar na construção civil e depois entrou na luta pela terra, primeiramente no acampamento em Batayporã-MS e depois no acampamento em Selvíria-MS, onde ficou por três anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.
27	34	Ensino médio	3	Nasceu em Iturama-MG. Foi trabalhador rural no município de Santa Albertina-SP. Por meio de conhecidos que já estavam assentados no MS e de alguns parentes que moravam em Aparecida do Taboado-MS, entrou na luta pela terra, ficando acampado por três anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.
28	33	7ª série	1	Nasceu em Santa Fé do Sul-SP. No Estado de São Paulo participou de lutas pela terra junto ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Depois, mudou-se para Selvíria-MS, onde continuou na luta pela terra, ficando acampado por quatro anos até conseguir o lote no Assentamento São Joaquim.

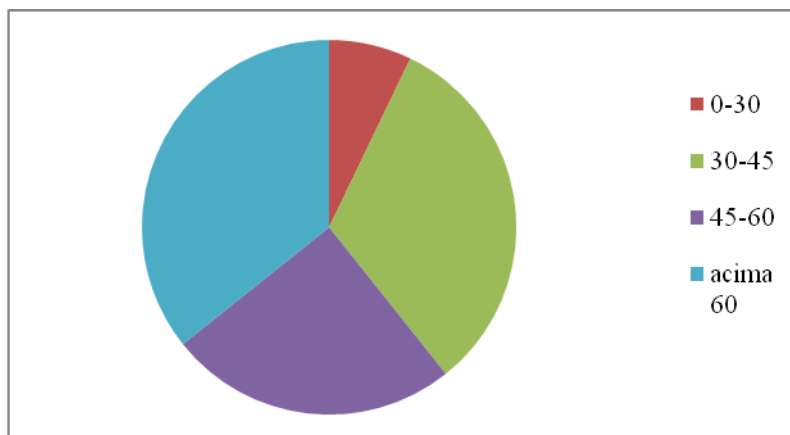
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Todas as famílias passaram por um processo de migração antes da chegada à terra (Quadro 1). Existem famílias que migraram de outros estados para o Mato Grosso do Sul, ou de outros municípios de Mato Grosso do Sul para Selvíria-MS. Nenhuma família entrevistada é originária do município de Selvíria, onde estão assentadas.

Outro dado importante é o número de trabalhadores com idade acima de 60 anos que somam 8. Além disso, a maioria tem baixa escolaridade ou são analfabetos, sendo apenas dois assentados que concluíram o ensino médio. Vemos que a conquista da terra pelos camponeses assentados no Assentamento São Joaquim é resultado de um processo lento e delongado, de modo que, quando se chega à terra, muitos assentados já estão em idade avançada. É possível perceber, com mais detalhes, como é demorado o processo de

luta até a conquista da terra (Quadro 1). Assim, quanto à idade dos assentados, percebe-se apenas duas ocorrências de pessoas que se encaixam na faixa etária até 30 anos. (Gráfico 5):

Gráfico 5: Faixa etária dos assentados entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

O maior grupo de entrevistados está na faixa etária acima de 60 anos, o que nos faz pensar em como será o Assentamento São Joaquim quando essas famílias não tiverem mais condições de produzir nos lotes. Quem cuidará do lote?

Um dos entrevistados, que tem idade acima de 60 anos, quando perguntado sobre quem cuidaria do lote na sua ausência, nos deu a seguinte resposta.

Quando eu recebi esse lote, eu já falei. O dia que eu não quiser mais esse lote ou não puder mais mexer com ele, eu vou procurar uma pessoa que gosta de trabalhar. Eu vou dar pra ele, não vou vender também, de jeito nenhum, vou procurar alguém que gosta de trabalhar e vou dar pra ele: “toma conta que é seu.” (ENTREVISTA, 2)

Isso nos mostra como a relação com a terra é muito forte. Como o entrevistado não tem filhos para herdar a terra, fala que, como não comprou, também não venderá e que a dará a quem é trabalhador e queira permanecer e trabalhar na terra. Isso nos faz pensar a terra não como valor, mas sim como algo que se deve passar a quem nela quer trabalhar.

Assim, apontamos a necessidade de que o processo de implantação de assentamentos seja realizado de forma mais rápida, propiciando que as famílias assentadas tenham o acesso à terra viabilizado. A idade avançada, muitas vezes, auxilia na permanência da família nos momentos de dificuldade, principalmente pela existência de aposentadorias e pensões que garantem uma renda mensal às famílias e contribuem para que continuem na terra.

Outro elemento que merece atenção quando analisamos o Quadro 1 (p.52) - e que nos debruçaremos com mais atenção no quarto capítulo - é quanto às múltiplas inserções laborais dos assentados antes da conquista da terra. Todos passaram parte de suas vidas trabalhando no campo, seja com a família ou como trabalhador rural. Notamos que 40% (11) dos assentados entrevistados tentaram o trabalho em centros urbanos e, corriqueiramente, relatam a volta ao trabalho na terra, principalmente, por via da luta pelo acesso à terra. Ressaltamos o tempo que muitas famílias ficaram em acampamentos, ultrapassando, em alguns casos, 20 anos, o que nos faz concluir que por mais difícil que seja o processo de luta pela terra, as famílias ainda veem nele a possibilidade de uma vida melhor.

Nesse sentido, é possível perceber como as trajetórias de migração e trabalho estão imbricadas e, não por acaso, se tornam um par siamês, possibilitando-nos pensar como esses processos se (re)fazem geograficamente, bem como os significados desse ir e vir para os assentados. (THOMAZ JÚNIOR, 2013b).

Muitos assentados nos apontaram que a luta pela terra não é uma luta isolada somente daqueles que estão hoje assentados; esta vontade já é comum desde os seus pais e avôs, de modo que o acesso à terra é tratado como um “sonho” que, por vezes, não foi realizado por estas gerações. Este fato reforça o que falamos sobre as dificuldades da luta pela terra, bem como o lento processo de implantação de assentamentos no Brasil.

As trajetórias dos assentados entrevistados nos remetem à expansão geográfica do capital no campo, marcada pela constante expropriação/expulsão de camponês da terra e por consequência do “nivelamento ao trabalho abstrato” de acordo com Smith (1988). A tendência expansiva do capital nivela ao plano do capital as relações pré-capitalistas, isso porque é o trabalho abstrato que leva a valorização e reprodução capitalista. Portanto, é este processo de nivelamento ao trabalho abstrato que vemos perpetuando-se nas trajetórias dos assentados, condição esta que não fica restrita somente ao período anterior da conquista da terra, mas que continua sendo uma das marcas da vida no Assentamento São Joaquim, fazendo com que os assentados busquem o assalariamento.

Compreender geograficamente essa trama complexa de relações no Assentamento São Joaquim requer atenção especial para algumas especificidades, sendo uma delas os significados do trabalho abstrato em um assentamento, que constitui, *a priori*, um espaço com características diferentes daqueles dominados pelo capital (por exemplo, uma fábrica), de modo que o trabalho concreto é que deveria ser marcante no assentamento. Ao mesmo tempo, é preciso entender como o trabalho concreto se refaz no Assentamento São Joaquim.

Essa dialética é imprescindível para entender o significado teórico do camponês que trabalha assalariado no plantio de eucalipto.

Isso nos remete à contribuição de Mészáros (2002) acerca do metabolismo social do capital enquanto um processo historicamente constituído que subsumi o trabalho ao capital. Este processo ocorre sobredeterminando as mediações de primeira ordem - trata-se das determinações ontológicas fundamentais para a reprodução e existência humana, assentadas, sobretudo, no intercâmbio com a natureza. O elemento principal das mediações de primeira ordem é que sua realização não necessita do estabelecimento de estruturas hierárquicas marcadas pela dominação e subordinação. Já as mediações de segunda ordem afetam a funcionalidade das mediações básicas de reprodução societal, na medida em que correspondem a um período da história marcado pelo estabelecimento do metabolismo social do capital, o qual subordina as funções reprodutivas sociais à lógica e à finalidade, qual seja, “expandir constantemente o valor de troca – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais”. (ANTUNES, 2009, p. 21-23)

Nesse contexto, e tendo em vista que o capital expande-se assentado em suas contradições, assinalamos que o camponês que trabalha assalariado no eucalipto é expressão da dinâmica territorial do trabalho e da expansão geográfica do capital, condição existente não somente no território do monocultivo do eucalipto na Região Leste de Mato Grosso do Sul, mas sobreposta nos diferentes territórios de vida e trabalho por quais passaram os assentados do Assentamento São Joaquim. Com isso, estamos querendo dizer que não há como compreender o assalariamento no monocultivo do eucalipto sem entendê-lo articulado às trajetórias e inserções anteriores desses sujeitos, as quais são constantemente marcadas pela combinação das mediações de primeira e de segunda ordem do metabolismo social do capital (idas e vindas do trabalho balizadas por diferentes inserções laborais no campo e na cidade). A não eliminação das mediações primárias nos mostra que o capital não consegue subjugar totalmente a reprodução social aos seus imperativos, e é em meio a essa trama complexa que buscamos entender os significados do assalariamento de camponeses no monocultivo de eucalipto enquanto uma possibilidade, inclusive para a reprodução das mediações primárias de reprodução social.

2.2. O ser camponês: as dificuldades para a permanência na terra

As dificuldades que as famílias passam no lote, a começar pela falta de recursos para a construção das casas, dos fomentos iniciais e para o plantio, fazem com que, no caso do Assentamento São Joaquim, após quatro anos, as famílias ainda não consigam ter estabilidade. Essas dificuldades se somam a todos os outros problemas que passam a vivenciar para permanecerem no acampamento, bem como à própria história de vida de cada assentado.

Muitas famílias, antes de terem acesso à terra, passaram por longos períodos de luta nos acampamentos (13-20 anos). Como vimos no Quadro 1, algumas famílias assentadas no Assentamento São Joaquim, ficaram em acampamentos por até 20 anos. Diante disso, é comum às famílias terem passado por diversos acampamentos até conseguirem um lote no Assentamento São Joaquim. É comum, também, que os acampamentos tenham mais pessoas do que a disponibilidade de lotes existentes quando da implantação de um Projeto de Assentamento, fazendo com que algumas famílias vivenciem longos períodos de luta pela terra. A lentidão em conseguir se estabilizar no lote desestimula as famílias, sem perspectivas quanto à permanência futura na terra. A grande pergunta é: se os filhos desses camponeses vão permanecer na terra, qual a perspectiva desses jovens ao verem seus pais e seus avôs por anos lutando para ao menos disporem de moradia digna?

Quando as famílias estavam acampadas existia a esperança de conquistar a terra e conseguir viver com qualidade de vida no lote. Atualmente, elas sabem que isso não aconteceu e que a luta para ter a terra passou, mas a luta para permanecer nela ainda continua. Diante de todas as dificuldades no assentamento, as famílias admitem que a luta para permanecer na terra muitas vezes é mais difícil que a luta pelo acesso à terra. Essas dificuldades podem ser entendidas por meio da fala de um assentado.

O líder daqui [acampamento de Selvíria] propôs pro nosso líder lá dizendo que aqui existia 40 vagas se alguém quisesse sair do acampamento lá [Nova Andradina] pra vir pra cá. Os que quisesse vir, era só chegar aqui, acampar e aguardar. Tinha até uma promessa que em dois, três meses a gente ia estar em cima do lote. E isso durou foi três anos [risos]. Uns meninos vieram primeiro, ajeitaram uma carreta botaram as coisas do barraco em cima, a cacaria em cima; coisa de barraqueiro, cachorro, galinha, lona, pedaço de pau e tudo quanto é coisa, e se instalou no corredor do Cazuza, que era tudo de terra, não era asfalto. Lá nós sofremos que só sovaco de aleijado. Bebi água de chuva; água nossa era da chuva. Parava nos tambor assim, na goteira do barraco. Com o tempo, quando a coisa apertou mesmo, que deu seca, não mais chovia, vinha um caminhão pipa lá de Selvíria, trazia uma aguinha pra nós. Fizemos um buraco no

chão, assim, forro de lona, despejava aquela água amarela cheia de mosquito da dengue [...], enchendo de folha lá dentro e tudo quanto é coisa, mas nós aturamos. Começou a vir uma cestinha pra nós, depois houve várias denúncias que extraviavam algumas coisas da cesta. Aí durou pouco, aí cortou. Até agora nós estamos sem cesta, cada um se virando do jeito que pode. (Entrevista 26)

Durante o acampamento, notamos pela fala das famílias a situação de precariedade das famílias, a falta de água potável, alimento, cesta básica. Tudo isso faz com que a vida no acampamento fosse repleta de dificuldades. Como vimos, às famílias já saíram de um acampamento com a promessa de que em dois ou três meses já estariam assentadas, mas, no caso desse assentado, esse processo durou três anos. Ele também narra como ocorreu a viagem para o novo acampamento, em caminhões transportando desde o barraco até os animais e as famílias: “ajeitaram uma carreta, botaram as coisas do barraco em cima; coisa de barraqueiro, cachorro, galinha, lona, pedaço de pau e tudo quanto é coisa, e se instalou no corredor do Cazuzá”. Essa trajetória até o lote foi carregada de dificuldades que desgastam a família e que se arrastaram por um longo período. Depois da conquista do lote, os problemas são outros, como a falta de investimentos no assentamento.

Nesse sentido, os assentados passam por grandes dificuldades no lote, principalmente devido à falta de infraestrutura para moradia, escola, atendimento em relação à saúde. Hoje, o Assentamento não tem médicos que atendam às famílias e conta apenas com uma ambulância para transportar os doentes para atendimento médico.

Vimos de uma cidadezinha no interior de São Paulo e lá os recursos, principalmente na saúde, é muito bom. Já aqui [assentamento] a dificuldade é 24 horas. Hoje ainda facilita bastante com a ambulância aqui no assentamento, mas quando eu mudei, com seis dias eu morando aqui, sofri um acidente aqui e quebrei uma clavícula e vi que eu ia morrer jogado dentro desse barraco. Porque você chegava em Selvíria, que mandava pra Ilha [Ilha Solteira cidade do estado de São Paulo que faz divisa com Selvíria], que não atendia bem porque Selvíria não repassa recurso para Ilha. Eles não atendem bem e eu já não passando bem e ficou um jogo de empurra, e eu passando dor. Já passava uns 4 - 5 dias, foi onde minha família se dispôs. Vieram lá do estado de São Paulo e buscaram eu e resolveram meu problema. Naquela época realmente eu pensei em desistir disso aqui [assentamento] porque se acontecesse isso com a minha filha ou com a minha esposa, eu não ia aguentar ver. (Entrevista 27).

A entrevista deixa claro que mesmo com a melhora devido à chegada da ambulância, o que já ajudou muito no Assentamento, o município não tem estrutura médica para atender as famílias. Assim, muitas voltam às suas cidades de origem para obter atendimento médico mais especializado.

As famílias não possuem meio de transporte, o que limita a ida para Selvíria a cada 15 dias; e a ambulância não leva os assentados para consultas marcadas, só em casos de emergência. As famílias também têm dificuldades no que se refere à educação.

A Escola do Assentamento foi importante para as famílias, mas ainda precisa de melhor estrutura física para receber os alunos. A escola funciona no Assentamento desde 2010 e, atualmente, atende 240 alunos de ensino fundamental e médio, em dois períodos, entre crianças e jovens dos três assentamentos do município (São Joaquim, Alecrim e Canoas I e III), sítios e fazendas mais próximas. Devido à distância até a cidade de Selvíria, os professores chegam à Escola na segunda-feira e permanecem até quinta-feira, o que lhes proporciona uma relação muito próxima com a comunidade, pois a Escola também é um ponto de encontro do Assentamento, seja para conversar, fazer reuniões da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim ou para recarregar celulares e faroletes (já que a escola possui energia elétrica). A fala da mãe de um aluno mostra como a Escola do Assentamento São Joaquim mudou a sua rotina e de sua filha, mas, mesmo com a melhoria, apresenta a preocupação com a estrutura física.

A escola, para nós, é muito importante, principalmente por ser aqui dentro do assentamento. Porque antes, como eu já falei, o ônibus vinha e pegava a criança 9 horas da manhã, voltava com essa criança 9 horas da noite. Os pais tinham que ficar no linhão [estrada principal] esperando essas crianças, isso quando o ônibus não quebrava no caminho e essas crianças posavam, passavam a noite [na escola ou estrada]. Isso aí era uma preocupação para os pais. Então, eles estando aqui [escola do assentamento], para nós que temos crianças na escola, é mil maravilhas, porque qualquer coisa que acontece a gente mesmo pode ir à escola e buscar a criança. [...] eu só acho, assim, que a escola tem que haver um melhoramento. Tem muita rachadura, quando dá um vento a gente fica preocupada porque não sabe o que vai acontecer. Tem projeto [de construção de uma nova escola], mas até hoje não foi falado nada. (Entrevista 27)

A Escola localiza-se na antiga sede da então Fazenda São Joaquim (Figura 3) e com diversas funções e usos para as famílias assentadas, além de servir para a formação dos alunos, é usada como espaço de reuniões e encontros entre as famílias assentadas (Figura 3).

Figura 3: Escola como espaço de encontro



Fotos: 1 e 2: Escola do Assentamento. 3 e 4: Atividades educacionais na escola. 5: Reunião de assentados na escola. 6: Memorial do Assentamento feito por alunos do ensino fundamental da Escola Rural São Joaquim. Fonte: Trabalho de campo, 2013.

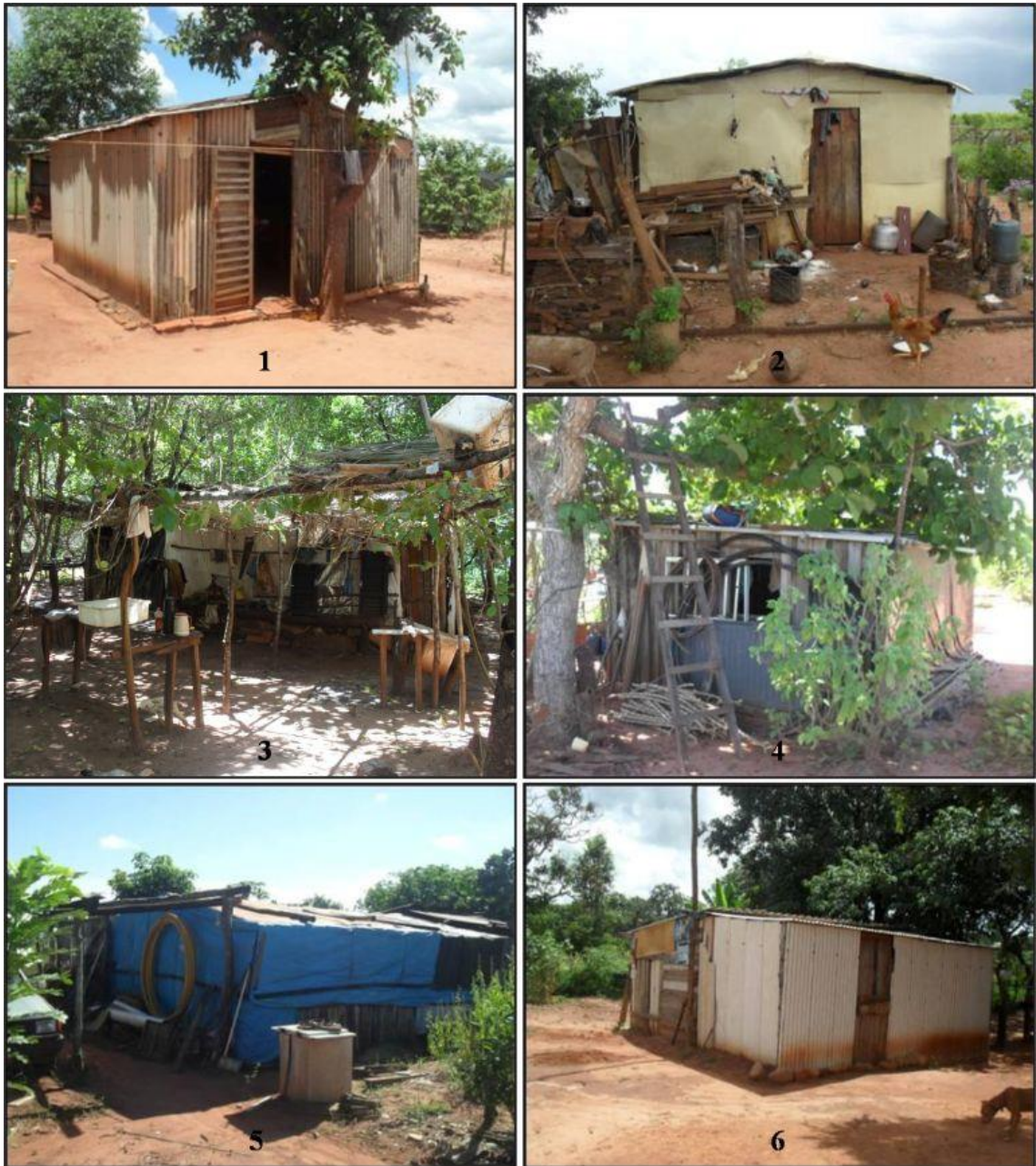
Observamos durante os trabalhos de campo, as famílias camponesas passando por dificuldades para produzirem e se manterem na terra, devido, fundamentalmente, à falta de investimentos públicos, fomento e assistência técnica. Destacamos a falta de licenças para desmatamento, de água para produção e energia elétrica. Esses são os pontos mais citados pelas famílias camponesas durante as entrevistas, quando são perguntadas sobre as principais dificuldades do Assentamento. Diante disso, entendemos cada um desses pontos e suas implicações na produção e na permanência das famílias no lote.

As famílias apontam a falta dos créditos iniciais, mesmo após quatro anos na terra²⁰. Constatamos que as famílias receberam o primeiro crédito, o qual deveria ser utilizado para a produção, mas foi utilizado para a instalação da rede de água do Assentamento. Esta função, que deveria ser exercida pelo INCRA, foi paga pelos assentados. Foram feitos três poços, mas apenas dois funcionam, o que causa, frequentemente falta de água. Após esse primeiro incentivo, ocorreram várias denúncias de desvio de verbas, conforme as declarações de algumas lideranças, impedindo outros fomentos para as famílias.

Outra questão está relaciona-se a construção das casas, pois a chegada do material iniciou-se e interrompeu-se várias vezes durante esses quatro anos. Assim, as famílias sem condições financeiras para a construção das casas, ainda vivem em barracos de lona e madeira (Figura 4).

²⁰ Verificar Anexo 1.

Figura 4: Moradias no Assentamento São Joaquim



Fotos: 1; 2; 3; 4; 5 e 6: Tipos de Moradias no Assentamento São Joaquim. Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Destacamos que cada família recebe uma parte dos materiais para a construção das moradias: alguns recebem tijolos e telhas, outros recebem cimento e areia, mas nunca tem acesso a tudo que é necessário. A situação precária das moradias (Figura 4) lembra muito a situação de Acampamento. Mesmo estando num Assentamento, essa situação ainda permanece. Assim como a figura 4 demonstra, constatamos a existência de outras casas em situação semelhante ou pior.

Quanto à questão da construção das casas no Assentamento, o Secretário de Agricultura de Selvíria, Alessandro Batista Leite, nos aponta alguns dos motivos que a administração municipal vê como causadores da demora.

As casas do PA Alecrim, nós construímos todas, construímos 87 casas em um ano. Mas como que se deu o processo? Um processo licitatório. Um superintendente [funcionário do INCRA] que tinha uma cabeça diferente, fez o que? Licitou em itens, cada grupo de materiais, bloco e tijolo junto, dividiu em itens de materiais e lá no Alecrim nós fizemos em um ano as casas, 87 casas. Só que aí, no PA São Joaquim, foi licitado tudo num conjunto geral. Quer dizer, uma empresa que ganhava, entrega todo o material. E na verdade, assim começa a entregar o material e você tem um tempo pra entregar. Você não entrega, aí vence o prazo de licitação, o preço sobe... a empresa faz o quê? [Questionamento do entrevistado] Pede reajuste. Aí tem que fazer um novo documento com as famílias pra poder ver se as famílias aceitam subir no valor que a empresa quer, porque as famílias mandam no crédito, tem um crédito de habitação depositado no nome de duas pessoas só. É uma conta boqueada, não “consegue” mexer em nenhum centavo. Então aí reúne as famílias, as famílias liberam. Então isso vem acarretando um atraso. (Secretário da Agricultura, 2013)

No Assentamento São Joaquim, para cada tipo de material de construção, foi feita uma licitação. No Assentamento Alecrim, a licitação foi dividida por grupo de materiais, de modo que apenas uma empresa licitou todo o material e ficou responsável pela entrega. Se percebe, no caso do Assentamento São Joaquim, que além do atraso para fazer a entrega dos materiais - o que gera constantes aumentos nos valores dos produtos – constatamos, conversando com os assentados, que parte dos materiais de construção entregues são de qualidade ruim. Exemplo disso são os tijolos de uma primeira remessa recebida, que ruíram com as primeiras chuvas, isso é um reflexo do desvio de verbas por lideranças e funcionários do INCRA e da empresa que ganhou a licitação. Algumas famílias perderam areia e cimento pela ação da chuva (Figura 5) e foi preciso solicitar uma outra remessa de tijolos, pois os primeiros enviados degradaram-se, conforme pode ser visto à direita da imagem. (Figura 5).

Figura 5: Casas inacabadas e materiais de construção no Assentamento São Joaquim



Fotos: 1 e 2: Casas em construção. Fotos: 3 e 4: Materiais de construção. Foto: 5: Materiais de construção e, ao fundo, a casa da família assentada. Foto 6: Materiais de construção e, à direita, materiais de construção em decomposição. Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

As famílias não têm minimamente acesso à moradia de alvenaria no Assentamento, tampouco existem barracões para guardar as ferramentas de trabalho, sementes e os demais utensílios. Assim, os barracos, além de serem o espaço onde as famílias descansam e moram, também é o espaço onde se guarda as sementes e as ferramentas. (Figura 6).

Figura 6: Barracão ou casa?



Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Essa condição poderia ser amenizada com a disponibilização dos materiais de construção e a ajuda de custo para mão de obra e construção das casas. Os motivos apontados para a demora são, principalmente, as denúncias de superfaturamento de notas por parte do Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assinalamos ainda as dificuldades que as famílias encontram para plantar ou criar o gado, porque seria preciso cercar o lote, já que quando se planta em áreas que não são cercadas, o gado que anda solto ou preso com cercas provisórias destrói as plantações, causando conflitos e divergências entre as famílias camponesas.

A seguir, apresentamos a normativa 58 do INCRA, que nos dá respaldo ao citarmos os investimentos iniciais que deveriam ter sido aplicados no Assentamento São Joaquim, demonstrando que a não aplicação tem feito com que as dificuldades para permanecer e produzir na terra se tornem ainda maiores.

Segundo a normativa do INCRA, o valor dos recursos a que os assentados do Assentamento São Joaquim têm direito, chegaria a R\$ 24.600,00 para cada família assentada, além de R\$ 2.400,00 que seriam destinados ao apoio às mulheres. Esses recursos não foram destinados integralmente para as famílias assentadas e deveriam ter começado a

ser investidos no Assentamento logo após a chegada das famílias ao lote, continuando de forma constante, o que não aconteceu. De acordo com informações dos assentados entrevistados, do total de R\$ 27.000,00 que deveria ser aplicado às famílias assentadas, apenas R\$ 3.200,00 chegaram, conforme apontamos a seguir.

Pela normativa 58 do INCRA do ano 2010 fixa esses valores que devem ser aplicados de forma coletiva no assentamento:

- a) Apoio Inicial: R\$ 3.200,00; b) Apoio Mulher: R\$ 2.400,00 c) Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 15.000,00; d) Fomento: R\$ 3.200,00; e) Adicional do Fomento: R\$ 3.200,00;*
- f) Semiárido: Até R\$ 2.000,00; g) Recuperação/Materiais de Construção: Até R\$ 8.000,00;*
- h) Reabilitação de Crédito de Produção: Até R\$ 6.000,00; i) Crédito Ambiental: R\$ 2.400,00.*

CAPÍTULO IV

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º Poderão ser beneficiários do Crédito Instalação os assentados dos projetos da Reforma Agrária criados ou reconhecidos pelo Incra, regularmente selecionados e cadastrados.

§1º. A modalidade Apoio Inicial será concedida às famílias selecionadas e cadastradas, visando suprir as necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo para sua instalação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§2º. A modalidade Apoio Mulher será concedida para utilização exclusiva da mulher titular do lote, que compõe a unidade familiar, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, visando o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§3º. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será concedida às famílias assentadas, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, para auxiliar na construção de suas unidades habitacionais, nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento ou com a localização definida em caso de projetos coletivos.

§4º. A modalidade Fomento será concedida às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando o fortalecimento das atividades produtivas e ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§5°. *A modalidade Adicional do Fomento será concedida às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando dar continuidade ao fortalecimento das atividades produtivas e ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.*

§6°. *A modalidade Semiárido se destina a atender as necessidades de segurança hídrica das famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, localizados nas áreas circunscritas pelo Semiárido, reconhecidas pelo IBGE.*

§7°. *A modalidade Recuperação/Materiais de Construção se destina a recuperação das unidades habitacionais nos Projetos de Assentamento que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação.*

§8°. *A modalidade Reabilitação de Crédito Produção se destina à recuperação da capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamentos contraídos no âmbito do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária -PROCERA.*

§9°. *A modalidade de Crédito Ambiental se destina a financiar o plantio de árvores e a realização dos tratos culturais, durante dois anos, a partir da instalação de sistema agroflorestal - SAF, necessária à restauração ambiental da área de reserva legal dos assentamentos.*

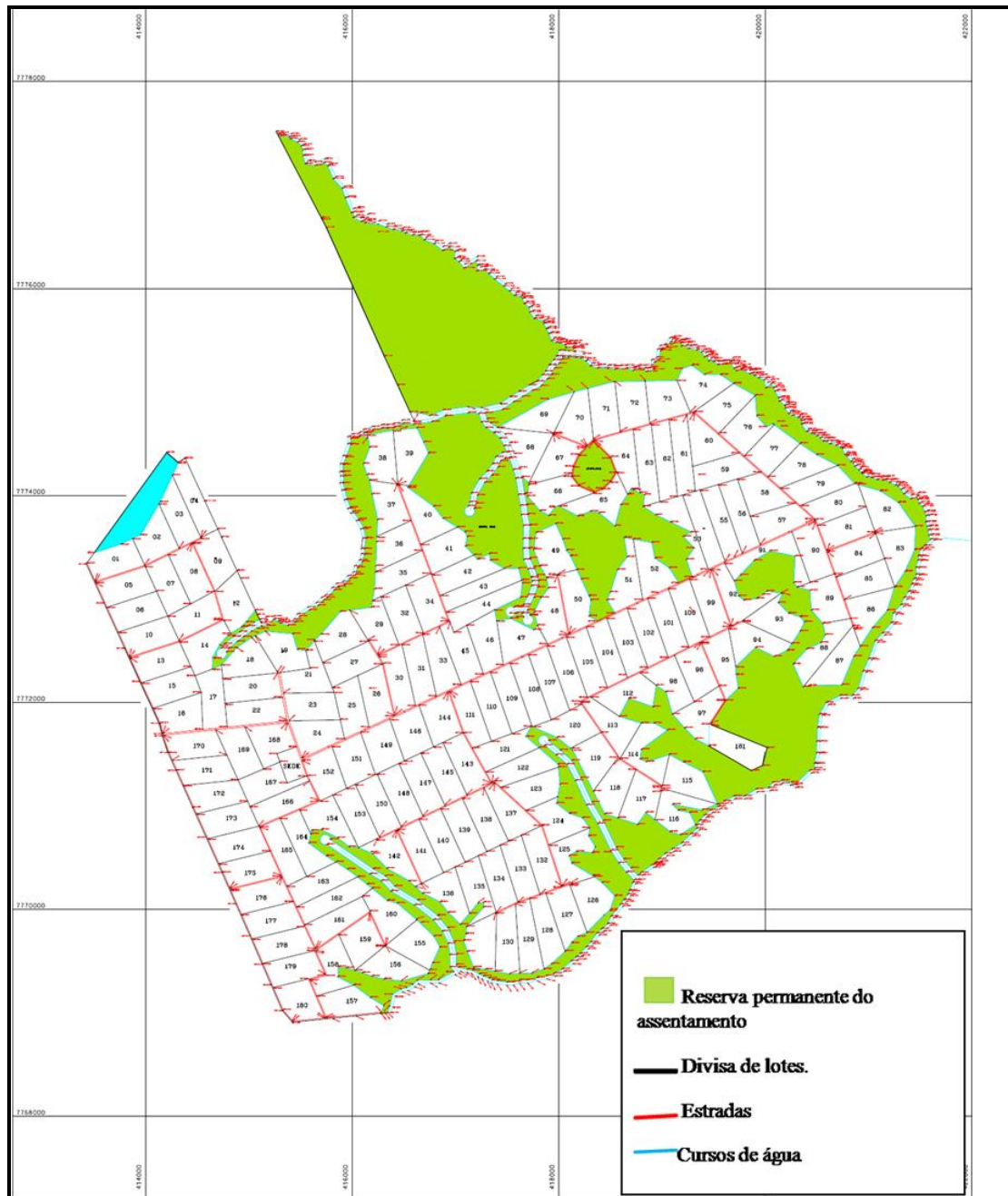
De acordo com a normativa do INCRA, os créditos para o Assentamento São Joaquim chegariam a oito (Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional do Fomento, Recuperação/Materiais de Construção, Reabilitação de Crédito de Produção e Crédito Ambiental), já que o crédito semiárido não estaria disponível para o município de Selvíria por não estar localizado em uma área de semiárido definida pelo IBGE. Mesmo assim, após quatro anos, as famílias assentadas apenas receberam integralmente o crédito de fomento de R\$3.200,00, que foi aplicado na rede de água do Assentamento. Assim, esses fomentos têm como objetivo dar estabilidade e condições para as famílias permanecerem e produzirem no lote, condição que não pode ser observada no Assentamento São Joaquim.

O fomento inicial seria uma ajuda muito importante para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas, tanto em relação ao aspecto econômico quanto à qualidade de vida.

Destacamos mais um ponto importante para a melhoria da qualidade de vida no Assentamento, qual seja, a licença para o desmatamento dos lotes. A então Fazenda São Joaquim era uma propriedade improdutiva, localizada em uma área onde se predomina o

cerrado. A fazenda tinha uma grande parte de antigas pastagens, onde já predominava cerrado de médio porte, o qual não pode mais ser desmatado sem plano de manejo. A licença para o desmate ainda não foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Mesmo já existindo uma área de preservação permanente no Assentamento, essa área é coletiva e pertence à todas as famílias. (Figura 7).

Figura 7: Áreas de Preservação Permanente



Fonte: AGRAER, 2008

Toda a área em verde (Figura 7) já foi delimitada como reserva legal e coletiva do Assentamento São Joaquim. Com isso, os assentados poderiam desmatar toda área de

suas propriedades. Sabemos que essa não é a intenção das famílias, porém, alguns lotes têm mais de 80% da área com cerrado. Deste modo, a família fica impossibilitada de produzir na área e de adquirir renda no lote. Diante dessa situação, alguns desses lotes foram abandonados pelas famílias, visto que diante da impossibilidade de desmate – que, via de regra, significa impossibilidade de plantio/produção - era impossível conseguir qualquer renda para que as famílias pudessem se manter na terra. Essa situação pode ser percebida na entrevista a seguir.

Que nem o meu [lote] aqui, tem mais de dez pessoas que estão loucas querendo fazer roça. Desmatar pra fazer roça. E a gente vai lá, fala com a turma da AGRAER. Eles falam não. Nós estamos vendo isso, a gente tá correndo atrás e é sempre a promessa que vai sair e vai sair, e até agora nada, nada de concreto [...]. E as reservas já estão todas demarcadas. Eu deixo alguma área se eu quiser. (Entrevista 26)

Desse modo, quem ainda permanece nos lotes precisa trabalhar fora da propriedade para conseguir renda para manter a família na terra. As famílias de assentados que não trabalham fora do lote, geralmente, recebem algum tipo de benefício, como aposentadoria e pensão. Como declarou o entrevistado, existe uma promessa da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) – que é o órgão responsável pela elaboração do plano de manejo – de regularização das áreas de desmate; porém, até o momento, não se tem nenhuma medida concreta, fato que, como vimos, tem inviabilizado o trabalho e a produção em alguns lotes. Na sequência, apresentamos imagens (Figura 8) de alguns lotes do Assentamento que sofrem pela falta de licença para fazer o desmate das áreas.

Figura 8: Lotes nas áreas de cerrado



Fotos: 1 e 2: Estrada do Assentamento São Joaquim. Fotos: 3; 4; 5 e 6: Lotes do Assentamento São Joaquim em áreas de cerrado. Fonte: Trabalho de campo, 2013

Constatamos que alguns lotes (Figura 8) estão localizados em áreas cujo desmate está proibido. Esses lotes estão tomados por vegetação de cerrado, de médio porte, já bem fechada, impedindo os assentados utilizarem para plantio e/ou pecuária. Caso procedam com o desmate, as famílias podem ser multadas pelo IBAMA. Algumas famílias do Assentamento São Joaquim já foram multadas por pegarem madeira nas matas para a construção de suas moradias.

[Sem licenças ambientais] tá dificultando demais...demais. Faz uns anos que a gente tem uma licença aqui. Diz que vai ser aprovado. A gente pagou pra reconhecer firma tudo, aí chegaram aqui e falaram que o papel não vale mais nada. Aí vão fazer outro requerimento, outro processo; faz um ano. Não consegue [a licença] até hoje, não chegou. Aí não pode limpar; se a gente começar a mexer [desmatar] pode ser processado. (Entrevista 22)

Como diz o entrevistado, as licenças para desmate foram prometidas para os assentados há algum tempo, mas não saem. De acordo com ele, “já se fez um documento que não vale mais”. Essa declaração é feita em várias entrevistas com assentados. O medo das multas pelo IBAMA impossibilita famílias de desmatarem, já que as multas têm um valor muito alto.

Alguns entrevistados questionam como foram demarcadas as áreas de reserva do assentamento: “tem mais mata no meu lote que em muitas áreas da reserva” (Entrevista 22). Observamos durante as saídas de campo, nas quais vimos que em algumas áreas a reserva tinha menos áreas de cerrado que os lotes.

Com uma expressiva área de cerrado no Assentamento, e devido à expansão do eucalipto na região, é comum o aparecimento de animais que atacam as lavouras das famílias assentadas em busca de alimentos. Assim, uma das poucas áreas onde esses animais encontram alimentos são nos Assentamentos; por isso, em lotes onde há lavoura, o número de ataques de animais silvestres às plantações são recorrentes, principalmente de animais como queixadas (espécie de porco do mato), pacas e emas. Os assentados também relatam sobre os riscos de ataque de animais peçonhentos às crianças como aranhas e cobras devido a proximidade das casas as áreas de cerrado.

Deste modo, os desmates estão entre as principais dificuldades das famílias assentadas, visto que a impossibilidade de fazê-los, dificulta o plantio das lavouras. Essa situação tem feito com que os assentados trabalhem fora dos lotes e/ou abandonem o lote pela falta de condições na propriedade. Tal condição impossibilita a geração de renda por parte da família. Desta maneira, as que não têm uma renda externa pelo trabalho assalariado, do trabalho por dia/empreita ou de auxílios do governo, como pensão e aposentadorias, ficam impossibilitadas de viver no Assentamento.

Como contraponto a isso, no Assentamento existem experiências de utilização das áreas de cerrado para a produção de mel, já que a atividade não precisa de desmate para ser realizada. As famílias que buscaram essa alternativa vêm sendo beneficiadas pela grande presença de matas nos lotes, gerando renda que, mesmo sendo pequena, auxilia nas

despesas. Infelizmente não são todas as famílias beneficiadas dos lotes com mata; a maioria está sendo prejudicada diretamente.

Em nosso entendimento, achamos necessário que os assentados tenham pelo menos a opção de escolher se vão ou não fazer os desmates nos lotes, o que, como constatamos, não está acontecendo atualmente, mesmo com as áreas de reversas já delimitadas.

Desde o início do Assentamento, algumas famílias têm apenas o quintal para produzir, que fica juntamente com a moradia, onde normalmente produzem alimentos, como mandioca, frutas e hortaliças, e onde ficam os animais para o autoconsumo da família, como galinhas e porcos. Com as licenças de desmate, esses camponeses poderiam ter mais opções de produção e de geração de renda para a manutenção de suas famílias na terra.

Outra dificuldade apontada pelos assentados é quanto à assistência técnica, que no Assentamento São Joaquim se mostra deficitária em vários aspectos. Os principais questionamentos se dão pelo número reduzido de técnicos que trabalham no auxílio às famílias, além da escolha dos cursos ministrados pelas diferentes instituições.

Os assentados reclamam do trabalho da AGRAER, afirmando que sua principal função é colher assinaturas, o que pouco contribui, principalmente quando se trata do atendimento individual de cada família.

Cursos técnicos são oferecidos pela AGRAER. Segundo o INCRA, são uns cursos vagos. Os objetivos pra eles, no papel, tá uma beleza; e pro assentado eu vou dar um exemplo. Por exemplo, aqui, a AGRAER veio aqui e deu um curso de engorda de frango, mas quando eu perguntei qual a estrutura pra fazer isso... nenhuma. Quem é? Como vai ter uma pessoa pra vender esses frangos? Não [tem ninguém que auxilie na venda]. Então eles dão o curso e não dão estrutura nenhuma. Visita aqui no lote: eles sentam ali no banco, preenchem os documentos deles e vão embora [...] a AGRAER vem aqui só pra fazer as perguntas, dar um curso. Aí deu meio dia e terminou a parte dela. E o assentado fica aí a ver navios. (Entrevista 01)

Os cursos oferecidos abordam apenas a etapa de produção e não englobam elementos da comercialização e de estrutura para a realização das atividades. Desta forma, as famílias participam dos cursos, mas não conseguem realizar as atividades por questões financeiras e pela dificuldade de comercialização dos produtos. Outra questão levantada durante as visitas no Assentamento refere-se à falta de estrutura para pôr em prática as técnicas apreendidas durante a realização dos cursos. Isso pode ser percebido no caso relatado acima, referente à produção de frangos semi-caipiras. Para este tipo de produção,

inevitavelmente, seria necessário a existência de energia elétrica para o resfriamento dos frangos. A falta de energia elétrica torna esta atividade inviável.

Os assentados questionam que os cursos deveriam atender às necessidades mais imediatas do Assentamento, visando uma aplicação mais adequada pelas famílias, de forma a auxiliar na renda; outra demanda é que estes cursos tivessem maior atenção no que se refere às formas que os produtos poderiam chegar ao mercado consumidor, além de mapear os potenciais mercados consumidores. Com isso, as famílias teriam confiança de um destino para a venda da produção, já que alguns produtos produzidos no Assentamento hoje, têm muita dificuldade para chegar nos mercados, como mandioca, melancia, milho, pimenta, galinhas, ovos e porcos.

A questão do acompanhamento individual a cada família ainda é muito ligado ao trabalho burocrático. Este trabalho é, em grande parte, exercido pela AGRAER - como nos destacaram os assentados – preenchendo documentos, e não de assistência técnica à produção, efetivamente. O número de funcionários que atende o Assentamento é reduzido, dificultando o acompanhamento por família e a contribuição nas diferentes atividades exercidas pelos assentados. Almeja-se uma contribuição mais focada nas diferentes características do solo de cada lote e nas diferentes produções que cada um poderia realizar na sua propriedade.

O Secretário Municipal da Agricultura de Selvíria questiona o trabalho da AGRAER, alegando que os fomentos não têm chegado aos assentamentos, fato que inviabiliza a própria assistência técnica às famílias.

O INCRA contratou agora a assistência técnica da AGRAER, uma assistência muito boa. Só que no PA São Joaquim e no PA Canoas, a assistência técnica tá chegando assim na frente dos bois. Você coloca o carro na frente dos bois [...]. Então o que significa isso? A assistência técnica tem que chegar no momento. [No momento] que tem casa pronta, liberou o fomento. Porque as famílias tão partindo para um crédito que é o PRONAF, então esse PRONAF dá um subsídio pra você comprar a vaca, fazer o barracão pro frango... e na verdade o que aconteceu não chega! Então, a assistência técnica chegou num momento que, que nem diz o outro, tá o contrário; em vez do boi puxar o carro, é o carro que tá puxando o boi. Então tem essa problemática. (Secretário da Agricultura, 2013)

Como percebemos na entrevista, segundo o secretário de agricultura a assistência técnica que auxilia as famílias existe. O que tem ocorrido é que esta tem chegado num momento em que as famílias não estão preparadas para poder produzir. Tal fato resulta na existência de cursos que não têm a possibilidade de ser aplicados no assentamento, devido à

falta de estrutura das famílias. Para o Secretário de Agricultura, a assistência técnica da AGRAER é boa, apesar dos assentados não terem esse mesmo entendimento. Concordamos que, na condição em que se apresenta o assentamento, a assistência técnica da AGRAER não dá conta das necessidades das famílias, transformando-se apenas numa assistência burocrática a serviço do INCRA, mas que para os assentados têm pouca serventia.

Além destas dificuldades, há o sucateamento do INCRA, que a cada ano perde mais funcionários e recursos financeiros dentro do Estado, sobrecarregando os poucos funcionários existentes no órgão e inviabilizando que muitos consigam fazer um trabalho com maior qualidade. Hoje, o Mato Grosso do Sul tem uma demanda de aproximadamente **R\$100.000.000** para atender os assentamentos, enquanto o INCRA tem recebido do governo apenas cerca de R\$30.000.000. Isso faz com que o trabalho do INCRA, no Estado, fique estagnando por falta de investimentos do Governo Federal nos projetos de reforma agrária. Por isso, é importante lutar por um processo de reestruturação do INCRA (não somente no estado de Mato Grosso do Sul, mas em nível nacional), que faça com que o número de funcionários e recursos sejam adequados às necessidades reais, tornando o órgão mais eficiente no atendimento das demandas das famílias assentadas e acampadas.

Além da falta de assistência técnica, Há falta de equipamentos que auxiliem na atividade de preparo da terra. A associação conta com 2 tratores para atender os Assentados, o que é insuficiente, já que a época de preparo da terra é a mesma para todos. Outra questão é quanto à manutenção desses tratores, que deve ser feita pela Associação de Moradores. Durante a realização do trabalho de campo, a informação é que os tratores se encontravam quebrados há três meses, fazendo com que os assentados tenham que pagar para outros assentados que possuem tratores para trabalharem na terra, aumentando os custos de produção. A falta de manutenção se dá em decorrência da dificuldade econômica pela qual passa a Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim, que “hoje não tem mais que 20 associados em dia com as mensalidades” (Entrevista 29 - Ex-Presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim). A escassez de dinheiro na associação para fazer a manutenção dos equipamentos, torna-a ainda mais dependente do auxílio de políticos. Como afirma o ex-presidente: “sem dinheiro a gente acaba tendo que recorrer ao político, vereador” (Entrevista 29).

Os equipamentos quebrados e a pouca assistência técnica, dificultam a consolidação da produção no Assentamento, principalmente de produtos destinados à comercialização. A assistência técnica deveria, nesse momento, voltar suas ações para a realidade dos assentados, para conseguissem extrair renda da terra.

No conjunto das carências, talvez a dificuldade mais grave existente no Assentamento São Joaquim, seja a falta de água. A água é condição primordial para a vida e para a produção na terra e algumas famílias chegam a ficar longos períodos sem água, até mesmo para beber.

Saiu o fomento inicial, que foi empregado na rede de água aqui, nem foi empregado em alimento; esse valor a gente nem pegou. O fomento inicial foi usado na rede de água, a gente não teve contato com valor nenhum e nem desfrutamos. Tá desfrutando da água, mas, desse jeito...A água nossa aqui tem uma bomba (...); que choveu, deu um raio aqui, essa bomba queima. Aí nem associação nem nada resolve. O povo tem que se reunir e comprar uma outra bomba. Eu fiquei, do final do ano, 15 dias sem água, do dia 31 a 16 de janeiro. A gente ia lavar louça na casa do meu sogro, lavar roupa, a um quilômetro daqui. A gente ia buscar água pra tomar, pra cozinhar e tomava banho lá e lavava as roupas lá. Trazia água no carro [para as criações]. (Entrevista 22)

A falta de água, até mesmo para o consumo da família, fica bem evidente nessa entrevista e pode ser constatada em diversos lotes no Assentamento.

O mais difícil é água, que nós mais necessitamos... Por que como vocês vão criar uma galinha, um porco, uma vaca sem uma água? Você está com seus animais aqui, de repente essa água dá uma pane; a gente só pode usar a água pra beber e pra dar para alguns animais. Há 20 dias atrás, a gente ficou uns 10 dias sem água de novo porque a bomba deu problema. Às vezes cai um raio, porque o lugar não está apropriado; é um estalo e falta água e não temos como puxar a água. É uma coisa que precisamos ver pra ver como melhorar, pra poder ter uma confiança nessa água. Você tem seus animais, você tem 10, 20, 30 cabeças de gado... acaba a água. Pra onde você vai levar? E se tiver todo mundo morando no lote e acontecer uma coisa dessas, como vai levar suas criações para o lote do vizinho? Nós já chegamos a ficar 20 dias sem água nesse lugar. (Entrevista 20)

A falta de água para as famílias e para os animais é constante, principalmente nos lotes que são atendidos pelo segundo poço onde a prefeitura não faz a manutenção dos equipamentos. No Assentamento foram construídos três poços para atendimento das famílias, com recursos do fomento inicial. Mas apenas dois funcionam e, em outro, não foi encontrada água. A empresa que foi contratada simplesmente abandonou o poço.

O poço principal, que atende a escola do Assentamento, é mantido pela prefeitura do município de Selvíria, que paga a energia elétrica e a manutenção; já o segundo, atende a 64 lotes, sendo que as famílias pagam R\$20,00 por mês pelo uso da água, valor esse destinado para as despesas com energia elétrica e manutenção da bomba.

A nossa bomba sempre dá problema. Não sei se é por causa da rede que é monofásica e dá muito problema na bomba, ou é o sistema dessa bomba. Aí muitos aqui não pagam, isso vai pesando pra alguns que pagam, que têm que arcar por todos. A gente paga 20 [reais]. Alguns pagam, aí quando tem problema na bomba, dessa última bomba que teve problema, foram 80 reais acima do valor, mais 20 reais da água. (Entrevista 22)

Observamos, nas duas entrevistas, que os problemas na bomba de água do segundo poço acontecem com frequência, principalmente na época de chuvas, por conta dos raios. Os assentados entrevistados questionam as instalações feitas pela empresa como uma das responsáveis pelos constantes defeitos no equipamento. Também são comuns relatos sobre a dificuldade e a negação de alguns assentados em pagar a mensalidade da água, aumentando o custo das famílias que pagam. Com isso, sempre quando a bomba necessita de reparos, é necessário que se faça um recolhimento entre as famílias que usam o poço para realizar o conserto. Muitas famílias questionam por que devem pagar, já que outra parte do Assentamento não paga, e a manutenção e pagamento da energia são realizados pela prefeitura de Selvíria.

Ressaltamos que essa água deveria ser usada apenas para a manutenção das famílias no lote e isto seria provisório, até se construírem mais poços no Assentamento. Mas isso ainda não aconteceu. Hoje, a água é insuficiente para atender com qualidade todas as famílias. Uma das maiores dificuldades da falta de água é a criação de gado. Assentados com grande número de cabeças de gado utilizam maior quantidade de água para a manutenção dos animais, o que contribui para a falta de água em algumas partes do Assentamento, prejudicando aquelas famílias que não tem ou que têm poucos animais. O entrevistado 20 nos mostra: “você está com seus animais aqui, de repente, essa água dá uma pane; a gente só pode usar a água pra beber e pra dar para alguns animais”.

Essa água que tem aqui não tá dando nem para consumo humano, porque o pessoal carregou demais de criação. E no início foi dito que essa primeira etapa da água seria só pra uso humano, mas o pessoal não obedece. Têm pessoas aí que têm quase 100 cabeças de gado, aluga o sítio de um, de outro. Aí o consumo é muito grande, cada vaca aí consome 40 litros de água dia. Aí você ponha isso em um mês. (Entrevista 29, Ex-presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim).

O difícil acesso à água inibe as famílias de maneira significativa, impedindo-as de adquirir mais animais, ou mesmo para o plantio, já que não existe garantia de água para irrigação no Assentamento, como aponta o entrevistado. “É uma coisa que precisamos ver pra ver como melhorar, pra poder ter uma confiança nessa água. Você tem seus animais,

você tem 10, 20, 30 cabeças de gado... acaba a água. Pra onde você vai levar?”. Essa falta de segurança faz com que as famílias evitem aumentar a quantidade de animais e atividades, como hortas e plantações que necessitem de maior consumo de água.

A escassez de água atinge com mais frequência às famílias atendidas pelo segundo poço, mas também ocorre com as famílias atendidas pelo poço principal, localizado próximo à Escola do Assentamento. As famílias distantes do poço principal, ficam sem água devido à distância entre o poço e os lotes. Outros pontos contribuem para a falta de água no Assentamento, é as tubulações de água muito finas e superficiais, que constantemente quebradas pela passagem de veículos, diminuindo a pressão da água, que não chega a todas as partes do Assentamento. Isso se agravou ainda mais pela ausência de um terceiro poço, abandonado pela empresa responsável pela obra.

Sem ter água suficiente para a produção, os camponeses perdem em opções produtivas dentro do lote. É necessário mais poços para que o déficit de água seja eliminado e as famílias possam ter a garantia de que não faltará água para os animais e plantações, possibilitando maior segurança no momento em que investirem em alguma atividade, seja ela pecuária ou agrícola.

A falta de água e de energia são problemas graves e recorrentes no Assentamento. A falta de abastecimento energético tem ligação direta com a finalização da construção das casas já que, segundo vários relatos, a energia será disponibilizada apenas quando houver 50% de casas prontas.

Estivemos lá com o chefe, tá filmado. Ele abriu exceção. O seguinte: se construísse 50 casas, ele iria soltar o linhão [rede principal de energia]. Até tinha um projeto da Elektro e do INCRA, que dia 30 de junho seria a primeira visita do técnico da Elektro pra fazer a visita, ver quantas casas então prontas. Nessa casa contam até edícula; desde que seja de alvenaria, tendo um quarto e um banheiro, ela já pode ter energia. Não pode casa de tábuas, casa que tenha plástico é proibido. Aí eu até falei pra ele: na cidade o cara puxa. Aí ele me disse que na cidade é uma lei, a Luz para Todos; no assentamento é outra. [...] Inclusive a gente enviou um documento para o INCRA, via AGRAER. Chegou lá quarta-feira passada, pedindo para que o INCRA entrasse em contato com a Enersul, porque energia quem põe aqui é a Elektro, mas tem que ter o aval da Enersul, que é a Companhia Energética de Mato Grosso do Sul, pedindo que se adiasse a visita. A não ser que considerasse o material no local. Qual era o medo nosso, é o seguinte: é de ele vir fazer a visita e não dar [a quantidade de casas]. E jogar o nosso plano [colocar a energia] para mais longe. (Entrevista 29 ex-presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim).

Como vemos, segundo as lideranças do Assentamento, a energia só poderá ser colocada em casas de alvenaria, e se existirem, no mínimo, 50 casas. Durante as visitas realizadas no assentamento, coletamos informações da existência de 10 casas totalmente construídas (quando dizemos “casa totalmente construída”, refere-se às casas que já estão cobertas). Desta maneira, há uma preocupação em acelerar o processo de construção das casas para que possam ser colocadas as linhas principais de energia no Assentamento.

Sem a energia as famílias não têm condições de armazenar alimentos e dependem de alugueis de *freezer* em um bar que fica próximo ao Assentamento.

Aqui, para a gente ter uma carne guardada, uma água gelada, tem que alugar o *freezer* lá do bar do Cazuya. Aí a gente paga por mês pra guardar. Se a gente mata uma galinha ou um boi, tem que comer na hora, porque senão perde. Não tem energia, não tem como ter nem um *freezer* para guardar, aí fica muito difícil. (Entrevista 19)

Numa região de temperaturas elevadas que durante grande parte do ano superam os 30° graus, as famílias têm que pagar para tomar água gelada e alugar os *freezers* do bar mais próximo para armazenarem carnes e produtos perecíveis. Não existem formas de guardar grandes quantidades de carne nesses lugares, então, muitas vezes, é melhor vender os animais do que abater e guardá-los para o consumo da família. Nesse momento, uma das principais fontes de carne são os frangos, pois assim que são abatidos já se tornam refeição para a família.

Com a falta de energia, não se pode triturar a cana para servir de alimento para o gado em épocas de seca. Durante esse período, a cana é dada aos animais em pedaços, o que aumenta a perda de alimentos e dificulta o melhor aproveitamento do alimento pelo animal.

Os jovens são os que mais reclamam da falta de energia elétrica, pois impossibilita o uso da TV, do computador e de aparelhos de som. As famílias apontam este como um dos motivos que influencia na saída de jovens do Assentamento.

2.3. A produção camponesa: da dificuldade à criatividade

As famílias assentadas têm muitas dificuldades, mas buscam formas de produzir nos lotes. Como vimos, a criação de abelhas para a produção de mel e derivados. Com a falta de energia, ao invés de venderem leite *in natura*, os assentados produzem queijos. Apesar de todas as dificuldades para trabalharem, produzirem e morarem, as famílias encontram formas de produção e comercialização de alguns produtos.

Encontramos pequenas “indústrias domésticas” de produção de queijo salgado e conservas de pimenta, o que aumenta o preço do produto e, ao mesmo tempo, sua durabilidade.

Para comercializar a produção muitas famílias levam seus produtos de ônibus até as cidades e os vendem na rua, ou de porta em porta, principalmente frangos, pimentas e verduras.

A criatividade pode ser exemplificada pela produção de farinha, de maneira artesanal, a família construiu uma estrutura. (Figura 9)

Figura 9: Criatividade da produção camponesa



Foto1: Mandioca produzida pela família no lote. Foto 2: Ralador manual de mandioca. Foto 3: Prensa manual para produção de farinha de mandioca. Foto 4: Forno à lenha para *torragem* da farinha de mandioca. Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Como vemos na Figura 9, a família tem todo o processo de produção artesanal de farinha dentro do lote. A mandioca é produzida, descascada e ralada à mão; em seguida, é prensada por de uma prensa manual, feita de madeira. A farinha permanece ali até secar, quando é torrada no forno que foi construído pelo próprio assentado. Esse processo demonstra que as famílias apostam na criatividade para produzir no lote. (Quadro 2).

Quadro 2: Produção das famílias entrevistadas

Assentado	Principais produções no lote
01	Mandioca, abóbora, horta
02	Mandioca, abóbora, pepino, pimenta, horta
03	Leite, pimenta, porco, horta
04	Leite, mandioca, milho, feijão, cana, pimenta
05	Mandioca
06	Coco, mandioca, goiaba, amora, pimenta, jiló, quiabo, horta
07	Leite, queijo, ovo, frango, porco, milho, melancia, amendoim, café, abacaxi, feijão, horta
08	Vassoura, mandioca, coco, jabuticaba, caju, abacate, manga, horta
09	Frango, porco, leite
10	Mandioca, melancia, milho, abóbora, mamão, goiaba, manga, banana, cana, pimenta, frango, porco e horta
11	Mandioca, batata, leite, carneiro, porco, frango e pomar
12	Caju, manga, pinha, laranja, limão, maçã, umbu e horta
13	Mandioca, porco, frango, laranja, limão e leite
14	Gado, mandioca, frango, banana, pomar, maracujá, abóbora e horta
15	Frango, porco, gado e mandioca
16	Frango e gado
17	Gado, mandioca, frango, porco, cavalo e horta
18	Mandioca, cana, maracujá, frango e horta

19	Vaca, cavalo, porco, frango, peru, galinha d'angola, pato, cana, acerola, caju, manga, goiaba, coco e cana
20	Leite, frango, galinha, porco e gado
21	Mandioca, milho, melancia, abóbora e gado
22	Mandioca, galinha, porco, abóbora e melancia
23	Galinha, milho, feijão, cana e mandioca
24	Banana, mandioca, batata, cana, laranja, limão, caju, abóbora, leite e gado
25	Galinha, porco, milho, feijão, abóbora, melancia e maxixe
26	Mandioca, galinha, porco e farinha de mandioca
27	Milho, abóbora, caju, goiaba, galinha, melancia, mandioca, vaca, leite e quiabo
28	Cana, porco, cavalo, gado e leite

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

As famílias têm produção voltada para o autoconsumo, de modo que praticamente todos os assentados criam porcos, galinhas e plantam mandioca (Quadro 2). A farinha de mandioca é produzida e muito utilizada para a venda, além das hortaliças e dos frutos dos pomares, melhorando a qualidade da alimentação no Assentamento.

Esse exemplo de indústria doméstica multiplicou-se pelo Assentamento e, mesmo diante de todas as dificuldades existentes e relatadas ao longo desse capítulo, as famílias ainda têm esperança e acreditam na possibilidade de um futuro melhor na terra. A maior parte das famílias entrevistadas mostrou-se confiante de que a vida no Assentamento irá melhorar, e não compactuam com a possibilidade de abandonar seu lote depois de tanta luta. Elas acreditam que o sonho de ter a terra foi realizado; agora o sonho e a luta é para poder na terra sobreviver e criar seus filhos e netos.

Para a busca dessa estabilidade na terra, é importante se pensar na comercialização da produção, que mesmo sendo pequena, se somarmos o que é produzido por todas as famílias, ganha expressão. A Produção precisa ser vendida e, para isso, temos que pensar nas maneiras de transferir essa produção do produtor para o consumidor, da maneira mais direta possível, pois isso beneficia o camponês, caracterizando a comercialização em circuitos curtos. Ressaltamos a importância das feiras, as quais permitem contato direto do produtor com o consumidor. Este tipo de comércio pode e deve ser incentivado pelo poder

público municipal de Selvíria. Só que hoje não acontece, pela distância do Assentamento em relação à cidade, o que implica em custos para se transportar a produção.

A Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim deveria incentivar a comercialização por meio das feiras. A associação deveria organizar as famílias com interesse em vender seus produtos nas feiras e pensar em como diminuir os custos de transporte das mercadorias. Seria importante a aquisição de um carro que pudesse levar a produção de todas as famílias até a cidade, ao invés de cada assentado levar a sua, o que possibilitaria menor custo de transporte para todas as famílias e geraria maiores ganhos.

Outras vias importantes são as políticas públicas, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programas do Governo Federal que visam comprar diretamente a produção dos camponeses para a merenda escolar e para entidades municipais, praticando preços que seguem a média dos preços pagos nos mercados de cada região, beneficiando as famílias de forma direta. Hoje, no assentamento São Joaquim, nenhuma família consegue vender pela via destes programas. Em primeiro lugar, isto se dá pela falta de documentação necessária para a inserção nesses programas. A prefeitura hoje tenta, pelos projetos, começar a comprar os produtos do assentamento, mas tem feito isso de maneira ainda muito incipiente. O projeto que atualmente visa a compra de produtos dos camponeses, atende apenas 25 famílias e está em fase inicial. Assim, nenhuma dessas famílias vendeu ainda seus produtos para o PNAE e PAA.

Os próprios assentados devem pressionar as autoridades do município para que cada vez mais as famílias sejam incorporadas nesses projetos, já que o dinheiro destina-se diretamente para isso, e se não é gasto na compra de produtos da agricultura camponesa, tem que ser devolvido ao Governo Federal. Cabe à prefeitura, junto aos assentados, adequar os cardápios das escolas, propondo atender as especificidades da produção camponesa. Acreditamos que se as famílias conseguirem se inserir nesses projetos, podem melhorar significativamente a qualidade de vida dentro do lote.

CAPÍTULO III

OS IMPACTOS DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM

A cada dia, o entorno do Assentamento São Joaquim cerca-se com aumento de áreas cultivadas com eucalipto. Com a grande expansão dessas áreas, percebemos, cada vez mais, que os assentados são atingidos pelos impactos desse processo de monoculturização, que atingem as dimensões ambientais, econômicas e sociais.

A Figura 10 possibilita identificar, ao fundo, uma das áreas de eucalipto que faz divisa com o Assentamento São Joaquim. Essas áreas têm, como característica, a homogeneidade.

Figura 10: Monocultivo de eucalipto



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Essas áreas no entorno do Assentamento eram ocupadas por fazendas de gado até os anos 2000. Com a chegada das empresas processadoras de celulose e papel na região, foram arrendadas ou vendidas. Com isso, existiu grande especulação imobiliária em torno das terras na região, e os grandes latifundiários passaram a apostar nos contratos de arrendamento e na venda de terras. Selvíria tem, historicamente, sua estrutura fundiária baseada em latifúndios com grandes extensões, voltadas para a criação de gado de corte (Tabela 1).

Tabela 1: Estrutura fundiária em Selvíria-MS - 2006

Classes (ha)	Nº de estabelecimentos	Nº de estabelecimentos (%)	Área (ha)	Área (%)
< 10	30	8,2	134	0,06
10 a 20	23	6,28	341	0,14
20 a 50	30	8,2	946	0,38
50 a 100	27	7,38	1.922	0,77
100 a 200	17	4,72	2.676	1,08
200 a 500	98	26,88	33.670	13,52
500 a 1000	72	19,67	52.408	21,06
1000 a 2500	51	13,93	80.222	32,23
>2500	17	4,65	76.575	30,76
Total	365	100	248.894	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - 2006

A Tabela 1 nos mostra a concentração fundiária em Selvíria, referente ao ano de 2006²¹. Em 2006, ainda não haviam sido implantados os assentamentos no município e, também, não se tem dados dos anos posteriores para percebermos qual o impacto da implantação desses assentamentos na estrutura fundiária do município. Porém, a partir de 2007, três fazendas foram desapropriadas para a implantação de Assentamentos, totalizando 637 famílias assentadas no município, sendo que dessas, 181 lotes estão no Assentamento São Joaquim²², 87 pertencem ao Assentamento Alecrim²³ e outras 369 nos Assentamentos Canoas I e Canoas III²⁴.

De acordo com a tabela 1 no ano de 2006 haviam 68 propriedades acima de 1.000 ha, representando 18,58% dos Estabelecimentos rurais do município, respondendo, porém, por quase 63% das terras. Isso se torna mais grave quando observamos que acima de 2.500 ha,

²¹ Último Censo Agropecuário disponibilizado.

²² A Fazenda São Joaquim foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 19 de março de 2007. O Assentamento São Joaquim foi implantado em 15/10/2008.

²³ A Fazenda Alecrim foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 24 de dezembro de 2005. O Assentamento Alecrim foi implantado em 07/12/2006.

²⁴ As Fazendas Canoas I e III foram desapropriadas em julho de 2006. Os Assentamentos foram implantados em 31/12/2007.

foram registrados 17 imóveis (4,6%), que ocupavam 30% das terras destinadas à agropecuária no município, o que representa 76.575 ha.

Com a implantação dos Assentamentos no município, o número de imóveis compreendidos no estrato de 10 a 20 hectares teve um acréscimo de 637 imóveis e; em 2006, somavam apenas 23 imóveis, que ocupavam 0,14% da área do município, o equivalente a 341 hectares. Constatamos que a concentração fundiária no município de Selvíria não se altera de forma drástica com a presença dos três novos Assentamentos na região, isto porque a então Fazenda Alecrim ocupava 1.530,06 hectares, a Fazenda Canoas²⁵ 5.149,00 hectares e a Fazenda São Joaquim 2.641,38 hectares.

A Tabela 1 indica que as propriedades acima de 1000 hectares ocupam aproximadamente 63% da área agropecuária do município de Selvíria, situação que nos confirma que mesmo com a implantação dos Assentamentos no município, não houve alteração significativa na estrutura fundiária. Se considerarmos que não houve alteração no número de imóveis, segundo o censo 2006, teremos 660 imóveis no estrato de 10 a 20 ha, com uma área de aproximadamente 9.661,98 ha. Isso demonstra um aumento expressivo, mas que, quando comparado à estrutura fundiária do município, ainda se observa uma extrema concentração nas mãos de poucos proprietários.

Com base na alta concentração fundiária, o município de Selvíria é hoje um dos principais produtores de eucalipto e, principalmente, para fabricação de celulose e papel, principalmente depois da entrada em operação da Eldorado Brasil (Quadro 3), que se somou à Fibria.

Quadro 3: Propriedades da Eldorado Brasil (ha) - 2011

Município	Área Produtiva	Conservação²⁶	Outros²⁷	Total
Água Clara	8.103	5.168	3.937	17.207
Anastácio	465	809	2.235	3.509
Aparecida do Taboado	6.457	3.849	1.209	11.515
Dois Irmãos do Buriti	7.074	3.564	3.047	13.685
Inocência	8.473	2.817	700	11.989
Ribas do Rio Pardo	5.794	1.188	1.026	8.009
Santa Rita do Pardo	9.966	8.755	11.704	30.426
Selvíria	21.343	11.106	9.314	41.764
Três Lagoas	18.080	6.915	4.447	29.443
Total	85.755	44.171	37.619	167.547

Fonte: Eldorado Brasil, 2012

²⁵ Dados do INCRA.

²⁶ Área destinada à proteção ambiental.

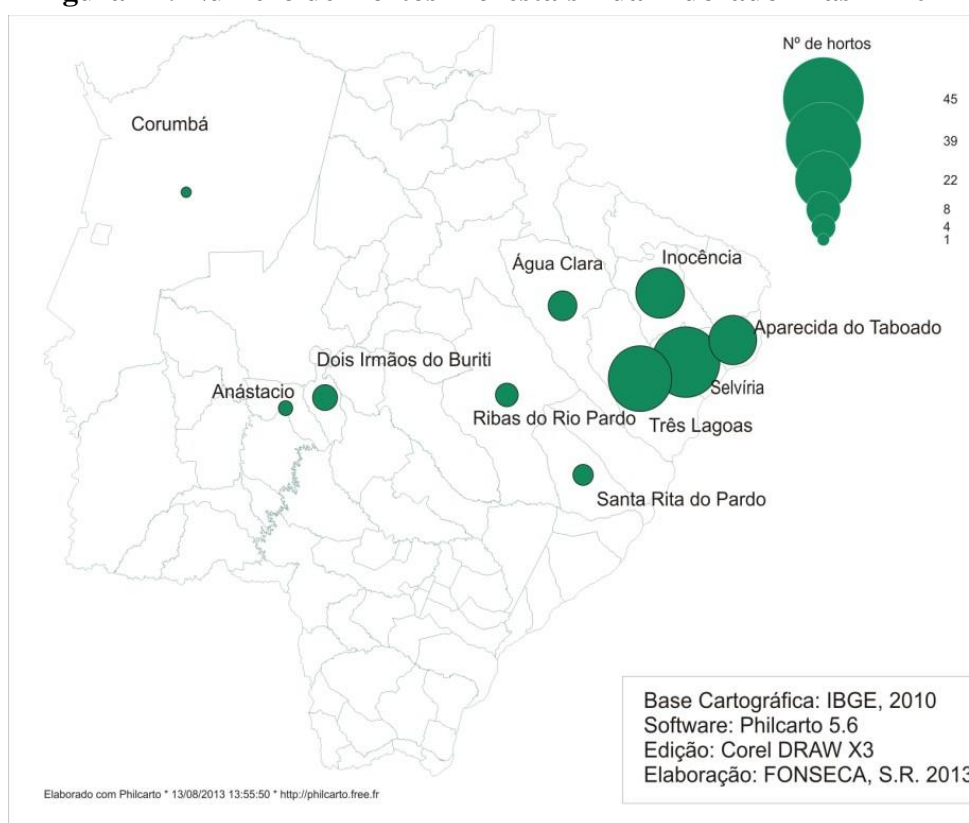
²⁷ Áreas que ainda não foram exploradas pela empresa Eldorado Brasil, até 2011.

O município de Selvíria tem atualmente a maior área plantada de eucalipto, o equivalente a 21.343 hectares, somente referente à empresa Eldorado Brasil. Não conseguimos mensurar o tamanho da área que pertence à empresa Fibria, mas sabemos que é expressiva.

Nesse trabalho, vamos dar mais ênfase à influência no nosso campo, com o propósito de entender como a expansão das áreas plantadas com eucalipto no município de Selvíria afetam as famílias camponesas no Assentamento São Joaquim.

O número de hortos florestais da Empresa Eldorado Brasil presentes em Selvíria também já é maior que o número de hortos do município de Três Lagoas, onde a fábrica está instalada (Figura 11).

Figura 11: Número de Hortos Florestais²⁸ da Eldorado Brasil - 2012



Fonte: Eldorado Brasil, 2013

A Figura 11 aponta apenas os hortos pertencentes à Eldorado Brasil. Destacamos que os municípios apontados na figura também possuem hortos da Fibria²⁹, que se situam principalmente no Leste de Mato Grosso do Sul. No total, a Eldorado Brasil possui 155 hortos no Estado do Mato Grosso do Sul (Figura 11); contudo, a empresa também tem

²⁸ São áreas formadas por várias fazendas que plantam eucalipto, sendo este grupo de fazendas denominado horto.

²⁹ Não conseguimos dados referentes ao número de hortos da Fibria.

hortos no Estado de São Paulo, no município de Andradina (41 Km de Três Lagoas³⁰) e no estado do Mato Grosso, nos municípios de Pontal do Araguaia (718 km de Três Lagoas) e Alto Araguaia (482 km de Três Lagoas).

O crescimento das áreas de eucalipto na região, provocou a imobilização dos processos de implantação de novos assentamentos, não só em Selvíria, mas em outros municípios correspondente ao raio de ação das empresas. Devido à busca de terras (tanto pela compra quanto pelos contratos de arrendamento), ocorre o aumento dos preços da terra e, em consequência, a viabilização dos projetos de Assentamento é duramente atingida. Com isso, a aquisição de novas fazendas para fins de criação de Assentamentos Rurais na região, parece cada vez mais difícil. Além da valorização das terras a falsa produtividade dos latifúndios e a falta de movimentos sociais atuantes contribuem diretamente para a paralização dos projetos de implantação de Assentamentos a Região Leste de Mato Grosso do Sul.

Temos, como exemplo, o caso da Fazenda Canoas II. Quando teve o processo de aquisição iniciado, a proprietária conseguiu uma liminar que lhe devolvia o direito à terra. Mesmo não sendo em última instância, a proprietária rapidamente arrendou a fazenda para a empresa Eldorado Brasil, que em menos de uma semana plantou toda a área com eucalipto. Assim, até o recurso do INCRA ser julgado, a fazenda não foi mais reconhecida como improdutiva pela justiça, o que inviabilizou que a mesma área fosse objeto de ação direcionada para Assentamento Rural. Isso fez com que, atualmente, os assentamentos Canoas I e III, tenham uma área de eucalipto que os divide, que corresponde à Fazenda Canoas II, hoje arrendada para o plantio de eucalipto para Eldorado Brasil.

Os assentados já instalados nessa região também passam por dificuldades para permanecerem na terra. Assentados de toda a região não contam com energia, água portátil, moradia de alvenaria, estradas, fomentos para plantio e estruturação do lote. Enquanto grandes quantias de recursos públicos estão sendo investidas na consolidação do complexo de celulose e papel, os recursos para os projetos de Assentamento estão, em sua maioria, paralisados. Diante de tantas travagens, muitas famílias vão em busca de empregos assalariados, como é o caso da maioria que se coloca no plantio de eucalipto, sendo uma forma de conseguir permanecer/resistir na terra³¹.

³⁰ A referência da distância à Três Lagoas se deve porque a fábrica da Eldorado Brasil localiza-se nesse município.

³¹ No quarto capítulo trataremos desse assunto com mais ênfase.

Mesmo com muitas famílias trabalhando para empresas de plantio, elas conseguem perceber que o eucalipto influencia negativamente a vida no Assentamento São Joaquim, de diversas formas, apontadas durante as entrevistas realizadas junto aos assentados.

Há quebra na relação de compra e venda de animais com a consolidação das plantações de eucalipto. Isto é, as famílias passaram a ter dificuldades para vender e comprar bezerros, já que o preço aumentou para compra - o que poderia ser bom para as famílias. Mas, como a grande maioria das fazendas foram arrendadas ou vendidas para as empresas de celulose e papel, não se tem mais para quem vender os bezerros desmamados, que antes eram comercializados com grande facilidade para fazendeiros da região. Isso pode ser percebido em entrevista realizada com um assentado.

Um ponto negativo é que fica difícil pra um assentado, que é fraco [sem dinheiro], fica difícil comprar um gado. A gente que tá morando há muito tempo na área rural, a gente sabe! É difícil falar pra você. Fica difícil a pessoa que é fraca, não tem condição de comprar. Antigamente, com as fazendas, todo o lugar que você ia tinha gado pra comprar. Hoje tá muito caro pra comprar e não tem pra quem vender, já que não tem mais fazenda aqui por perto. (Entrevista 21)

Com a dificuldade para compra e venda de bovinos, os assentados perdem parcela importante da renda anual. No Assentamento, os bezerros são tidos como uma poupança, quando ocorrem necessidades financeiras, já que podem ser vendidos para conseguir dinheiro de maneira mais rápida. Isto é feito, principalmente, em casos de doenças, perda de produção, para saldar compromissos, etc. Com dificuldade na venda de bezerros, as famílias camponesas perdem essa possibilidade de renda rápida, tornando-as mais vulneráveis a problemas financeiros.

Existe essa relação de compra e venda de animais entre os assentados do Assentamento São Joaquim e dos Assentamentos vizinhos, mas isso não é suficiente para suprir as necessidades, pois as transações ocorrem, em muitos casos, via parcelamento do pagamento, diferentemente de quando se materializava junto ao fazendeiro, que na maioria das vezes faz o pagamento imediato e em espécie.

A expansão do monocultivo de eucalipto na região não causa apenas efeitos econômicos e sociais, mas também ambientais, muitas vezes revertidos, sobretudo, para os assentados, como por exemplo, o ataque de animais nas lavouras.

Isso ocorre devido à falta da vegetação natural para a alimentação dos animais silvestres, de modo que emas, queixadas (espécie de porco do mato), tucanos, araras e papagaios atacam as lavouras mais afastadas das casas em busca de alimentos. Isso causa

prejuízos às famílias, desestimulando os assentados a fazerem o plantio de milho, feijão entre outros, conforme pode ser percebido na entrevista a seguir.

Quanto aos animais, a situação é mais grave ainda, porque no eucalipto não produz nada pra eles comer, apenas o eucalipto. Aí eles podem vagar dentro das matas, mas buscar o alimento, que é uma frutinha, até água de beber, eles têm que procurar onde tem vegetação natural. É onde eles vêm: pro assentamento, pra outras localidades, em busca de comida, principalmente para os pássaros. Aqui, na São Joaquim, o plantio de milho precisa ficar vigiando, porque os pássaros vêm comer, porque eles não tem outra coisa pra comer. E outros assentamentos que eu conheço também já tem esses ataques de animais silvestres por falta de alimentação. (Entrevista 1)

Como vimos, os assentados já percebem que as plantações de eucalipto são o motivo de ataques de animais às suas plantações, “porque no eucalipto não ‘produz’ nada pra eles ‘comer’, apenas o eucalipto” (Entrevista 1). Com isso, o principal local onde se pode conseguir alimento são as plantações do Assentamento. O assentado ainda enfatiza, durante a entrevista, que isso acontece em outros assentamentos da região.

O próprio Secretário da Agricultura de Selvíria relata ataque de animais nos assentamentos, dando um exemplo do Assentamento Alecrim, que fica próximo ao Assentamento São Joaquim.

Nós plantávamos lá no fundo, 60 hectares de terra “extraordinário” no Alecrim. Terra roxa, tudo, nós plantávamos milho direto nela inteirinha. A perda era em torno de 5% com papagaio. Hoje nós não vamos fazer isso para poder provar, mas se alguma empresa quisesse provar, nós íamos lá, que a terra é pra roça mesmo, nós “plantava” tudinho e ia calcular a hora que o milho “tá” verde de macaco, queixada, cateto. Você não aguenta! E anta; anta lá nós “via” duas, três antas rodar por lá direto. Hoje, sabe o que é você chegar numa roça que tem um pedaço plantado em torno de 20-25 hectares lá, você sair na roça de uma ponta na outra e encontrar 15-20 antas? Já viu isso? 15-20 antas? Parece que é vaca! E não corre mais não, a comida “tá” ali. Então, no feijão, o veado come a flor do feijão. Era 2-3 “veadinho” na roça. Hoje, eu fui lá na roça eu vi, 10-15-20 “veado” comendo a flor do feijão. Como é que você colhe feijão? Come mesmo porque eles “adora” comer a flor. Então nós estamos vendo isso lá na prática e a bicharada ataca mesmo. Papagaio, de nuvem, hoje no Alecrim nós temos em torno de 30% de perda de lavoura só com o papagaio. (Secretário da Agricultura de Selvíria)

Como percebemos na entrevista 1 e na fala do Secretário da Agricultura, há um aumento nos ataques de animais silvestres nas plantações dos assentados, que chega a 30% de perda só de ataque de papagaios. Isso provoca grande prejuízo, sobretudo pelo dinheiro e

trabalho investido no preparo da terra e na compra de sementes. Esses episódios fazem com que alguns assentados só produzam nas proximidades da casa, onde eles podem “vigiar” melhor as plantações.

Kudlavicz (2011) nos mostra que isso não vem acontecendo só na zona rural de Selvíria, mas sim em toda a região de abrangência do monocultivo de eucalipto, tanto no campo como na cidade.

Um dos indicadores mais visíveis do desequilíbrio ambiental proveniente dos desmatamentos para implantação de pastagens e, mais recentemente, para plantio de eucalipto, é a presença de aves na cidade. A migração de papagaios, periquitos, tucanos e araras ocorre de forma mais frequente a partir do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Também é a partir deste período que os camponeses passam a sofrer ataques mais agressivos dos papagaios em suas lavouras de milho na Microrregião de Três Lagoas. [...]

Ultimamente as aves estão invadindo os pomares dos camponeses e se alimentando de todas as frutas, inclusive de limão quando não encontram outro alimento. Esse fenômeno também se repete nos perímetros urbanos de outras cidades da região Leste do Estado. (KUDLAVCIZ, 2011 p.150)

Esses prejuízos fazem com que as famílias não se motivem a fazer as plantações, principalmente pelo grande risco de perda da produção. Famílias com menor poder aquisitivo acabam por não ter condição de refazer seus plantios; assim, permanecem em situação financeira precária. Com isso, se vê que no Assentamento São Joaquim há grande predomínio da criação de gado de corte, incentivado pela existência da antiga pastagem da fazenda e pela dificuldade em conseguir manter os animais silvestres longe das lavouras.

Constatamos, pois, que as plantações de eucalipto não fornecem alimentos para os animais, que se deslocam das áreas onde há reservas de cerrado em busca de alimentação, como no caso do Assentamento São Joaquim, que atualmente possui uma área de reserva expressiva, que se soma aos lotes em que ainda não tiveram o desmate. São cada vez mais constantes os ataques às lavouras, sendo que, em contraponto, as empresas de celulose e papel sempre utilizam do discurso de que o eucalipto não interfere na cadeia alimentar dos animais, o que é negado pelas famílias e pelo personagem da obra de Guimarães Rosa, “Manuelzão”.

Nada gosta de eucalipto. O Sr. solta um gado no eucalipto, eles vai comendo por fora onde eles dizem que é reserva. Gado não gosta de eucalipto, passarinho, marimbondão. A coisa mais dura de um lugar ali desse é marimbondão, e nem marimbondão gosta de lugar de eucalipto. (Vídeo entrevista “Manuelzão”, 1989 – Personagem da obra de Guimarães Rosa).

As áreas de eucalipto fazem divisa com o Assentamento. Assim, os animais veem o Assentamento como único refúgio, ou uma das únicas possibilidades de encontrar alimento. Como nos mostra o personagem da obra de Guimarães Rosa, “nada gosta de eucalipto”. (Figura 12)

Figura 12: Cercamento do Assentamento São Joaquim pelo monocultivo de eucalipto



Fotos: 1; 2; 3; 4; 5 e 6: Diferentes lotes do Assentamento São Joaquim que fazem divisa com áreas de monocultivo de eucalipto. Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Constatamos algumas áreas plantadas com eucalipto que fazem divisa com o Assentamento (Figura 12), o que nos sugere entender que esse monocultivo apresenta-se na foto como um “muro” ou “paredão” que separa o território camponês do território do agrohidronegócio.

Mesmo que pareça um muro, isto não significa que esses territórios não se relacionam, pois como constatamos, constituem contatos não harmônicos entre estes territórios, bastante conflituosos, influenciando de maneira muito prejudicial as famílias camponesas pelos impactos mais fortes a relação posta entre o agronegócio e o campesinato.

A disponibilidade de água é apontada pelos assentados entrevistados como impacto do monocultivo de eucalipto. Os assentados relataram que com o eucalipto, perceberam a diminuição da água nas nascentes, e até mesmo seu desaparecimento.

Dizem que eucalipto chupa menos água que o cerrado nosso aqui, mas como conhecimento visto com meu olho nu, o eucalipto chupa muita água. Às vezes alguns córregos e nascentes de água...falando assim eu vou falar que isso aí é conversa, não é conversa não, eu vi. Eu conheço alguns lugares que eu passo, que eu conheço que eu passei que era água; hoje seca. Nesse sentido, eu acho eucalipto ruim [...]. Lugares que corria água inclusive uma represa, que há dois dias eu passei, juntou um pouco de água, mas na seca, que nunca secou essa represa, “tá” seca hoje. Eu acho também, não vou falar uma coisa que a gente que não é estudado, mas acho que foi por causa do eucalipto. Quando existia pasto nunca secou, o gado bebia água ali. Hoje o gado não bebe água lá, é seco. (Entrevista 28)

O assentado traz a fala veiculada pela empresa Eldorado Brasil, qual seja, que o eucalipto consome menos água que o cerrado. Por outro lado, a fala do assentado denuncia o desaparecimento de nascentes e a redução na vazão dos córregos e de lagoas, diante do aumento das áreas de monocultivo de eucalipto no entorno dos Assentamentos. Isso pode ser percebido por meio da entrevista 28, pois o assentado relata sobre os lagos que permaneciam com água durante a seca, mesmo com o gado bebendo todos os dias, mas que, atualmente, não ficam mais cheios, por conta da troca do rebanho pela monocultura.

Uma ex-funcionária da empresa de celulose e papel Fibria, em entrevista na dissertação de mestrado de Kudlavicz (2011), relata:

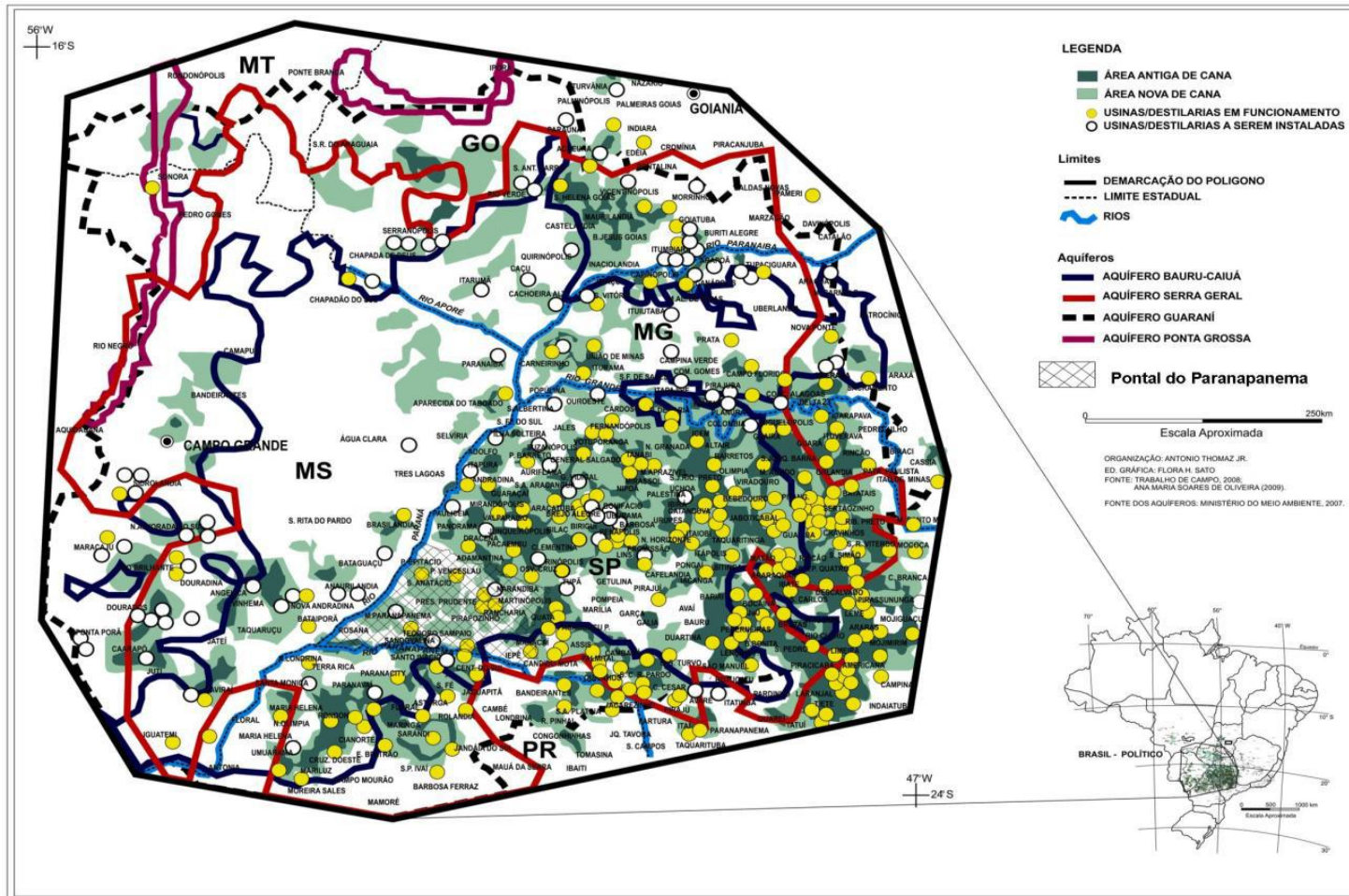
Com certeza tem. Agora a causa eu não sei te dizer, porque eu não sou da área. Mas com certeza tem. Inclusive onde existia um açude, ou seja, um córrego estancado, que o fazendeiro usava este açude para tratar do gado, quatro anos após o plantio esse açude estava seco. Então não é um problema de irrigação, e sim porque a água não está sobrando para abastecer os veios d'água, para a manutenção dos córregos e também a manutenção dos açudes. Onde tem plantio de eucalipto não tem açude mais. Está tudo seco. (KUDLAVICZ, p. 152 2011)

Outro trabalhador da empresa Fibria, que mora em Três Lagoas, fez o mesmo relato de um assentado do Assentamento São Joaquim, o que mostra não tratar-se de caso isolado, visto que tanto para o assentado, quanto para os ex-funcionários, as comunidades rurais são atingidas pelo avanço da monocultura do eucalipto.

Mesmo com os relatos e denúncias das comunidades rurais da região, há muita dificuldade para conseguir compreender até que ponto as plantações de eucalipto influenciam tanto nos cursos d'água superficiais, que são mais visíveis, como também nas águas subterrâneas da região. Não obstante, é preciso realçar que tratar-se de uma área onde está localizado o Aquífero Guarani.

Thomaz Júnior (2010), tratando sobre a expansão da cana de açúcar no Polígono do Agrohidronegócio (Mapa 5), nos ajuda a entender como que o processo de expansão do capital para atender seus objetivos estratégicos, ao avançar sobre as terras e expressar seu ímpeto monocultor, assegura o direito de controlar também as fontes de água (superficiais e de aquífero).

Mapa 5: Polígono do Agrohidronegócio – Brasil, 2008



Fonte: Thomaz Júnior (2010, p.95)

A expansão do agrohidronegócio, atualmente, tem como foco o plantio de eucalipto no Estado do Mato Grosso do Sul, também está dentro de uma das áreas onde há grande quantidade de aquíferos e rios, por isso, torna importante a realização de estudos que objetivem o levantamento dos elementos que têm acarretado a diminuição das águas subterrâneas nessa região.

[...] o capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso, disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados obtidos são complementados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, com localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso à água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea – sobretudo os aquíferos. (THOMAZ JÚNIOR, et al., 2012, p.08)

Como ocorre em todo Brasil, as empresas Fibria e Eldorado Brasil são beneficiadas com recursos públicos, buscando áreas que contenham infraestrutura de transportes contribuindo para o escoamento da produção, além de solos apropriados para o plantio e com disponibilidade de recursos hídricos. A região de Três Lagoas oferece todas essas vantagens às empresas, principalmente no que se refere à disponibilidade de águas superficiais para plantas fabris de celulose e papel, que utilizam grandes quantidades de água. Por esse motivo, tanto a Fibria como a Eldorado Brasil instalaram-se às margens do Rio Paraná. Como nos mostra Thomaz Júnior (2010), fica claro que hoje há ligação entre a expansão das *commodities* e os recursos hídricos.

A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos focando esse processo no âmbito do agrohidronegócio[...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p.07)

Deste modo, a disponibilidade de terras e água, como nos mostra Thomaz Júnior (2010), contribui para pensarmos no processo de produção de eucalipto na região de

Selvíria. Além da existência de grandes latifúndios de gado com baixa produção e do preço baixo das terras, o que contribui para a aquisição das áreas para plantio de eucalipto, os recursos hídricos contribuíram para expansão dos eucaliptais, especialmente o Rio Paraná, os aquíferos Bauru Caiuá e Serra Geral - com águas mais superficiais - e o aquífero Guarani - com depósitos mais profundos (Mapa 5).

As empresas arrendam e/ou compram essas terras e passam a ter o controle sobre as águas superficiais e subterrâneas. Assim, as empresas localizam-se em área com importantes aquíferos e rios, consolidando o processo de territorialização dos monocultivos de eucalipto.

Cada vez mais, as questões ligadas à água são importantes para o agronegócio e essas empresas (Fibria e Eldorado Brasil) desfrutam de grande disponibilidade de água, principalmente do Rio Paraná, tendo fácil acesso a importante curso de água, utilizando-o sem nenhum controle por parte do Estado (Figura 13).

Figura 13 - Proximidade das Plantas Fabrís ao Rio Paraná



Fonte: Perfil News.³²

A localização dessas empresas às margens do Rio Paraná representa uma vantagem quanto à exploração dos recursos hídricos. Nesse sentido, é pertinente a reflexão de Thomaz Júnior et al. (2012, p.09) sobre a expansão do agrohidronegócio no Brasil.

Esse processo recente de expansão do agrohidronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Amazônia e em algumas áreas do Semi-Árido do Nordeste, concilia interesses dos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, ensejando a produção de produtos para exportação (commodities), tais como a soja, milho,

³² Foto 1 - Disponível em <http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro>. Acesso dia 29, ago. 2013.

Foto 2 - Disponível em <http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/fibria-utiliza-uso-responsavel-dos-recursos-naturais>. Acesso dia 29, ago. 2013.

algodão, eucalipto e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente, vincula-se também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas.

Ao passo que tais empresas exploram os recursos hídricos na região de Três Lagoas sem nenhum tipo de controle, sobretudo as empresas Eldorado Brasil e Fibria, as famílias assentadas padecem com a falta de água no Assentamento São Joaquim, bem como em outros Assentamentos do estado. A água é uma condição imprescindível para a produção camponesa e, portanto, para sua própria existência.

Em matéria divulgada no Jornal Região *News* é possível perceber a dimensão da falta de água nos Assentamentos de Mato Grosso do Sul.

A falta de água nos 178 assentamentos de Mato Grosso do Sul está castigando as 30 mil famílias assentadas no Estado. Os problemas vão desde a falta de poços artesianos, baixa no volume de água, falta de manutenção ou pagamento da energia elétrica, o que impossibilita a utilização das bombas nos poços. Deste total, 1.060 famílias estão totalmente sem água em 10 assentamentos, por falta de poços (FALTA D'ÁGUA CASTIGA 30 MIL FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS NO ESTADO, 2013).³³

Dadas as dificuldades encontradas para os assentados permanecerem nos lotes, o assalariamento é uma saída encontrada pelos camponeses, principalmente na plantação e manutenção das áreas de monocultivo de eucalipto. Isso ocorre com frequência, com um ou mais integrantes da família assalariando-se para ajudar na manutenção no lote. Os sujeitos mais vulneráveis a tal submissão são os procedentes de famílias carentes de recursos externos para complementar a renda adquirida no lote, como aposentadorias ou pensões.

Em face da falta de infraestrutura e recursos, os assentados passam por grandes dificuldades para sobreviverem apenas com a renda do lote, visto que os problemas enfrentados, além da falta de água, se estendem à falta de energia, de moradia e dos fomentos iniciais - como já mencionamos ao longo deste trabalho. Isto tudo acontece apesar de estarem no lote há cerca de 4 anos. Por isso, os assentados trabalham como diaristas nas fazendas da região, o que está cada vez mais raro de acontecer, uma vez

³³ Disponível em: < <http://www.regiaonews.com.br/noticias/156663/Falta-d-agua-castiga-30-mil-familias-em-assentamentos-no-Estado.html>>. Acesso em: 06/08/2013.

que as consideráveis distâncias entre o Assentamento e as fazendas tornam-se barreiras para os assentados garantirem a reprodução da família.

A principal opção de trabalho tem sido as empresas terceirizadas de plantio e manutenção de eucalipto, dentre elas a JS Florestal e a Plantar. A primeira, mais atuante durante o plantio de novas áreas, e a segunda, mais ligada à conservação das áreas de monocultivo de eucalipto. Os trabalhadores exercem várias funções, como motorista, tratorista, bombeiro e trabalhador florestal, cargo ligado à etapa de plantio de novas áreas de eucalipto.

Entendemos nas entrevistas, com os assentados, que, se não fosse este trabalho, muitas das famílias não estariam mais vivendo no Assentamento: “um ponto positivo é que essas empresas que tão vindo pra cá estão dando emprego para o pessoal da região, senão afugentaria todo esse pessoal [assentados]” (Entrevista 22). Os empregos, ao significarem o recebimento de rendas extras ou às vezes ser a única renda, tornam-se estratégia para a permanência das famílias na terra.

Na visão de Almeida (2008):

Esta inércia do atual governo no tocante à Reforma Agrária e a situação de precariedade dos assentamentos implantados, geram o paradoxo de Estado “mínimo” na Reforma Agrária e “máximo” no complexo eucalipto-celulose-papel. Situação que tem deixado como saída aos assentados a “ajuda” das papeleiras. Trata-se de uma clara inversão de papéis, em que o Estado deixa de cumprir seu papel constitucional de provedor da Reforma Agrária como política pública (ALMEIDA, 2008, p. 8).

Para a autora, a monocultura de eucalipto supre as obrigações que deveriam ser do Estado. Assim, os assentados trabalham para garantir a reprodução da família e adquirir bens que deveriam ser oferecidos pelos fomentos, financiamentos e investimentos em projetos para o Assentamento. Relatos de famílias com lotes com áreas de mata, demonstram que, se não fosse o trabalho assalariado, passariam fome, já que não têm como produzir no lote e não recebem nenhum tipo de ajuda do governo, como cestas básicas e fomentos para começarem a produção.

O assalariamento não ocorre com todos os membros da família, pois constatamos que um membro da família permanece para cuidar das atividades do lote. O salário é utilizado para a manutenção da família e o restante é empregado em benfeitorias, como a melhoria da casa, a compra de geradores, a construção de cercas, o preparo do solo para plantio, a compra do gado, etc. Portanto, o dinheiro dos salários

que mantém a família vem, mesmo que lentamente, contribuindo também para a autonomia da mesma perante o Estado.

Neste contexto, quando as famílias chegam a um estágio em que já podem se manter no/do lote, deixam o trabalho na empresas terceirizadas de plantio e manutenção de eucaliptos e voltam a trabalhar exclusivamente no lote, conforme revela a seguinte entrevista:

Agora que já melhorei minha casinha, ainda tem que arrumar muita coisa, mas já tá melhor que o barraco. Tenho minha casa, tenho gerador pra lavar uma roupa, assistir uma TV. Eu me desliguei da empresa e vou tocar meu lote, um mundaréu de terra aqui; se eu quiser comprar um pé de alface, uma mandioca, eu tenho que pedir pro vizinho. Isso não existe. (Entrevista 12)

Esta fala aponta que há vínculo estreito de pertencimento do trabalhador à terra, na medida em que a terra, para além de ser um espaço de moradia, lhe confere identidade, sendo seu “canto no mundo”; produz seu alimento, assim como mantém o “ser” camponês.

Entendemos que a produção no lote é uma das condições para a reprodução camponesa, mas também apontamos outras necessidades, como o acesso à saúde, educação e moradia digna.

A Figura 14 ilustra a necessidade de melhores condições de moradia para os assentados. Nela, mostramos a primeira moradia do assentado no lote, bem como, a “nova” moradia do assentado no lote já com algumas modificações. A existência de energia elétrica, a estrutura de madeira e o chão com o piso de concreto são indício de algumas modificações na moradia da família, quando comparada com a primeira, que era de lona preta e chão batido. Não são as condições ideais de moradia, mas são menos precárias que as antigas habitações, construídas com lona preta lembrando a fase do acampamento.

Figura 14 – Reforma de Moradia



Foto1: Antiga moradia da família e material de construção. Foto 2: Atual moradia da família. Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Ao serem questionados a respeito dos pontos positivos do monocultivo de eucalipto, os assentados indicam a possibilidade do trabalho, relatando como era difícil antes da empresa Eldorado Brasil (inicialmente ela empregava e posteriormente pelas suas terceirizadas) e como o trabalho assalariado contribuiu para a manutenção das famílias na terra.

É tamanho o controle social exercido pela empresa Eldorado Brasil e suas terceirizadas - a ponto dos camponeses acharem importante o monocultivo de eucalipto, enxergando-o como possibilidade de sobrevivência no lote. Revela as contradições próprias do modo de produção capitalista, envolvendo os camponeses, em um “projeto” – o monocultivo de eucalipto – que, na prática, aplica o contrário do que pretendem os camponeses. Assim, a busca pelo envolvimento dos camponeses, no que concerne ao monocultivo de eucalipto, leva ao estranhamento dos sujeitos e se mostra, em nosso entendimento, como um elemento estratégico para a expansão do capital via territorialização da atividade monocultora.

[...] necessária vinculação entre o processo social (metabólico) ou a totalidade do sistema do capital e a manifestação territorial do fenômeno (do trabalho) é o que apoia e funda o estranhamento, e, no seu interior, a especificidade (do conjunto) das relações sociais. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.86)

O estranhamento na sociedade do capital e nas contradições apresentadas, como no caso dos assentados no Assentamento São Joaquim, os quais destacam pontos positivos na expansão do monocultivo de eucalipto, Thomaz Júnior, reflete:

[...] sob a vigência do capitalismo, o exercício do controle social do capital sobre toda a sociedade e particularmente sobre o trabalho enraíza instrumentos de controle, coação, cooptação, sujeição, subordinação, dominação. Por meio de processos contraditórios, dinâmicos e contínuos, impõem as inúmeras operacionalizações do estranhamento para o ser que trabalha, considerando-se, pois, o conjunto das relações de trabalho (essencialmente capitalistas, não capitalistas). A contradição fundante disso está sediada na própria inversão do processo de trabalho, que deixa de ser a condição da mediação do homem com a natureza (na busca de sua autorrealização) e se torna a razão da realização e reprodução do capital pela via da *coisificação* do homem, ou pior, tudo tende a ser reduzido à condição de mercadoria, a valor de troca. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 119).

O envolvimento camponês com as empresas monocultoras de eucalipto, levando ao estranhamento dos sujeitos, trata-se dos projetos desenvolvidos pelas empresas Eldorado Brasil e Fibria no Assentamento. No caso do Assentamento São Joaquim, há proposta de construção, pela Eldorado Brasil de uma escola nova, que funcionará em tempo integral no Assentamento. Atualmente, a escola funciona na antiga sede da fazenda (Figura 3 p.65) e têm dificuldades para receber, de maneira adequada, os 240 alunos.

Além da escola, as empresas Eldorado Brasil e Fibria realizam projetos de produção de hortaliças e outros produtos no Assentamento, incentivando e orientando sobre o preparo do solo e doando as sementes. Esses projetos só não encontram mais adeptos devido a falta de água no Assentamento, inviabilizando a produção de hortaliças. A matéria, divulgada no *site* da Fibria e transcrita abaixo, trata sobre um desses projetos:

Assentamento de Mato Grosso do Sul adere ao PDRT. O Assentamento São Joaquim, localizado no município de Selvíria (MS), assinou em 1º/7 o termo de adesão ao Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT), promovido pela Fibria. Cerca de 180 famílias farão parte do projeto que fomenta o desenvolvimento e a geração de renda local, por meio do fortalecimento das associações comunitárias e da capacitação em gestão, produção e comercialização (FIBRIA NOTÍCIAS, ed.186.)³⁴

³⁴ Disponível em: < <http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2013/0704.htm>>. Acesso em: 20/08/2013.

O capital privado, sabendo da fragilidade da relação das famílias com o Estado, atua no Assentamento São Joaquim. Como o Estado é inoperante, os assentados vêm o capital privado como única opção de conseguir gerar mais renda no lote, vinculando-se, assim, a tais projetos. Aqui, não há a pretensão ingênua de defender que os assentados não devam participar dos projetos oferecidos pelo setor privado, mas entendermos que o Estado poderia e deveria também atuar e oferecer condições de moradia, acesso à água, energia, fomentos, educação, saúde etc., dando, ao menos, a opção de escolha às famílias. Mas isso não é o que acontece.

As famílias assentadas no Projeto de Assentamento São Joaquim passam por dificuldades para permanecer na terra, e as plantações de eucalipto na região dificultam, mas ao mesmo tempo ajudam, na sua permanência por meio do trabalho assalariado. Nas entrevistas com os assentados, vimos que mesmo com todos os impactos negativos (ambientais e econômicos) provocados pelo monocultivo de eucalipto na região, os mesmos não organizam-se para buscar alternativas que suplantem esses rebatimentos. De acordo com eles, isso ocorre porque grande parte das famílias depende do trabalho nessas empresas (Eldorado Brasil, Fibria e suas terceirizadas) e dos projetos implantados no Assentamento São Joaquim, como forma de gerar renda e maior qualidade de vida para as famílias.

Verificamos que há consciência, da maior parte dos assentados, sobre os efeitos que a produção de eucalipto causa no Assentamento São Joaquim e na região, mas também, há clareza que o monocultivo de eucalipto se tornou a única forma deles obterem renda extra e, dessa forma, contornarem as dificuldades, sobretudo, econômicas.

Portanto, os assentados são, paradoxalmente, prejudicados e beneficiados com o monocultivo de eucalipto. Trata-se de uma situação complexa, impossibilitando as famílias de criticarem as empresas, as quais, apesar de tudo, garantem sua subsistência e são responsáveis pela manutenção da família. Por outro lado, essa falta de posicionamento estaria ligada à formação cultural destas pessoas, que se reflete no ditado popular: “Não cuspa no prato em que comeu”. Esta estratégia de salvaguardar a imagem da empresa depreende-se durante a realização das entrevistas, visto que os informantes, a despeito de criticarem a intervenção das empresas, também temem terem sua identidade revelada. Isto é, há o medo das famílias serem prejudicadas/perseguidas de alguma forma. Entendemos também como uma estratégia da família para garantir a

reprodução da família, pois o se posicionar contra a empresa também significa por o seu emprego em risco.

Tal situação os deixa ainda mais reféns das empresas, já que o medo de ficarem sem emprego ou de perderem um projeto que a empresa pretende implantar ou está implantando no Assentamento, significa perder uma forma de renda existente ou em potencial, caso seja necessário ou interessante às famílias.

Um desses projetos no Assentamento São Joaquim refere-se à construção da escola pela empresa Eldorado Brasil.

Na última semana, o prefeito municipal de Selvíria, Jaime Soares Ferreira, esteve reunido com representantes da Eldorado Brasil, para juntos anunciarem o início das obras da Escola do Assentamento São Joaquim, uma parceria da Prefeitura e Câmara Municipal, que terá 1109 m² e será construída pela empresa Mecco, contratada pela Eldorado Brasil.

“Nosso compromisso de desenvolvimento para o município, está no plano de governo, e obras como esta estarão nos planos daqui pra frente, estamos buscando recursos para melhor atendermos o povo, e uma parceria como essa da Eldorado Brasil, que já trouxe outros benefícios para nossa cidade, nos motiva a proporcionar o melhor para a população”, comentou o prefeito Jaime.

A escola terá 12 salas de aula, sala de professores, diretoria, secretaria, sala de coordenação, refeitório, sala de reuniões, palco com dois camarins, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA, 2013).³⁵

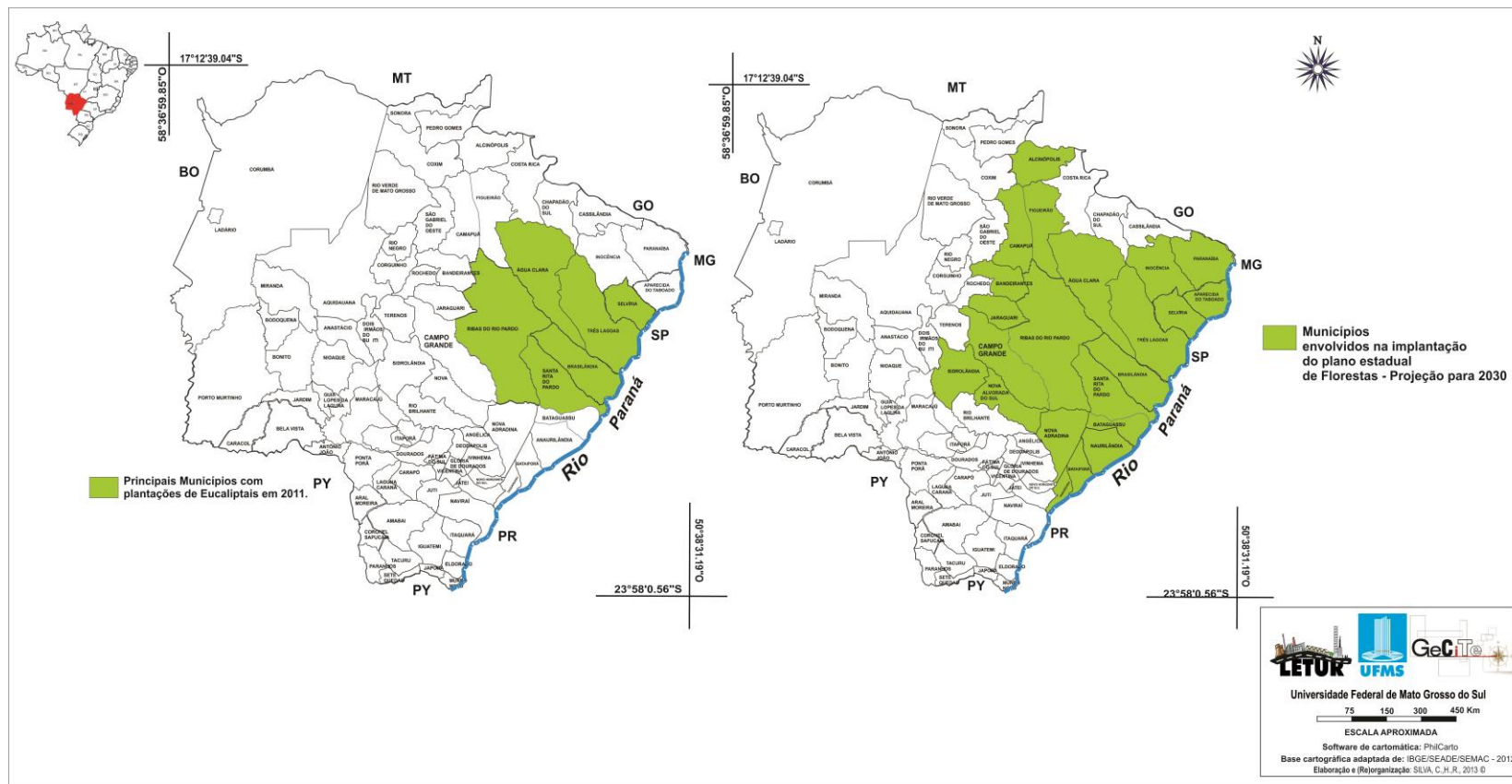
Reforçamos a posição de que a iniciativa da construção da escola deve ser do Estado e não das empresas.

A construção da escola por parte da empresa representa medida de mitigação de impactos estipulada durante sua implantação. No entanto, a empresa usa o discurso que está construindo e, dessa maneira, fortalecendo, no Assentamento, a visão que é importante e necessária. Isso faz com que os assentados tenham uma relação de dependência e necessidade com as empresas, dificultando a sua organização do Assentamento contra os impactos negativos causados pelas mesmas.

Cada vez mais essas influências negativas são evidenciadas, principalmente no que se refere às questões ambientais, como processo que, posto para a região. A Figura 15 ilustra os municípios onde há plantações de eucalipto, no ano de 2011, bem como a projeção do plano estadual de florestas para o ano de 2030.

³⁵ Disponível em: <http://www.selviria.ms.gov.br/noticia/55/prefeito-jaime-e-eldorado-brasil-anunciam-construcao-de-escola/>. Acesso dia 31, set. 2013.

Figura 15 - Projeção do Plano Estadual de Florestas para o ano de 2030



Fonte: RIBEIRO-SILVA, 2014, p.82

Pelo Plano Estadual de Florestas, a área de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, que no ano de 2011 atingia 6 municípios, em 2030, atingirá 21. Atualmente, já há plantios da empresa Eldorado Brasil em Dois Irmãos do Buriti, Anastácio e Corumbá (Figura 15), municípios que não constam no Plano Estadual de Florestas. Também há plantios em Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Alto Araguaia, no Estado do Mato Grosso e Andradina, no Estado de São Paulo. Quanto à empresa Fibria, há relatos de com plantio em Minas Gerais. Essa área de implantação do monocultivo de eucalipto pode, com facilidade, como já vem acontecendo, superar a área de expansão prevista pelo Plano Estadual de Floresta.

O avanço das áreas de monocultivo de eucalipto implicam na produção de alimentos. É sabido que nas regiões onde ocorre a presença do monocultivo de cana e soja, por exemplo, há grande redução nas áreas de plantio de alimentos. Com a ampliação das áreas de eucalipto, isso certamente vem acontecendo na Região Leste de Mato Grosso do Sul, o que ressaltando a importância dos Assentamentos na região, onde predomina a produção de alimentos.

Poderíamos afirmar que ao discutirmos o Estado, as políticas agrícolas sem vincularmos à reforma agrária e à soberania alimentar, estaríamos descumprindo um compromisso acadêmico, acovardando-nos em face do debate político e quase nada estaríamos acrescentando aos trabalhadores, aos movimentos sociais, com as lutas emancipatórias (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 200).

Como vemos na citação acima, pensar as políticas públicas agrícolas, a questão da soberania alimentar e a Reforma Agrária é uma obrigação do pesquisador. Só que, como se sabe, as monoculturas e a produção de alimentos andam em caminhos opostos, como nos mostra Oliveira (2003, p. 122).

Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...] O país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros. [...] Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar (OLIVEIRA, 2003, p. 122).

O autor nos mostra que a produção do agronegócio está voltada para os produtos que apresentam maior lucratividade, sem a preocupação com a produção de alimentos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o atual governo reconhecem –

mesmo que ainda de forma mínima, se comparado aos investimentos destinados ao agronegócio – a importância da pequena produção, incentivando a agricultura camponesa, principalmente por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tais programas estimulam e facilitam a produção e a comercialização da produção das pequenas propriedades e garantido renda a muitas famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária e pequenos produtores. A esse respeito, Thomaz Júnior (2007) nos indica que essa produção, voltada a programas como o PAA e PNAE, está ligada à comercialização em circuitos curtos e, também, diferentemente da produção de monoculturas, tem relação direta na preservação do meio ambiente, com a soberania alimentar e com a cultura camponesa.

De forma mais abrangente, isso está contido na valorização da cultura, na preservação da biodiversidade, dos recursos naturais para a humanidade e para as gerações futuras, bem como na autonomia dos povos e das comunidades para decidirem livremente sua soberania alimentar, e os vínculos que a produção agropecuária teria com os consumidores, baseada, pois, nos circuitos curtos de produção/consumo, ou seja, a abrangência da territorialidade dos consumidores estaria definida pela dimensão das áreas de produção, que não privilegiariam as grandes distâncias, e ainda na qualidade/sanidade dos produtos e preços remuneradores para os produtores e suas famílias. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 11-12).

A comercialização em circuitos curtos contribui para que a produção camponesa tenha melhores preços, já que assim pode-se eliminar a figura do atravessador, além de garantir um produto com maior qualidade, uma vez que a produção camponesa, diferentemente da produção capitalista, não está assentada no uso de agrotóxicos de forma desmedida.

Enquanto no Assentamento São Joaquim se prioriza a produção de alimentos, com tecnologia rudimentar (poucos maquinários) e insumos restritos a adubos e sementes crioulas, o agronegócio, monocultor de eucalipto, se utiliza de tecnologia de ponta em todo o processo produtivo. Assim, as mudas de eucalipto são modificadas geneticamente, cujos clones idênticos servem para que haja padronização de crescimento, e acoplado a isso, o crescimento populacional é acompanhado por pacotes tecnológicos pré-definidos. O uso de agrotóxicos e de transgenia nas mudas altera a

biodiversidade da região, influenciando diretamente na produção de alimentos das famílias assentadas.

Estas plantações sofrerem ataques de pragas e as aplicações de agrotóxicos – muitas vezes por aviões – se espalham pela região pelo vento, contaminando a produção camponesa, os camponeses, os solos, as águas superficiais, os aquíferos e a população em geral.

Sobre o assunto, Thomaz Júnior et al (2012, p.03) ressaltam que:

A irradiação desses processos nocivos nos põe diante do desafio de desnudar as relações entre o modelo de desenvolvimento brasileiro, os impactos para o trabalho e os desdobramentos para a saúde coletiva e dos trabalhadores. Está-se diante das especificidades das consequências da monopolização da terra e da degradação ambiental enquanto dimensão constituinte central do agrohidronegócio, no Brasil. E ainda, a invisibilidade social da degradação do trabalho e das relações de trabalho tem na exploração da terra indicações imprescindíveis para que possamos identificar a amplitude e a dimensão dos processos de dominação, controle social, no contexto da luta de classes.

Verificamos que isso se reverbera no território de expansão do monocultivo de eucalipto no Leste de Mato Grosso do Sul, pelos processos - por vezes implícitos - como os rebatimentos, sobretudo para os camponeses, no que se refere ao uso de agrotóxicos, à diminuição na disponibilidade hídrica, ao ataque de animais às plantações estes impactos ambientais interferem diretamente nas possibilidades de reprodução camponesa e demonstram a face perversa do agronegócio monocultor de eucalipto.

Assim, se torna premente para nós, Geógrafos, o entendimento dos rebatimentos da expansão do monocultivo de eucalipto no Leste de Mato Grosso do Sul na dinâmica territorial do capital e do trabalho no território. Como sinalizam Thomaz Júnior et al (2012, p.05).

Em essência, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, ocupam lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital.

Não pretendemos desvelar todas as interfaces presentes no território do monocultivo de eucalipto de Mato Grosso do Sul. Porém, é imprescindível sinalizarmos o que vem ocorrendo na região, relacionado à barbárie do sociometabolismo do capital,

que degrada a natureza, o trabalho e os trabalhadores (pensando nos efeitos para a saúde) e altera e impacta o modo de vida camponês, apresentando dificuldades para a permanência e reprodução dos camponeses assentados no Assentamento São Joaquim.

O conflito está posto no território de expansão do monocultivo de eucalipto; conflito por vezes velado, por vezes evidente. Este conflito é a marca da luta de classes no território que, no caso específico, apresenta duas formas de produção e de vida distintas: a do agronegócio monocultor de eucalipto e dos camponeses assentados no Assentamento São Joaquim. Essa relação de conflitualidade pode ser observada abaixo (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 12).

Os instrumentos mais chamativos desse processo são os insumos mecânicos, físico-químicos, farmacêuticos, genéticos, puxados na atualidade pelas sementes transgênicas e escudados no projeto hegemônico que os apresenta como defensores dos interesses das técnicas e da modernidade. São apresentados para substituir/eliminar as comunidades que ainda manipulam suas sementes, as mudas, que se dedicam às práticas artesanais e que, por conta própria, fazem o melhoramento dos animais, convivendo de forma sustentável com a biodiversidade.

Esses pacotes tecnológicos atingem direta e negativamente a produção camponesa. Este processo homogeneizador do agronegócio, via de regra, pode estar ligado a uma tentativa de inibir a produção e a diversidade camponesa, tornando as famílias muitos mais suscetíveis à subordinação do capital. (OLIVEIRA, 2011).

O Estado deve se atentar à expansão do monocultivo de eucalipto, já que em vários estados onde esse processo está em consecução em grandes áreas, também foram detectados vários problemas sociais, ambientais e econômicos. Exemplo disso podem ser os estados do Espírito Santo e Rio Grande do Sul, onde tal expansão ocorreu há mais tempo. Dessa forma, é importante pensar em políticas públicas que possam coibir que os camponeses do Estado de Mato Grosso do Sul não passem pelas mesmas dificuldades³⁶.

Além de todos os impactos causados aos assentados, também há desdobramentos causados à economia do município de Selvíria, como, por exemplo, a redução da arrecadação fiscal ocorrida pela transformação das fazendas de gado em função do avanço do monocultivo de eucalipto. A arrecadação fiscal do município perdeu aproximadamente R\$ 400.000,00 em impostos, montante que ao longo do ano de 2013

³⁶ Ver capítulo I.

resultou em uma queda na arrecadação³⁷. Essa redução tem ocorrido porque no caso da produção de gado, as notas eram emitidas no município, gerando renda interna. Agora, no caso do eucalipto, como a madeira é processada em Três Lagoas, todos os impostos ficam neste município, restando ao município de Selvíria apenas as compensações dos impactos causados pelas empresas.

Durante a entrevista com o Secretário de Agricultura, no ano de 2013, observamos que o valor das compensações chegou a R\$15.000.000, mas o investimento se mostrou mal distribuído e com pouca participação do poder público nas decisões de formas de se investir esse dinheiro. Dos R\$15.000.000 investidos no município de Selvíria pela Eldorado Brasil, R\$12.000.000 foram entregues para a prefeitura municipal na forma de um alojamento que a empresa utilizou para alojar trabalhadores migrantes empregados no plantio de eucalipto. Outra parte foi aplicada na construção de uma escola no Assentamento São Joaquim (que ainda não foi construída) e de um abrigo de menores.

Eles estão construindo um abrigo para crianças “de menor” [...], eles estão dando ajuda na creche e na escola do São Joaquim. Doaram uns equipamentos para o município de Selvíria, investindo diretamente no município 3 milhões. 12 milhões investidos na área deles. “Fez” um barracão e está lá parado. Para o município não foi viável [barracão foi doado à prefeitura após o uso da empresa, com o valor equivalente a 12 milhões] [...] 12 milhões em Selvíria, 5 milhões em pavimentação. Coloque 1 milhão no hospital e compra de ambulância UTI; compra duas ambulâncias, compra uns 5, 6 carros para levar as famílias para fazer exames. [...] pensando na saúde, dois caminhões de lixo para catar lixo [...] na audiência pública eles falaram o que? Nosso investimento na área social é na saúde e educação, mas vai falar que um barracão daqueles, 12 milhões, é o que pra saúde? É o que pra educação? (Secretário de Agricultura, 2013.)

Como vemos, o barracão concentrou R\$12.000.000 dos R\$15.000.000 que a Eldorado Brasil deveria reverter ao município de Selvíria. Questionamos que, com o barracão entregue, sua utilidade se resumiu apenas ao período em que a empresa o utilizou como alojamento, conforme assinalou o Secretário da Agricultura.

Eles investiram R\$15.000.000 no município de Selvíria, só que R\$12.000.000 eles colocaram no alojamento. Vai lá ver o alojamento, é um elefante branco. “Colocou” 800 homens lá alojado, eles [Eldorado Brasil] fizeram o empreendimento no município, mas

³⁷ Informação fornecida pelo Secretário de Agricultura, Alessandro Batista Leite, em entrevista realizada no dia 13 de dezembro de 2013.

pensando neles. Aí entregou para o município. Pra que serve aquilo lá? Tem que tirar de lá e colocar indústria. Agora, qual indústria vai utilizar um barracão que é tipo um barraco, é feito daquela fibra com cola? (Secretário de Agricultura, 2013)

Assim, além de questionar a utilidade do alojamento para o município, também se questiona a qualidade da obra, que não pode abrigar nenhuma empresa. Por isso, a obra no município se torna inviável, já que não se utiliza daquele espaço e não se dispõe de dinheiro para fazer a manutenção do mesmo. O antigo alojamento está abandonado e sem nenhum uso, deteriorando-se. A área onde ele está localizado foi doada pela prefeitura à Eldorado Brasil, de modo que a empresa se utilizou do alojamento e, em seguida, repassou para a própria prefeitura utilizar. Contudo, até agora nada se fez no local.

O Estado está sendo omissivo, permitindo que o complexo de papel e celulose atue sem regulação e fiscalização. Regular e fiscalizar, ainda que não evite os impactos negativos, ao menos diminui os impactos causados não só nos Assentamentos, mas na população residente nas áreas próximas, nos mananciais e no meio ambiente em geral, isto é, nas áreas de avanço dos monocultivos de eucalipto.

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES DE TRABALHO E OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

Neste capítulo, objetivamos discutir o assalariamento dos camponeses assentados no monocultivo do eucalipto, bem como os significados e os desdobramentos da venda da força de trabalho para a resistência camponesa.

Quando se fala em trabalho/emprego, logo se pensa no assalariamento, na relação capital-trabalho, que é uma condição posta pelo capitalismo na sociedade atual. Entretanto, o trabalho faz parte da natureza do homem, como nos indica Marx:

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo, tempo, sua própria natureza (MARX, 1984, p. 149).

Este trabalho, que nos aponta Marx, está relacionado à própria sobrevivência humana, relacionado com a natureza. Trata-se, portanto, do trabalho enquanto produtor de bens saciadores das necessidades ou valores de uso. Mas o trabalho, natural do homem, se torna, no capitalismo, uma forma de aquisição de riqueza pela extração da mais valia exercida pelo capitalista. Assim, o trabalho, fonte de realização do ser social, se transmuta no capitalismo, em fonte de desrealização, precarização e estranhamento.

O panorama aterrador/devastador que intemperiza a sociedade e o trabalho está afinado à ideologia do desenvolvimento, adjetivada de sustentável, e, neste alvorecer do século XXI, reforça sua tinta no aumento intenso da pobreza no mundo ou do empobrecimento de trabalhadores, inclusive empregados. Porém, reforçado nos grillhões de desempregados e descartados do mercado de trabalho, da mesma maneira que a extremada destruição da natureza, dos ecossistemas se intensifica, sob o escopo de ações sustentáveis. O que significa dizer que sob o capitalismo o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Poderíamos afirmar que o trabalho como categoria ontológica do ser social continua a ser a base fundante de toda forma histórica. Ele é o pressuposto negado do trabalho estranhado e do trabalho capitalista

como espécie histórica particular-concreta de trabalho estranhado. (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 2).

Assim, compreendemos as marcas territoriais do trabalho para os assentados do Assentamento São Joaquim, onde claramente estão presentes dois territórios que se opõem, quais sejam: o território da reprodução camponesa e o território do agronegócio monocultor de eucalipto. Trata-se, portanto, da materialidade das relações sociais expressas em diferentes formas territoriais. Assim, como afirma Thomaz Júnior (2009, p.55):

[...] é por esse caminho que nos propomos entender o significado das localizações, isto é, por dentro do metabolismo do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho, tanto no ambiente da produção (do trabalho), quanto da reprodução (da morada, do convívio social), influenciando decisivamente a práxis social dos trabalhadores, marcada historicamente pela fragmentação e estranhamento do trabalho da totalidade social.

Pensando nos efeitos do metabolismo do capital para os sujeitos que trabalham, Mézáros (2002) apresenta duas formas de mediação do trabalho: são as mediações de primeira ordem e as de segunda ordem, sendo que as de primeira ordem se relacionam com o trabalho como algo pertencente ao ser humano, independente da forma de organização social. Já as mediações de segunda ordem estão ligadas ao trabalho no capitalismo, que aliena, subordina e precariza o ser humano. Como assevera Thomaz Júnior (2011):

A coesão desse sistema do capital, como afirma Mézáros (2002) é, portanto, um sistema sociometabólico que subverte, historicamente, os valores de uso (a produção livre da natureza em si) em valor de troca. Isto é, à capacidade natural do homem se relacionar com a natureza, pelo trabalho, para a produção da riqueza humano-social, que o autor denomina “mediações de primeira ordem”, se sobrepõem os objetivos da acumulação e reprodução do capital, expedientes fundamentados no processo de alienação e estranhamento dos homens, compreendidas como “mediações de segunda ordem”. Isso nos mostra que as “mediações de segunda ordem”, momento em que o capital subtrai do homem seu trabalho, retiram-lhe as mediações que estabelece com os outros homens e, por conseguinte, desconfiguram sua condição genérica de homem, de ser social, assegurada pelo trabalho (THOMAZ JÚNIOR, p.14, 2011)

Podemos pensar como se dá a relação de trabalho dos camponeses assentados no Assentamento São Joaquim. Sugerimos que, pela realização do trabalho no lote, se constrói uma relação de trabalho de primeira ordem, na qual o assentado tem o controle

do processo produtivo e se reconhece como trabalhador no seu trabalho. No entanto, isso não ocorre quando ele se torna assalariado e vende sua força de trabalho às empresas de manutenção e plantio de eucalipto, nas quais a precarização e subordinação está diretamente ligada ao trabalhador e à realização do trabalho. Desse modo, este sujeito passa por relações de segunda ordem quando está trabalhando como assalariado e, quando retorna ao Assentamento e trabalhar em seu lote, será uma relação de primeira ordem.

De tal modo, é válida a referência a Mészáros (2002), pois discute as mediações de primeira e segunda ordem, com destaque aos elementos que compõem as mediações de primeira ordem. Em nosso entendimento, isto exemplifica as diferenças do trabalho no Assentamento e do trabalho no monocultivo de eucalipto, do qual estamos tratando.

Para indicar muito brevemente a diferença fundamental entre as medições sempre inevitáveis de *primeira ordem* e as específicas do capital de *segunda ordem*, deve-se se ter mente que *nenhuma* das necessidades mediadoras de primeira ordem entre os seres humanos e a natureza prescreve as óbvias *relações de classe de dominação e subordinação* inseparáveis das mediações de segunda ordem do capital, ao contrário das deturpações teóricas concebidas a partir da perspectiva auto-serviente do capital [...]. As mediações primárias entre a humanidade e a natureza, necessárias para a própria vida social, podem ser resumidas como se segue.

- 1) a regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade reprodutiva *biológica* e a dimensão da população sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis;
- 2) a regulação do *processo de trabalho* através do qual o intercâmbio necessário da comunidade dada com a natureza pode produzir os bens demandados para a satisfação humana, bem como os instrumentos de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimento por meios dos quais o próprio processo reprodutivo pode ser mantido e aprimorado;
- 3) o estabelecimento de *relações de troca adequadas* sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser conjugadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos – inclusive os culturalmente produtivos – disponíveis;
- 4) a organização, a *coordenação* e o controle da *multiplicidade de atividades* através das quais as necessidades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica bem-sucedido das comunidades humanas progressivamente mais complexas podem ser assegurar e salvaguardar.
- 5) a *alocação racional* dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania da escassez através da utilização econômica (no sentido de *economizar*) dos modos e meios dados de reprodução da sociedade;
- 6) a *promulgação* e administração de *regras e regulamentações* da sociedade dada *como um todo*, em conjunção com as outras determinações e funções mediadoras primárias (MÉSZÁROS, 2007, p. 40) (grifos do autor)

O sujeito que em período do dia trabalha como assalariado e, em outro, trabalha no lote, tem dupla jornada de trabalho. Mais do que isso, possui inserções opostas enquanto trabalhador, que o coloca nas duas mediações, de primeira e de segunda ordem.

Com isso, temos o desafio de entender os significados e desdobramentos dessa dupla inserção para os camponeses, ou seja, os sentidos do trabalho no lote, combinados com os efeitos da ordem sociometabólica do capital. O camponês vive, portanto, as duas relações ao mesmo tempo, pois tem seu tempo de trabalho controlado pelo capital (sem o domínio do processo de produção e sem reconhecer-se nesse trabalho - estranhamento). Mas, quando chega ao lote, mesmo que nas horas que o capital lhe determina como horas de descanso, o camponês tem total controle e identificação com o trabalho que realiza.

As idas e vindas, remanejamentos e mudanças de habilitações laborativas, conseqüentemente, de profissões, categorias sindicais, de espaços de sociabilidade, de mudanças no perfil identitário, na subjetividade, nos territórios do trabalho, enfim, essa plasticidade constantemente refeita, tem influenciado diretamente a materialização das diferentes expressões do trabalho, no tempo e no espaço (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.205).

Isto aponta para a plasticidade do trabalho, de modo que o camponês pode, no mesmo dia, ser proletário e camponês, e inserir-se em diferentes territórios – do agronegócio e da reprodução camponesa. Aqui, não é nosso objetivo discutir se esse camponês está se tornando proletário ou está deixando de ser camponês. Nossa proposta é mostrar que em situações de dificuldade, tais camponeses podem se assalariar para garantir a manutenção da família e seu modo de vida na terra. Durante as visitas no assentamento, vimos que o assalariamento se tornou uma forma das famílias conseguirem se manter e investir no lote.

Em consonância com Thomaz Júnior (2013b, p. 02-03), sinalizamos que a compreensão teórica do que se passa com os assentados empregados no monocultivo de eucalipto perpassa o entendimento da dinâmica geográfica do trabalho, ou das contradições que refazem constantemente o processo TDR (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização) do fenômeno do trabalho ou, mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares.

O trabalho assalariado não faz com que o indivíduo assentado deixe de ser camponês. Nesse sentido, é pertinente a reflexão do autor.

Assim, não se estaria diante da classificação direta ou subentendida de subproletários ou de classe subordinada à classe operária, mas sim de uma classe ou segmento (a depender da situação), dissociado da complexa trama intensa em países como o Brasil, que vive a duplicidade de ser camponês e de exercer outras atividades laborativas, bem como em alguns momentos utilizar trabalhadores assalariados, sendo, pois, essa condição para manter sua realidade/identidade camponesa (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 154).

Para compreendermos melhor o camponês, é necessário que se entenda que, em alguns momentos, ele recorre ao trabalho assalariado para garantir o sustento de sua família, e que tentar classificá-lo apenas como proletário ou camponês esvazia a discussão, fazendo com que não se perceba, por exemplo, a real situação na qual essas famílias se encontram no Assentamento São Joaquim. Como nos mostra Thomaz Júnior (2006), é preciso pensarmos esses camponeses como “uma classe ou segmento (a depender da situação)” que, para manter sua identidade camponesa, trabalha nas plantações de eucalipto.

Assim, o trabalho camponês/assalariado não significa que esse sujeito não seja mais camponês, ou que esteja perdendo seu modo de vida, mas que, com o trabalho assalariado, o camponês consegue manter seu modo de vida.

Enxergar o camponês, no Brasil, significa não somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda*, que se amplia com a intensificação da precarização, como alardeado pela grande imprensa e os *intelectuais de plantão*. Significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho e que, além de ganhar em quantidade com a complexificação e com a heterogeneização do trabalho, especialmente por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também posições políticas afinadas historicamente com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais da *campesinidade* (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.226). (Grifos do autor)

Portanto, dadas as reais condições econômicas e sociais dos assentados, os camponeses transitam entre duas instâncias – o trabalho assalariado e o trabalho no lote – que não se anulam, mas se completam na perspectiva da sobrevivência do ser humano. Nesse sentido, os assentados ocupam um entre-lugar – até porque a identidade das

pessoas, na modernidade, é fraturada, híbrida, e não fechada e homogênea – e, a despeito dos valores e subjetividades das pessoas serem constantemente atacados pelo capitalismo, os camponeses preservam, sobretudo, sua identidade camponesa, que se renova e se reatualiza no vínculo com a terra. Isto significa que não cabe classificarmos a situação de trabalho dos assentados no Assentamento São Joaquim, visto serem camponeses e também proletários, já que trabalham no lote, mas também assalariam-se nas empresas de monocultivo de eucalipto.

Thomaz Júnior (2009) nos ajuda a pensar como é esse camponês e como são as relações que o mesmo exerce no universo do trabalho com a complexificação e heteroginização do trabalho. Como vemos, o movimento de luta pela terra tem uma relação quase que direta com o desemprego nas cidades, o que faz com que famílias optem por se organizar em movimentos sociais, indicando como a busca pelo acesso à terra se mostra como ruptura com as relações capitalistas e com o modo de organização social desse sistema.

É imprescindível, diante desse rico processo de redefinições e de mudanças de papéis e de expressões sociais, entendermos os conteúdos espaciais, os nexos e os significados territoriais da luta de classes, os quais se materializam rompendo as fronteiras cidade↔campo, nesses estágios diferenciados da existência do trabalho: camponês↔operário/proletário/informal↔camponês, operário/proletário/informal↔camponês↔operário/proletário/informal. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 226-227).

Pensarmos o camponês ou o proletariado como seres puros e que não se misturam, não se relacionam e que, em muitas vezes, são o mesmo sujeito, seria limitarmos as pesquisas envolvendo os dois temas, já que esses dois sujeitos fazem parte de uma classe que vive do seu trabalho (seja em suas dimensões concreta ou abstrata), mas que podem coexistir no mesmo sujeito. Ora sendo camponês em um momento e depois se proletarizando, ora sendo um ser proletário e, em outro momento, sendo camponês. Esta alternância é evidente no caso dos assentados que trabalham nas empresas de monocultivo, são camponeses e assalariados. E isso não faz com que eles percam a identidade, pois a identidade do ser humano está em constante transformação.

Atualmente, os movimentos de luta pela terra têm cada vez mais integrantes que viviam ou viveram nas cidades, pessoas que nasceram na cidade, mas hoje querem viver na terra, por diferentes motivos: o desemprego, a ligação dos pais e avós com a

terra, etc. Assim, temos uma geração de trabalhadores rurais que nasceram nas cidades e sonham com seu pedaço de chão, pessoas que sempre foram assalariadas, nunca moraram no campo, mas que já trabalharam na terra, configurando o que se denomina como “recriação camponesa”. Isso prova que o ser humano se transforma durante o processo em que busca a manutenção de sua família e de seu modo de vida, o que impede de pensarmos camponeses e proletários como sujeitos fixos e inalteráveis, mas sim sujeitos em constante mutação.

A partir disso, pensamos o trabalho assalariado realizado pelos assentados do Assentamento São Joaquim, como uma forma de resistência. Mas, conhecendo a realidade e as condições que lhes foram impostas pelo Estado³⁸, vemos que a resistência de parte das famílias assentadas passa pela inserção de membros da família no trabalho assalariado.

Não pretendemos abordar que o trabalho assalariado é algo inevitável e, igualmente, não sinalizamos que a autonomia dos sujeitos sociais passe obrigatoriamente pelo trabalho assalariado. Falamos especificamente do Assentamento São Joaquim, em que o Estado contribui para que as famílias não tenham condições de se manter do/no lote, de modo que o trabalho assalariado aparece como uma “alternativa” para permanecer na terra.

Há alguns condicionantes que têm sido determinantes para que os assentados assalariem-se: a falta de investimentos (moradia, energia elétrica e fomento inicial etc.) para que as famílias possam produzir; ausência de licença ambiental para o desmate dos lotes; falta de água para manter as atividades agrícolas e inexistência/ineficiência da assistência técnica³⁹. É por isso que o trabalho assalariado tornou-se uma forma de adquirir renda para a família camponesa, na qual, comumente, um membro busca emprego fora do lote, principalmente, junto às empresas de plantio de eucalipto.

Nesse sentido, a expansão geográfica do capital, na Microrregião de Três Lagoas, via instalação das empresas de papel e celulose, vincula-se à exploração da força de trabalho dos assentados do Assentamento São Joaquim. Esta se mostra como uma vantagem locacional às empresas, uma vez que os assentados possuem baixos custos em termos de remuneração da força de trabalho, além de morarem próximo às áreas de plantio, evitando-se assim maiores gastos com deslocamento.

³⁸ Condições estas apresentadas no capítulo II.

³⁹ Como demonstrado no capítulo II.

4.1. O trabalho assalariado como forma de permanência/resistência

O trabalho fora do lote se tornou uma necessidade para a própria manutenção das famílias do Assentamento. Ao se deslocar pelo Assentamento é comum encontrarmos apenas o homem ou a mulher trabalhando no lote, já que, um deles trabalha como assalariado, diarista ou por empreita para garantir o sustento da família e a sua permanência na terra. Deste modo, entendemos que os camponeses do Assentamento São Joaquim encontraram no trabalho assalariado, e sobretudo no plantio de eucalipto, uma forma de permanência/resistência na terra.

A relação de trabalho camponês/assalariado e a permanência no lote parece fácil de ser percebida, mas sinalizamos que essa condição representa resistência, já que as famílias, quando conseguem, pelo trabalho assalariado, melhores condições nos lotes, param de trabalhar nas empresas e se dedicam exclusivamente ao trabalho nas suas terras.

As empresas terceirizadas, que plantam e fazem a manutenção das áreas de eucalipto se beneficiam da precariedade financeira das famílias, submetendo-as à exploração do trabalho. Além disso, se beneficiam substancialmente pela localização do Assentamento, que se encontra na área *core* do empreendimento, em uma região onde nos últimos anos há crescente expansão das áreas de eucalipto sobre as fazendas de gado, cujos donos as arrendam ou as vendem às agroindústrias. Dessa forma, as empresas reduzem seus custos de transporte e hora itinerário pela proximidade assentamento-empresa. Por serem uns dos poucos empregadores, as empresas controlam os salários pagos e o número de famílias assentadas no município de Selvíria (637 no total), representando disponibilidade reserva de mão de obra.

As empresas terceirizadas atuantes no plantio de eucalipto, têm facilidade para contratar os assentados, recrutados para funções como vigias, tratoristas, motoristas, combatentes de incêndio e para a manutenção e plantio de eucalipto, sendo essa última a função que mais emprega trabalhadores do assentamento.

As empresas estipulam metas a serem cumpridas: durante um dia de trabalho, deve-se plantar oito caixas, contendo trezentas mudas. Entretanto, os trabalhadores relatam que, frequentemente, as caixas contêm mais mudas, chegando a cerca de quatrocentas. Em um dia de trabalho, os empregados plantam uma média, três mil mudas: “já vi caixa com trezentos e setenta a quatrocentas mudas” (Entrevista 12).

Segundo os trabalhadores assentados, a empresa aumentou o número de mudas por caixa para, dessa forma, faz com que a produção/plantio dos trabalhadores também aumente.

O plantio de eucalipto é trabalho extremamente repetitivo, e por ser regulado por produção/meta, faz com que os trabalhadores se esforcem ao máximo para terminar o mais rápido possível e assim descansarem no ônibus, enquanto esperam o restante dos trabalhadores finalizarem suas metas.

O que no discurso do capital parece bom para os trabalhadores, nada mais é que um incentivo para estes trabalharem o mais rápido possível, já que a empresa terceirizada ganha por área plantada. Os trabalhadores tentam plantar a maior quantidade possível no menor tempo. Um jovem de 18 anos, filho do entrevistado, diz:

O sol é muito quente, então a gente planta o mais rápido possível para que a tarde, quando o sol estiver bravo, a gente “pode” descansar no ônibus. Mas tem gente que não consegue e fica a tarde toda plantando. Se todo mundo terminar as três, a gente volta as três, senão espera dar o horário (Entrevista 12 - informações de caderno de campo)

O município de Selvíria está em uma região com temperaturas elevadas de modo que produzir de manhã acaba por evitar o trabalho no sol forte da tarde e plantar rápido representa a possibilidade de descansar e antecipar a volta para o assentamento. Isso faz com que os assentados trabalhem de forma intensa e com movimentos contínuos causando cansaço e dor no final do dia de trabalho.

Há número significativo de mulheres trabalhando nos plantios: “lá tem mulher fraquinha, tem muita mulher que planta também, entendeu? Que não consegue plantar as “oito caixa”, aí tem que ficar até as 4 [16:00 horas], tem que cumprir todo o horário.” (Entrevista 5). Assim, as pessoas que não conseguem plantar as oito caixas rapidamente, precisam trabalhar até às 16 horas – horário que termina o turno de trabalho – ficando muito mais tempo expostas as temperaturas elevadas. Há muita dificuldade no trabalho do plantio de eucalipto, sendo comum os trabalhadores, sobretudo as mulheres, não atingirem a meta durante o dia, como nos demonstra os entrevistados. As falas revelam que não há demissão das pessoas que não cumprirem as metas. Mas a precarização do trabalho pela exposição às intempéries.

Um assentado que trabalhou no plantio de eucalipto, quando perguntado sobre o porquê de ter saído da empresa, respondeu o seguinte:

Eu que enjoiei, sabe, eu enjoiei mas tem gente lá que gosta desse serviço [...]. Hoje se for pra você trabalhar de empregado você tem que cumprir horário. Eu enjoiei, às vezes me dava fome 8 horas, eu não podia parar pra almoçar, tinha que cumprir horário. Outra coisa que me irrita é que eu não como carne de galinha; tem 40 anos que não como carne de galinha. E lá, vai duas vezes carne de galinha. E nós “paga” a mixaria de 42 reais (Entrevista 5).

Há controle sobre o processo de trabalho, como do horário do almoço. Dessa forma, mesmo se o trabalhador estiver com fome, só pode almoçar no horário estipulado, estando com ou sem fome. Outra questão é o fato da empresa não respeitar a diferença das necessidades alimentares dos funcionários. É o caso do entrevistado 5, que não se alimenta de carne de frango e, mesmo assim, duas vezes por semana, tinha frango servido em seu almoço, desmotivando-o a trabalhar na empresa e incentivando-o a pedir demissão.

O capital controla o tempo pelo relógio; seus trabalhadores cumprem as atividades segundo essa ordem, com hora para chegar, hora para se alimentar, hora para descansar e com metas de quanto produzir. Já o camponês, tem outra relação com o seu tempo, pois é marcado pelas suas necessidades. Assim, ele pode parar sua atividade e realizá-la no momento que achar mais conveniente. Sua relação é muito mais ligada ao tempo da natureza do que pelas horas do relógio. Cândido (1982) ajuda-nos a compreender essa relação.

O ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela “revolução da lua”, que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência de festa e o contato com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. (CÂNDIDO, 1982, p.123).

A relação do camponês com o tempo se estrutura muito mais naquela estabelecida com a natureza que com a do relógio. O camponês se preocupa com as fases da lua para o plantio e as datas festivas que se tornam momentos de encontro. Assim, quando trabalham como assalariados, têm dificuldade em assimilar as regras em relação ao tempo marcado pelo relógio, que lhes é permitindo, por exemplo, comer quando se tem fome.

Diferentemente de um trabalhador da cidade, não dispondo dos meios de produção, o camponês – mesmo com todas as dificuldades apontadas no caso do Assentamento São Joaquim – possui a terra. Assim, no caso dos camponeses

assentados, trabalhadores no plantio de eucalipto, existe a opção de deixarem o trabalho assalariado, não aceitando o que o empregador lhes estipula. O camponês, mesmo sem o salário, tem a possibilidade de trabalhar no lote, permanecer na terra e conseguir tirar parte do sustento da família sem o trabalho assalariado. Nesse sentido é válida a contribuição de Woortmann (1990).

Na análise empreendida acerca do discurso dos referidos camponeses, a terra é percebida enquanto um patrimônio de onde se retira o fruto do trabalho, que garante o sustento da família e das próximas gerações. O trabalho, por sua vez, se constitui na integração da força (de trabalho) familiar, elemento que garante a alimentação de todos os integrantes da família, que é entendida, além de uma unidade de produção, também como núcleo que dá base para uma organicidade social camponesa, elemento estruturante, socializador de seus integrantes. (WOORTMANN, 1990, P. 37).

Os assentados são convidados/aliciados a trabalharem na empresa por um assentado que é funcionário da empresa e visita-os, deixando-lhes as fichas de cadastro. Quando a empresa precisa de mão de obra, solicita que os assentados se dirijam ao local da entrevista. Assim que são feitas as entrevistas, e no caso de serem considerados aptos para o trabalho, os assentados fazem os exames médicos necessários e começam a trabalhar (Entrevista 12).

A empresa vem e escolhe uma pessoa aqui de dentro, faz uma reunião e escolhe uma pessoa pra pegar o nome de quem quer trabalhar [...]; Aí eles marcam um dia pra pegar a documentação ou coloca [os assentados] no ônibus e leva até o escritório. Lá, a pessoa ajeita os documentos, pega os EPIs e uniformes. Daí, já sai pro campo [para] trabalhar. Contratam pessoas da cidade e dos assentamentos. Têm três assentamentos aqui e tem bastante gente que trabalha na JS e na Eldorado. Eles só não ficham [registram] acima do 60 anos e aposentados. (Entrevista 12)

Portanto, os assentados acima de sessenta anos não são contratados pela empresa, por serem considerados inaptos fisicamente para o trabalho. Vemos que há um assentado, que também é funcionário da empresa, que trabalha como responsável para fazer o recrutamento de trabalhadores no assentamento. Ser assentado (conhecido como “gato”, responsável por agenciar os trabalhadores), conhece as famílias, facilitando o processo de contratação.

O capital usa dessas pessoas (“gatos”) não somente no Assentamento São Joaquim, mas, por exemplo, na migração para o trabalho temporário em grandes obras. Nestas, é comum encontrar um morador da comunidade de origem dos trabalhadores

que foi recrutado pela empresa para encontrar pessoas dispostas a migrar em busca do trabalho. Logicamente, isso se dá no caso do Assentamento São Joaquim em uma escala menor. Entretanto, mantendo certa similaridade, a figura do “gato” está presente nas duas condições.

Os assentados do Assentamento São Joaquim trabalham em duas empresas terceirizadas de plantio de eucalipto, contratadas pela proprietária Eldorado Brasil, que é proprietária da empresa de celulose e papel. Há cerca de dois anos, o plantio é terceirizado na maioria das novas áreas pela empresa JS Florestal⁴⁰, e a manutenção das áreas para a empresa Plantar. Isto demonstra as diferenças entre o trabalho direto – Eldorado Brasil – e o trabalho terceirizado – JS Florestal – dos assentados que trabalham no plantio de eucalipto, conforme pode ser visto no Quadro 4.

Quadro 4: Diferença do Contrato de Trabalho - Eldorado Brasil e JS Florestal

	Eldorado Brasil ⁴¹	JS florestal ⁴²
Quantidade de mudas plantadas	1.760	2.400
Plano de saúde	Familiar	Individual
Vale alimentação	R\$60,00	R\$35,00
Hora itinerário máxima paga	2 horas	2 horas
Bônus por não faltar	R\$100,00	R\$300,00
Salários	R\$562,00	R\$665,00
Salários mais bonificação e descontados impostos	R\$710,00	R\$1.337,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

⁴⁰ Durante a última visita realizada ao Assentamento São Joaquim (de 13 a 17/12/2013), foi relatado pelos assentados e pela própria empresa JS Florestal, que houve demissão de todos os assentados, já que a empresa Eldorado Brasil pretende encerrar o contrato com a terceirizada. Assim, os assentados demitidos pela JS Florestal estão sendo contratados pela empresa Eldorado Brasil novamente. Outra empresa de plantio também vem contratando atualmente: é a empresa Mata, com sede no município de Inocência-MS.

⁴¹ A data de referência no holerite é março de 2011. É também nesse ano que a empresa dispensa seus funcionários.

⁴² A data de referência do holerite é outubro de 2012. Final de 2011 e início de 2012 é quando a JS começa a contratar no assentamento.

Há diferenças e similaridades entre as duas contratantes (Eldorado Brasil e JS Florestal). Notamos que na empresa Eldorado Brasil, a rotina de trabalho era menos intensa e os trabalhadores tinham direito à plano de saúde para todos os membros da família, além do vale alimentação, no valor de R\$ 60,00. Já na empresa terceirizada, a rotina de trabalho é mais pesada pela quantidade de mudas plantadas – 2.400. Há relatos de trabalhadores que a grande maioria das caixas vêm com um número maior de mudas, tendo casos em que as caixas possuem cerca de 370 a 400 mudas. Conseqüentemente, isso faz com que os trabalhadores plantem um número muito superior, visto que a produção é baseada no número de caixas.

Sobre a intensidade do trabalho realizado, enfatizamos a entrevista 19.

Hoje eu não trabalho mais lá e nem trabalhei na JS, só na Eldorado. Mas meu filho disse que eu não daria conta de trabalhar na JS. Meu filho é novo, disse que os mais velhos tão saindo “tudo”, e falou para mim que eu não ia conseguir. Na JS ganha mais que a Eldorado, mas trabalha bem mais também. Do que adianta ganhar mais e se ralar de tanto trabalhar? (Entrevista 19)

Observamos que a empresa terceirizada remunera mais, mas também torna o trabalho ainda mais penoso e repetitivo, principalmente pelo excesso de mudas nas caixas. De acordo com relatos dos trabalhadores, a empresa JS Florestal tem sua sede no Maranhão e se utiliza do trabalho de migrantes, que são mobilizados em diferentes Estados. A empresa chegou a ter 800 trabalhadores migrantes alojados no município, a maioria proveniente do estado do Maranhão⁴³.

As empresas não utilizam a mão-de-obra dos assentados apenas para o plantio de eucalipto, mas para irrigação e o transporte de mudas, e controle incêndio, após um treinamento realizado pelo corpo de bombeiros. Sempre quando alguma área de eucalipto pega fogo, os trabalhadores são deslocados das áreas de plantio para combater focos de incêndio.

Outro ponto são as horas itinerárias: as empresas pagam apenas 1 hora de ida e 1 hora de volta. No entanto, como as áreas de plantio estão cada vez mais distantes do Assentamento, esse tempo é superado em muitas horas, de modo que os assentados relatam a existência de áreas de plantio que ficam a 4 horas do assentamento.

A gente só sai pelos canos com essa hora itinerário, porque era “tudo” serviço longe. O serviço que a gente estava plantando era “tudo”

⁴³ Informações coletadas no caderno de campo, junto ao Secretário de Agricultura do município de Selvíria.

longe. Tinha lugar que a gente gastava 4 horas, 5 horas de viagem e só pagava uma hora de ida e uma hora de volta, não pagava mais, só isso. Eu tenho meu holerite aí, se quiser, te mostro (Entrevista 5).

O assentado confirma as duas horas de transporte pagas pela empresa, o que é ilegal perante as leis trabalhistas, os assentados passem muito mais tempo em deslocamento daquilo que recebem. É provável que quando as áreas de plantio de eucalipto ficarem mais distantes, a empresa não considere mais viável transportar o trabalhador até as novas áreas, desistindo de contratar as famílias assentadas.

Constatamos que as empresas têm um alojamento para manter os trabalhadores que plantam em áreas mais distantes, os quais ficam “acampados” ou alojados no local de trabalho. Quando isso ocorre, os trabalhadores passam quatro dias trabalhando no alojamento e quatro dias descansando. Embora isso não seja recorrente, quando necessário, a empresa se utiliza desse mecanismo para reduzir o custo de transporte.

Esse processo se intensifica pelas distâncias cada vez mais longas às novas frentes de plantio, até alcançar um ponto que a mão de obra dos assentados possa ser descartada pela empresa ou por encontrar pessoas mais próximas dispostas ao trabalho no eucalipto. Não podemos prever em quanto tempo isso acontecera, até porque ainda há grandes extensões de terra para expansão do eucalipto, inclusive no município de Selvíria.

Por isso é importante e urgente, no caso do Assentamento São Joaquim, que os órgãos governamentais cumpram seu papel com os assentados, contribuindo para que essas famílias possam produzir e comercializar seus produtos de forma a não continuarem dependendo totalmente do trabalho assalariado para a manutenção de suas famílias na terra.

Somam-se aos trabalhadores do plantio de eucalipto, motoristas, tratoristas e uma equipe de combate a incêndios. Tais equipes ainda são contratadas pela Eldorado Brasil. Vinculados à etapa de manutenção das áreas de eucalipto, permitem maior estabilidade.

Essas funções ligadas à manutenção são realizadas pela Plantar, empresa contratante de um número bem menor de funcionários com a função de manutenção nas áreas onde já estão plantadas as mudas de eucalipto: controle de formigas, replantio de mudas que não pegaram e irrigação de áreas em período de seca. Assim, há equipes definitivas cuidando de cada área. Os assentados que trabalham nesta atividade permanecem, em sua maioria, nas proximidades do assentamento. A empresa Plantar

também contrata vigias que passam as noites cuidando das máquinas nas áreas onde se realiza o trabalho.

Um dos encargos que a Eldorado Brasil ainda não abriu mão, é o de combate à incêndios. São os próprios trabalhadores vinculados à empresa - os motoristas de caminhões pipas ficam nas áreas de eucalipto acompanhando o plantio e a colheita – que realizam esta tarefa. Isso é justificado porque, durante o abastecimento de máquinas, aumenta-se o risco de incêndio. Eles ficam localizados estrategicamente nos hortos, de prontidão para combater qualquer foco de incêndio, tanto nas áreas de eucalipto, como em áreas próximas, de risco às plantações. Os trabalhadores responsáveis pelo combate a incêndios dispõem de rádios transmissores, permitindo contatos pelas torres de observação. Estas torres ficam em áreas estratégicas, onde se concentram grande número de hortos ou com grandes extensões de áreas plantadas.

Na verdade eu não tenho um horário certo de serviço, “pareceu” um foco, eu desloco para combater. Já aconteceu de eu sair “de” um dia e voltar só no outro dia à tarde; como aconteceu de eu sair e depois de duas horas eu estar de volta. Eu não tenho uma rotina certa de sair. Eu sei que estou saindo de casa agora, a hora que eu vou voltar eu não sei. Quando ocorre um incêndio, o primeiro que vê é a torre de observação. Aí passa para o monitor, que desloca de moto até o local e vê a intensidade do foco. Aí desloca o caminhão, aí vem a equipe de solo que sai de todos os hortos e vai até o local. A equipe é formada por colaboradores, todo mundo. Tanto terceirizados quanto da empresa, todos são treinados pelo bombeiro (Entrevista 13).

A rotina dos funcionários ligados ao combate a incêndios não é bem definida, funcionando sempre quando houver ocorrências. O entrevistado 13 nos disse que além das pessoas que são contratadas para essa função, os funcionários do plantio, também, são utilizados pela empresa para ajudar durante a ocorrência de um foco de incêndio. O entrevistado questiona quanto ao pagamento das horas: quando o horário de trabalho é superado, explica que são pagas todas as horas extras, caso seja num período de maior possibilidade de incêndios; quando não, as horas extras são revertidas para o banco de horas.

A empresa revela atenção especial para com a função de combate a incêndios, treinando todos os funcionários para lidarem com ocorrências, mesmo os plantadores de eucalipto. Vale ressaltar que, na região Leste do Estado, há um período de seis meses de intensa chuva e outro com estiagem muito demarcada, época em que há um maior risco de incêndios nas áreas de monocultivo de eucaliptos. Os incêndios podem causar

grandes prejuízos às empresas de papel e celulose, por esse motivo, sempre ajudam na extinção de focos na proximidade de suas áreas, tanto nos assentamentos, quanto nas fazendas da região.

Há um grande número de funções exercidas pelos assentados, contratados por três empresas diferentes: Eldorado Brasil, Plantar e JS Florestal. O trabalho nas empresas de monocultivo de eucalipto, não é, para os assentados, a única forma de trabalho. Eles trabalham na escola do Assentamento com carteira assinada, nas fazendas (por diária), para vizinhos, em atividades agrícolas, e como pedreiros, carpinteiros e mecânicos. Encontramos pequenos comércios, como bares, que vendem desde bebidas e alimentos, até combustível. De diversas formas, as famílias buscam maneiras para melhorarem suas vidas no assentamento, as quais são consideradas como formas de resistir e buscar autonomia.

Várias famílias afirmaram que sem o trabalho assalariado, não se manteriam no assentamento: “um ponto positivo é que essas empresas que tão vindo pra cá estão dando emprego para o pessoal da região, senão afugentaria todo esse pessoal [assentados]” (Entrevista 22).

A dependência das famílias às empresas, desarticulam ou distanciam os camponeses das lutas conjuntas/coletivas no assentamento. Mesmo com os rebatimentos do monocultivo do eucalipto dentro do assentamento, como os problemas ambientais causados no assentamento, desde os ataques de animais silvestres nas plantações, até o desaparecimento de nascentes d’água⁴⁴.

Como exemplo dessa desarticulação, tem-se a Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim, com menos de vinte famílias em dia com as mensalidades, do total de 181 famílias assentadas⁴⁵. Isso faz com que a Associação não tenha poder econômico para poder auxiliar as famílias, como, também, demonstra a desconfiança dos assentados, contribuindo para fragilizar a luta coletiva no assentamento.

Pelas poucas políticas públicas, as famílias sem renda externa – como, por exemplo, aposentadorias, heranças, venda de um imóvel, entre outros – enfrentam muitas dificuldades para investirem nos lotes e se manterem na terra. Sem tais rendas e sem o apoio do Estado, as famílias passam por dificuldades e dependem do trabalho assalariado para permanecer/resistir nos lotes.

⁴⁴ Como foi destacado no capítulo III.

⁴⁵ Informação apontada pelo presidente da Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim.

O campesinato, historicamente, se adapta e luta para conseguir permanecer na terra, como demonstram suas diferentes formas de resistir, desde as lutas armadas, manifestações e ocupações até as migrações. O trabalho assalariado, atualmente, no Assentamento São Joaquim, é uma das únicas alternativas encontradas pelas famílias para resistirem nos lotes, garantirem o seu sustento e auxiliarem na busca da autonomia.

Não consideramos esse trabalho externo ao lote apenas como uma forma de sujeição, e nem justificar que a Reforma Agrária não é viável, até porque, como nos indica Thomaz Júnior (2003), a política de implantação de assentamentos existente no Brasil é antes uma política compensatória do que uma Reforma Agrária enquanto emancipação social. Entendemos que o trabalho acessório, mesmo diante de toda a dificuldade, serve para as famílias permanecerem na terra.

A compreensão do trabalho assalariado dos camponeses passou pela realização de saídas de campo, para entendermos o que levou muitos assentados da Reforma Agrária a se tornarem trabalhadores assalariados. Com as entrevistas e as visitas às famílias camponesas, vimos que muitos foram os motivos que os levaram a se assalariar, como a falta de investimentos do Estado (habitação, luz, transporte, saúde e fomentos), a baixa fertilidade do solo e a não autorização para o desmate no lote. Com isso, as famílias não podem produzir ou a produção é insignificante para viver somente do/no lote, fazendo-as passarem por dificuldades financeiras, obrigando-as a buscarem renda fora do lote. Esse trabalho externo é para permanecerem na terra e suprirem suas necessidades, diante das dificuldades para se produzir no dos lotes.

Nas famílias entrevistadas, há, comumente, um membro da família trabalhando no lote cuidando do quintal, da lavoura e dos animais. Muitos dos camponeses e camponesas que trabalham como assalariados, depois de chegarem do trabalho e durante as folgas, ajudam nas atividades do lote, tendo uma dupla jornada de trabalho.

Essas relações com o trabalho assalariado não fazem dos assentados proletários, mas reforçam essa duplicidade de “se camponês se operário”, como nos mostra Thomaz Júnior (2006).

As famílias que já lutaram para conseguir a terra, hoje lutam para permanecerem nela com diferentes estratégias, mas sempre com o objetivo de produzirem nos lotes e darem melhor qualidade de vida aos seus membros.

O trabalho nas empresas de monocultivo de eucalipto (Eldorado Brasil e JS Florestal), representa uma estratégia para os camponeses assentados no Assentamento São Joaquim permanecerem na terra, de modo que, tão logo seja possível realizar

algumas melhorias no lote, possibilitando a produção e melhores condições na moradia, eles deixam o trabalho assalariado para viverem da/na terra. Isso reforça o que afirmamos acerca da autonomia dos assentados, que procuram os projetos da AGRAER, da CPT ou até mesmo das empresas de celulose e papel, para produzirem no assentamento. Dessa forma, mesmo com o pouco incentivo do Estado, eles buscam (re)existir por meio do trabalho assalariado e dos pequenos projetos que, de certa maneira, contribuem para a permanência das famílias na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização dessa pesquisa, entendemos como o monocultivo de eucalipto influencia os assentados no Assentamento São Joaquim. Durante o texto, trouxemos elementos da trajetória das famílias assentadas e percebemos como são intensas suas migrações até a chegada ao assentamento. Essas trajetórias foram marcadas pela relação com a terra, perpassando diferentes gerações das famílias. Tratam-se de camponeses que tiveram a propriedade da terra ou trabalharam na terra por alguns períodos. Percebemos que, juntamente com a constante migração, estão as diferentes inserções laborais. Assim, migração e trabalho são características marcantes das trajetórias dos assentados antes da chegada ao assentamento, sustentando o sonho de ter um “pedaço de terra” ao longo de gerações.

Após a luta das famílias para entrarem nos lotes, se depararam com a dificuldade em permanecer no Assentamento São Joaquim. Depois de muitos anos de acampamento, perceberam que a luta deveria continuar, principalmente nos poucos incentivos e apoio do Estado, que com uma política de distribuição de terras, não garante às famílias as condições básicas para permanecerem e se manterem na terra unicamente pela produção no lote. À falta de financiamentos, de água, de luz, de estradas, de saúde - entre outros elementos que, por si só, já fariam com que as famílias convivessem com uma condição de dificuldade e precariedade - se soma o avanço do monocultivo de eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul. A expansão desta produção acarreta diversos desdobramentos para a reprodução camponesa no Assentamento São Joaquim.

O avanço das plantações de eucalipto dificulta ainda mais a vida dos camponeses e camponesas assentados, isto porque se intensificam os ataques de animais às plantações, fato que inviabiliza a ampliação dos plantios no assentamento. Outro elemento destacado é a dificuldade para vender os bezerros pelos assentados, já que as antigas fazendas de recria e engorda se tornaram áreas de monocultivo de eucalipto. Os assentados ainda relataram a diminuição dos cursos d'água e a inviabilização da produção sem utilização de agrotóxicos, devido ao aumento do número de pragas provenientes do desequilíbrio biológico resultante da atividade monocultora, somado ao uso indiscriminado da pulverização aéreas que atingem a produção e os animais das famílias camponesas.

Com todas essas condições colocadas para as famílias camponesas, para muitos assentados, foi necessário buscar o trabalho fora do lote. Assim, a principal alternativa encontrada foi o assalariamento junto às empresas produtoras de celulose e papel, principalmente no plantio e manutenção do eucalipto. Há, atualmente, um considerável número de assentados trabalhando como assalariadas como uma estratégia para permanecerem no lote.

As famílias camponesas vivem o que Mészáros (2002) denominou de “mediações de primeira ordem” e “mediações de segunda ordem” da reprodução social. Entendemos que no caso dos assentados que trabalham no monocultivo de eucalipto, essas duas formas de mediações se sobrepõem, o que implica dizermos que, em alguns casos, a reprodução camponesa só é possível com a combinação das mediações de primeira ordem - nas quais os camponeses se reconhecem no trabalho que estão realizando, ou seja, no trabalho no lote - com as mediações de segunda ordem – aquelas exclusivamente ligadas ao trabalho assalariado no monocultivo de eucalipto. Logo, existe aí uma relação de trabalho estranhada, em que o trabalhador não tem controle nem identificação com o trabalho que realiza. Neste sentido, os camponeses vivem relações de trabalho extremamente diferentes no mesmo dia: uma durante a jornada de trabalho na empresa e outra nos momentos de trabalho e descanso no lote.

Desta forma, esses camponeses são, ao mesmo tempo, camponeses e assalariados, pois tendem a buscar no trabalho assalariado a manutenção das famílias na terra. Assim, para que não ocorram equívocos, não estamos de forma alguma afirmando que a reprodução camponesa deve passar necessariamente pelo trabalho assalariado, estranhado, alienado, portanto, pelo trabalho sob a lógica do capital. Porém, durante a realização dessa pesquisa, nos deparamos com essa condição existente no Assentamento São Joaquim. Entender isso tem sido um desafio teórico-metodológico no desvendamento da dinâmica territorial do trabalho que se apresenta no Leste de Mato Grosso do Sul, com a expansão do monocultivo de eucalipto. O assalariamento, pelas condições de vida e trabalho neste assentamento em específico, se apresenta como uma forma de resistência/permanência no lote; e, infelizmente, segue sendo uma das poucas opções para que as famílias consigam renda para as necessidades básicas de reprodução social na terra.

Em vários relatos, percebemos que as famílias tem o entendimento de que o Estado dificulta suas permanências na terra ao não viabilizar o apoio financeiro e o atendimento técnico necessário para os assentados. Nas diversas entrevistas, as famílias

se mostraram insatisfeitas com o trabalho do INCRA e da AGRAER, responsável pelo apoio técnico no assentamento.

Paradoxalmente, a relação com o monocultivo de eucalipto se mostra contraditória, pois mesmo sendo as próprias empresas de celulose e papel as responsáveis por muitas das dificuldades de produção no assentamento, por outro lado, os assentados entendem como benéfico o trabalho nas plantações de eucalipto e os projetos que as empresas de celulose e papel desenvolvem no assentamento. Os projetos das empresas são para o plantio de lavouras, de hortas, a produção de mel, além de reformas e doações de equipamentos, a construção da escola no assentamento, etc. Os assentados criam uma relação de dependência com as empresas de celulose e papel, visto que impactam diretamente o assentamento, também levam benefícios. Diante disso, os assentados se sentem inseguros e ameaçados na condição de críticos de uma empresa que pode beneficiá-los com o trabalho, ou com um projeto que os ajude a gerar renda, caso haja uma situação de dificuldade para a família. Foi o que questionou um assentado durante a entrevista: “como vamos cuspir no prato em que comemos?”.

Os assentados não têm organização para o debate crítico sobre os impactos do monocultivo de eucalipto, para as famílias no Assentamento São Joaquim. A Associação de Moradores do Assentamento São Joaquim deveria ser o principal elo para organização das famílias na luta coletiva, perpassando desde questões de políticas públicas até questões dos impactos do monocultivo de eucalipto.

A Associação tem dificuldade para trabalhar juntamente com os assentados, sem nem ao menos conseguir que paguem as mensalidades. Pelo que entendemos, há uma falta da participação das famílias na associação e um número elevado de famílias que não conseguem ver nesta entidade – independente de quem é o presidente em exercício – uma possibilidade de organização. Notamos, durante a realização das entrevistas, que os assentados demonstram desconfiança e não acreditam que a participação na associação possa lhes oferecer algo.

A mesma desconfiança tem acontecido com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selvíria no qual o número de assentados filiados e que pagam a mensalidade, sem considerar aqueles que trabalham como assalariados rurais, é inexpressivo, havendo, igualmente, uma relação de desconfiança quanto ao presidente do Sindicato.

Observamos que estes camponeses estão em uma condição de desconfiança em relação às lideranças do sindicato e da associação, devido ao número de denúncias, fazendo com que estas organizações não consigam articular as lutas coletivas. Com isso,

cada trabalhador busca, cada qual à sua maneira, a manutenção da família no lote. Este “individualismo” se soma ao assalariamento de camponeses e camponesas no Assentamento São Joaquim.

O assalariamento se torna forma de manutenção da família e não significa que o trabalhador vai manter assalariado ou que deixara de ser camponês, mas sim, que num momento de dificuldade, o assalariamento - assim como o trabalho por dia ou o trabalho temporário, se mostra como alternativa de resistência/permanência na terra e manutenção do modo de vida.

Ressaltamos que esse assentado, que durante sua trajetória perpassa por diferentes formas de trabalho, ou seja, tem períodos em que é proletário, e outros é camponês não deixa de ser camponês porque se assalaria, mas sim é camponês e proletariado simultaneamente, num mesmo indivíduo.

Percebemos que quando as famílias conseguem investir no lote e, de alguma maneira, melhorarem as condições da vida, produzindo uma renda que possibilite a manutenção da vida, deixam o assalariamento e trabalham exclusivamente nos lotes.

Assim, acreditamos que o trabalho assalariado é uma alternativa para que algumas famílias consigam viver, futuramente, apenas no/do lote, já que muitas delas investem parte de seus salários nos lotes ou nas atividades agropecuárias, numa tentativa clara de melhorar as condições de produção.

Sabemos que esta pesquisa deixa questões a serem respondidas e reconhecemos que deve ser constante a reflexão referente à relação camponês – proletário. Igualmente, sinalizamos a importância em conceituar esse camponês assalariado. Pensamos, enquanto perspectiva futura de pesquisa, em aprofundar tal discussão, com ênfase para o assalariamento de camponeses em outros assentamentos de reforma agrária da região ou do Estado. A proposta é pensarmos nos motivos que levam os camponeses a se assalariarem e observarmos de que maneira e em que condições isso acontece, além de observar em quais funções esses assentados trabalham. Torna-se, pois, fundamental pensarmos o assalariamento dos camponeses inseridos na dinâmica geográfica do trabalho e no movimento expansivo do capital.

Terminamos um período de 2 anos de pesquisa no qual encontramos muitos questionamentos. Alguns respondemos, outros continuaremos tentando responder num exercício que busca, em sua essência, compreender melhor as contradições colocadas para nós no mundo contemporâneo, onde alguns têm tanto e outros tão pouco.

Preferimos não terminar com nossas palavras, mas com música/poema que tivemos o prazer de conhecer durante essa jornada. Um poema que não é de um camponês-proletário, mas sim de um camponês-poeta, que faz uma paródia da música “*No dia em que eu saí de casa*”, de Joel Marques. Ele canta um pouco de sua história, de seus sonhos e dos sonhos de muitas outras famílias camponesas por esse país.

No dia que eu saí de casa os meus filhos falaram: pai, vai procurar
um pedacinho de terra bem longe daqui pra gente trabalhar,
faça o seu objetivo, vai em busca daquilo que sempre sonhou,
que a gente vai ficar torcendo por você, e boa sorte pro senhor.
Eu arrumei as minhas malas e saí sem rumo, mas com muita fé,
dei um beijo nos meus filhos e abracei bem forte a minha mulher,
confesso que saí chorando, vou ir pra bem longe da minha querida,
mas pelo caminho eu fui pedindo a Deus a minha terra prometida.

Os filhos dizem:

E se um dia você conseguir, volta pra trás e vem nos avisar,
que nós faremos qualquer sacrifício e a nossa terrinha vamos cultivar,
seja no sul ou pras bandas do norte, o importante é ter onde morar
Seja no alto, no baixo ou na serra, sei que qualquer terra se plantando dá,
seja no alto, no baixo ou na serra sei que qualquer terra se plantando dá.

(ZELÃO)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF**: ano base 2005 /ABRAF. Brasília, 2006.

ABRAF. **Anuário estatístico ABRAF 2013**: ano base 2012 / ABRAF. Brasília: 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, Paulino, Eliane Tomiasi. **Terra e território**: A questão camponesa no capitalismo. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

_____. **Identidade, distinção, e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do sul**. 2003. 195 f. Tese (Doutorado em geografia) faculdades de ciência e tecnologia, Universidade e Estadual paulista. Presidente Prudente.

_____. (Org.). **A Questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFMS, 2008.

_____. Texto apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia/ENG, em Porto Alegre – 25 a 31/07/2010.

ALVES, Giovanni. **O novo e (precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo**. 1ª ed. – São Paulo/SP: Boitempo, 2000.

_____. A condição de proletariado na modernidade salarial – por uma analítica existencial do proletariado. **In. Revista Pegada** – vol. 9 n.2. Dezembro, 2008.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Ed. Paz e Terra, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. – São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, José Roberto Nunes. As perspectivas em relação ao domínio da terra no Mato Grosso do Sul. **Ciência Geográfica**, v. XIII, p. 15-23, 2008.

Barcellos, Gilsa Helena. **Desterritorialização e r-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte 2008.

Barcelos, Eduardo Álvares da Silva. **A Espacialidade das Plantações Arbóreas e Integração Agroindustrial**. Dissertação de Mestrado em Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010

BNDES. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2011/industria/20110606_eldorado.html

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 6.ed. São Paulo: Duas cidades,1982.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

DOMINGUES, Alex Torres. **A Territorialização do Grupo Agroindustrial Canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul**. (Dissertação de Mestrado). UFGD. Dourados, 2010.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 97-112, 2011.

FABRINI, J. E. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Pegada (UNESP. Impresso)**, v. 1, p. 17-32, 2008.

_____. **Migrações: resistência ou subordinação?**. Espaço Plural (Unioeste), M. C. Rondon, v. 1, n.10, p. 5-8, 2004.

_____. **A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra**. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2003. v. 1. 275p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo/SP: Loyola, 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo** São Paulo/SP: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** – 2 ed. São Paulo/SP: Annablume, 2005.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, Três Lagoas 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentamentos retiro e velha - GO**. 2000. 103 f. Tese (Doutorado em geografia) Faculdades de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco a terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec,1989.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar político**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo/SP: Abril, 1984;

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo Histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boi Tempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

MOREIRA, Ruy. —As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho **In: Ciência Geográfica**, ano VII, n. 20, Bauru/SP: AGB/Bauru, 2001.

_____. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In. Limonad, Ester. Haesbaert, Rogério e Moreira, Ruy. (Orgs). **Século XXI**. Por uma nova regionalização. Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 8 ed. São Paulo: contexto, 1997.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, E. T. (Org.); FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 01. 498p.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/FCH/UFGD, Dourados 2012.

QUAINI, Massimo **Marxismo e geografia** São Paulo/SP: Paz e Terra, 2002. (3ª edição).

RIBEIRO-SILVA, C. H. **DOMÍNIOS INDUSTRIAIS: as novas dimensões territoriais da industrialização de Três Lagoas-MS (Brasil)**. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v.1. 265p

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCARIM, Paulo Cesar. SANDRES, Ladislau. Disputas Territoriais no Espírito Santo: 2001 a 2011. **In. Boletim DATALUTA**, Nº 56, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana:** (uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). (Tese de Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo. 1996.

_____. "Jogo" de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. In. **Revista Pegada**, V. 4, N.1, 2003.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A. et al (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI:** volume 2. Presidente Prudente: Centelha, 2006. p.130-167.

_____. Trabalho mutante e território em disputa. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 1, p. 7-46, 2007

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI:** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) – São Paulo: [s.n], 2009.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo. In. **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329.

_____. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JR, A. & FRANÇA JR, L. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. v.5. Presidente Prudente: Centelha, 2010. 176 – 216p.

_____; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES** - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 [Nueva serie de GeoCrítica. ISSN: 1138-9788. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418.htm>

_____. Degradação e centralidade do trabalho (as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe). **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 13, p. 4-19, 2012

_____. Territórios em Disputa e Movimento Territorial do Trabalho e da Classe Trabalhadora. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, V.14, N°2, 2013a, pp. 1-24.

_____. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013b.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia.** O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/87)

ANEXOS

ANEXO 1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – SR(16)MS

Ofício nº 1518/2013/GAB/D

Campo Grande/MS, 21 de agosto de 2013.

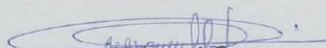
Ao Senhor
Silas Rafael da Fonseca
Mestrando em Geografia pela UFGD
Rua Cider Cersózimo de Souza, 1335b
CEP: 79820-030 - Dourados/MS.

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 003/2013.**

Senhor Silas,

Em resposta ao Ofício acima identificado, informamos que o Projeto de Assentamento São Joaquim está com o crédito Apoio Inicial em aplicação e grande parte foi gasto para instalar a rede de abastecimento d'água, o Fomento ainda não foi iniciado e no tocante à luz, a rede está pronta, mas a concessionária (ELEKTRO) só rebaixa a energia nos lotes onde as unidades habitacionais já estão construídas.

Atenciosamente,


Celso Menezes de Souza
Superintendente Regional Substituto
Port./INCRA/P/nº 625 - II/2011
SR-16/MS



Av. Afonso Pena, 2.403 – Centro CEP: 79002-073 Campo Grande/MS
PABX: 67 3320-3800 Fone/Gab.: 67 3320-3806/67 3320-3825 Fax/Gab.: 67 3382-5359
E-mail: gabinete@cpe.incra.gov.br

ANEXO 2
QUESTIONÁRIO

Nº de Ordem:

Data: / /2013.

1.Nome:_____

2.Numero do lote_____

3. Sexo () feminino () masculino

4. Idade:_____ **5.Naturalidade:**_____

6. Escolaridade:_____

7.Estado civil_____ **filhos:**_____ **Quantas pessoas vivem no**

lote:_____ **idades:** () 0-5 () 6-11 () 12-17 () 18-23 () 24-29 () 30-40

() 41-50 () 51- 60 () acima de 60.

8. Há quanto tempo no lote:_____

9. Produção do lote: () sim () Não. **Se tiver quais as principais:**

10. Quais produtos são utilizados na alimentação da família:

10. Renda em dinheiro obtida no lote:

() Menos de um salário () 1 salário () 1 a 3 Salários () acima de três salários

11. Renda familiar:

() Menos de um salário () 1 salário () 1 a 3 Salários () acima de três salários

12. Recebe benefícios do governo: () sim () não.

Qual_____

13.Trabalha assalariado: ()sim () não. **Qual emprego:**_____

14. Está vinculado ao PAA/PNAE? () sim () não

15.Como acessou o lote?_____

16. Participou de lutas e enfrentamento?

17. Faz e/ou fez parte de algum Movimento? _____

Qual? _____

18. Ficou acampado com a família? _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Conhecer a história de luta das famílias até a chegada no lote, o tempo que esse processo levou, os sujeitos que foram importantes na luta.

2. Quais as principais dificuldades encontradas hoje no assentamento?

3. Como o assentado vê a presença do Estado no assentamento (estrutura, apoio técnico, as licenças ambientais)?

4. Como o assentado vê os monocultivos de eucalipto? Há aspectos positivos e negativos?

5. Como é o processo que a empresa usa para contratar os empregados, a rotina de trabalho, horários, atividades realizadas e questões salariais? E os motivos que o levaram ao assalariamento?

7. Como você vê o trabalho assalariado dos assentados? Influencia em suas vidas e na organização do assentamento?

6. O trabalho assalariado influencia no trabalho dentro do lote? De qual forma? Qual a rotina de trabalho no lote? Quem as exerce?

8. Como você vê o processo de luta dentro do assentamento? Você ainda acredita nas lutas coletivas (movimentos sociais, sindicatos, associações)?

9. Qual era o imaginário de como seria o lote após a conquista e como é atualmente?

10. Se tivesse oportunidade para sair do lote, o que faria?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
BIBLIOTECA CENTRAL

Termo de Autorização para Publicação Eletrônica na Biblioteca Digital da UFGD

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, de acordo com a Lei 9610/98, autorizo a UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas do documento, em meio eletrônico na Rede Mundial de Computadores, no formato especificado ¹, para fins de leitura, impressão e/ou download pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: [] Tese [X] Dissertação

2. Identificação do documento/autor:

Programa de Pós-Graduação – Mestrado em

Área de concentração (Tabela CNPq): Produção do Espaço Regional e Fronteira

Título: Monocultivo de eucalipto, relações de trabalho e os caminhos da resistência camponesa no Assentamento São Joaquim (MS)

Autor: Silas Rafael da Fonseca

E-mail: silasrfonseca@hotmail.com

RG: 44.131.933-6 SSP/SP

CPF: 369.251.588-07

Orientador: Antonio Thomaz Junior

Co-orientador (es): _____

Número de páginas: 147

Data de defesa: 20 de Fevereiro de 2014

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para publicação ² (X) Total () Parcial

Em caso de publicação parcial, especifique o(s) arquivo(s) restrito(s):

Arquivo (s) Capítulo (s). Especifique: _____

Silas Rafael da Fonseca
(Assinatura do Autor)

Dourados/MS, 20 de março de 2014

¹ Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPG, AVI, QT); Outros

² A restrição (parcial ou total) poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação.

A extensão deste prazo suscita justificativa junto a Coordenação do Programa. Todo resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.